

OSMAR HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA

**SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO
HORIZONTE: O CASO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

S586s
2016
Silva, Osmar Henrique Ribeiro da, 1988-
Segregação espacial na Região Metropolitana de Belo
Horizonte : o caso de Ribeirão das Neves, Minas Gerais /
Osmar Henrique Ribeiro da Silva. - Viçosa, MG, 2016.
[vii], 99f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.
Orientador : Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 86-89.

1. Cidades e vilas - Aspectos sociais. 2. Segregação
urbana - Ribeirão das Neves (MG). 3. Geografia urbana.
4. Espaço urbano - Ribeirão das Neves (MG).
5. Urbanização. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de
Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. II. Título.

CDD 22. ed. 307.76

OSMAR HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA

**SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO
HORIZONTE: O CASO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADA: 18 de março de 2016.

Clarice Cassab Torres

Teresa Cristina de Almeida Faria

Ítalo Itamar Caixeiro Stephan
(Orientador)

Para aqueles que me fazem, todo dia, uma pessoa melhor:

Mãe, Pai, Tali, Fabi, eu amo vocês!

“A minha liberdade é o que me prende”

(Mais uma vez, Jota Quest. Adaptado)

AGRADECIMENTOS

Dois anos se passaram. Dissertação finalizada, sonho realizado e um sentimento de gratidão por todos aqueles que estiveram do meu lado nessa caminhada e que me ajudaram de alguma forma a chegar até aqui.

Agradeço a Universidade Federal de Viçosa por ser um exemplo de acolhimento ao estudante e pela oportunidade de qualificação profissional. Aos funcionários do PPGAU e DAU, em especial, Ana Cláudia e Coutinho, agradeço a atenção e apoio nos momentos de informações e descontração. Aos professores da Pós, obrigado pelo aprendizado e ensinamentos para tornar esta dissertação possível.

Obrigado aos funcionários da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, especialmente Adriana, Secretária de Cultura, sempre muito disponível e atenciosa durante a minha pesquisa.

As amigas do mestrado, Ana e Áurea, sempre excelentes companhias para um café e para as caronas, que eu sempre aceitava, obrigado! Aos amigos de Viçosa, obrigado pela companhia! Especialmente, agradeço a May, pelas crises de riso, discussões políticas e desabafos emocionais que faziam meus almoços no R.U muito prazerosos! Obrigado Saulo! Amigo distante, porém sempre presente nos momentos de dúvidas e desesperos.

Meus primos, obrigado pela companhia! Sou imensamente grato aos nossos momentos de diversão durante esses dois anos, tornando este trabalho mais descomplicado.

Ao Prof. Ítalo, muito obrigado por embarcar nessa empreitada junto comigo. Agradeço todo o aconselhamento, disponibilidade de ajuda e por acreditar neste trabalho! A Prof.^a Maria Isabel, sempre disponível e cordial, obrigado pelos ‘puxões de orelha’, atenção e amizade!

Aos meus pais, Márcio e Graça, a gratidão eterna! Obrigado por total apoio e preocupação sempre! Tali, minha linda! Suas palavras de incentivo foram essenciais para eu chegar até aqui! Obrigado! Vocês são o que eu tenho de melhor!

Fabi, você merece um agradecimento especial! Obrigado por todo carinho e atenção nos momentos de angústia desses dois últimos anos. Obrigado por estar do meu lado me incentivando sempre a buscar o meu melhor. Hoje compartilho essa conquista com você, que faz toda a diferença em minha vida com o seu amor!

E a todos que se fizeram presentes durante esta caminhada, obrigado!

RESUMO

SILVA, Osmar Henrique Ribeiro da, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2016. **Segregação Espacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso de Ribeirão das Neves, Minas Gerais.** Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

A compreensão do processo de segregação espacial expressa em Ribeirão das Neves, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é o principal objetivo deste estudo. Para isso é apresentada a formação da região metropolitana, através de uma análise da estruturação espacial e social e do crescimento do espaço urbano. Além disso, foi exposto o processo de periferização de Ribeirão das Neves na RMBH por meio da identificação dos loteamentos construídos ilegalmente e da análise da implantação das seis unidades prisionais no município. Nesse sentido, buscou-se confirmar a hipótese de que as estratégias de atuação do Governo do Estado e do mercado imobiliário influenciaram e influenciam o processo de segregação espacial no município. Para alcançar o objetivo desta pesquisa e confirmar a hipótese apresentada, os métodos de trabalho propostos foram os levantamentos bibliográficos, documentais e visitas a campo para coleta de informações em unidades administrativas estaduais e municipais. Os dados foram explorados e expostos através de mapas, tabelas e gráficos, facilitando a compreensão da análise. No decorrer da pesquisa foi observada a inferioridade dos índices e indicadores sociais, econômicos e demográficos de Ribeirão das Neves em comparação com outros municípios da região metropolitana. É notória a condição precária da cidade desde sua criação até hoje, um processo histórico baseado na implantação de penitenciárias e loteamentos de baixa qualidade destinados à população de baixa renda. Por fim, uma nova interpretação da segregação espacial foi observada com o estudo do espaço urbano de Ribeirão das Neves. Conclui-se que todo o território municipal encontra-se segregado em relação à RMBH, fato confirmado pela presença de uma população homogeneamente pobre, baixos índices e indicadores analisados, estigma de cidade violenta, fatores que não contribuem para o crescimento e desenvolvimento econômico do município.

ABSTRACT

SILVA, Osmar Henrique Ribeiro da, M. S. Federal University of Viçosa, March, 2016. **Spatial segregation in the Belo Horizonte Metropolitan Area: the case of Ribeirão das Neves, Minas Gerais.** Advisor: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

The main objective of this study understands the socio-spatial segregation process expressed in Ribeirão das Neves, municipality of Belo Horizonte Metropolitan Area (BHMA). It presented the process of forming the metropolitan area, through an analysis of spatial and social structure and its expansion process. In addition, it was explained the process of Ribeirão das Neves periphery in BHMA by identifying the settlements built illegally and assessing the implementation of the six prisons in the city. In this sense, found to confirm the hypothesis that the action strategies of the State Government and the property market have influenced and influence the socio-spatial segregation process in the municipality. To achieve the objective of this research and confirm the hypothesis presented, the proposed working methods were the bibliographic, documentary and field visits to collect information on state and local administrative units. The data were explored and exposed through maps, tables and graphs, facilitating the understanding of the analysis. During the research we observed the inferiority of indices and social indicators, economic and demographic Ribeirão das Neves of compared to other municipalities in the metropolitan region. It is notoriously precarious condition of the city from its inception until today, a historical process based on the implementation of prison and poor-quality housing developments for the low-income population. Finally, a new interpretation of socio-spatial segregation was observed in the study of Ribeirão das Neves urban space. We conclude that the entire municipality is secreted in relation to BHMA, confirmed by the presence of a homogeneously poor, low rates and indicators analyzed, violent city of stigma, factors that do not contribute to economic growth and development of the municipality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. SEGREGAÇÃO ESPACIAL: do conceito a manifestação	5
1.1 A construção do conceito	5
1.2 Abordagens do conceito de segregação no Brasil	8
1.3 A segregação espacial nas metrópoles brasileiras	14
2 REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: formação, expansão, periferização e segregação.	18
2.1 A capital Belo Horizonte e o processo de metropolização de 1930 – 1970.....	18
2.1.1 Antecedentes - a criação da Nova Capital.....	18
2.1.2 Da expansão para metropolização.....	23
2.2 A criação da Região metropolitana de Belo Horizonte e o processo de periferização	26
2.3 O papel de Ribeirão das Neves na RMBH.	32
3. RIBEIRÃO DAS NEVES E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO	35
3.1. Formação histórica de Ribeirão das Neves	35
3.1.1. Fragmentação do território e a articulação externa.....	38
3.2. Formação do espaço carcerário em Neves	40
3.3. Expansão do território nevesense.....	45
3.3.1. Os loteamentos populares.....	49
3.3.2. O processo de parcelamento de Ribeirão das Neves no período de 1950 a 2010. 53	
3.3.3. Infraestrutura e paisagem dos parcelamentos	64
4. A SEGREGAÇÃO ESPACIAL EM RIBEIRÃO DAS NEVES.....	69
4.1 Análise da segregação – caminho metodológico	69
4.2 Análise dos índices e indicadores sociais em Ribeirão das Neves	71
4.2 Espaço homogêneo e segregação em Ribeirão das Neves	77
CONCLUSÕES	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
ANEXOS.....	90

INTRODUÇÃO

As cidades são construções históricas e sua forma atual são sobreposições destes processos (SANTOS, 1986). O urbano pode ser entendido como um processo abstrato que se materializa em formas, ações e aspectos culturais. Nasce da cidade e é próprio dela. O espaço urbano é ao mesmo tempo fragmentado e articulado, reflexo e condicionante da sociedade, conjunto de símbolos e palco de lutas. “É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CORRÊA, 2000).

No Brasil o processo de urbanização é relativamente novo, trazemos no nosso crescimento urbano resquícios da história colonial, uma industrialização que intensificou nos anos 1950 e 1960. A partir desse contexto o Brasil passa a ter uma concentração populacional nos grandes centros urbanos e nas cidades de médio porte. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostram que a população brasileira é cada vez mais urbana, sendo que no ano de 2010 apenas 15,64% da população total tinha sua situação de domicílio em áreas consideradas rurais.

Devido ao cenário de célere aumento da população urbana brasileira, mostra-se relevante o estudo de caso do crescimento e desenvolvimento das nossas metrópoles. Pesquisas sobre os grandes centros urbanos brasileiros buscam formas de contribuir para a análise do desenvolvimento futuro dessas regiões definindo políticas públicas direcionadas para a atenuação das desigualdades sociais e dos processos de segregação.

No caso de Minas Gerais, o ritmo de crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) vem, pelo menos desde os anos 1940, superando o ritmo de crescimento da população estadual e, em consequência disso, o que se observa é uma concentração cada vez maior da população mineira no espaço metropolitano. De acordo com dados do IBGE (2010) cerca de 25% da população do estado reside na RMBH e como sua experiência não constitui uma exceção à regra, ao processo de metropolização seguiu-se, a partir dos anos 1970, a periferização, alimentada principalmente pelas migrações intrametropolitanas.

Nesse sentido, a presente dissertação analisa o processo de crescimento e desenvolvimento do espaço urbano de Ribeirão das Neves, município pertencente à RMBH, e seu papel no contexto dessa região – (ver Figura 1). Pretende-se aprofundar a compreensão do processo de surgimento e expansão do território da cidade, através da

hipótese de que as estratégias de atuação do Governo do Estado e do mercado imobiliário, atuantes no município, possam ter contribuído para um possível contexto de segregação espacial ao longo do seu desenvolvimento.

Ao trabalhar o conceito de segregação, é relevante a importância de se entender o espaço como meio de construção social ao longo do tempo, através de fatores econômicos, políticos e culturais. Por meio da análise de dados e informações a partir da década de 1950, foi possível levantar o histórico de formação do município, assim como entender a estruturação urbana da metrópole de Belo Horizonte com repercussões em toda a RMBH. A expansão dessa região foi influenciada principalmente pela implantação da Cidade Industrial em Contagem e pela construção de loteamentos populares em cidades vizinhas a capital, mais especificadamente no Eixo Norte da RMBH, criando-se uma dinâmica de periferização da população pobre metropolitana.

A proposta metodológica utilizada neste estudo difere de outros trabalhos que abordam a segregação em determinadas áreas, bairros da cidade, seccionando a mesma. Pretende-se analisar a segregação imposta no território de Ribeirão das Neves no contexto metropolitano, fato possível com a interpretação de índices e indicadores da estrutura social, espacial e econômica do município. Para tanto a metodologia adotada baseou-se em levantamentos bibliográficos e documentais da RMBH e de Ribeirão das Neves. Estudos da Fundação João Pinheiro e do extinto PLAMBEL foi de grande importância para construção deste trabalho. Visitas às Secretarias da Prefeitura de Ribeirão das Neves, ao IBGE e Bibliotecas da UFMG serviram apoio para pesquisas mais aprofundadas. Além de trabalhos a respeito do processo de segregação socioespacial. Todas as informações foram analisadas, organizadas e agrupadas de forma a extrair o máximo de dados e interpretações sobre o tema abordado.

A exposição da análise foi organizada em quatro capítulos principais e um capítulo final de conclusão.

O primeiro capítulo busca apresentar a delimitação conceitual da segregação espacial, sua compreensão e utilização por renomados autores estudiosos do tema. Expõe-se a construção do conceito e sua expressão nas metrópoles brasileiras.

O segundo capítulo contextualiza o processo histórico de formação e desenvolvimento do espaço urbano da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Para melhor elucidação, é feita uma apresentação da criação da cidade planejada de Belo Horizonte e seu crescimento em direção à metropolização, com o intuito de mostrar

eixos de expansão da RMBH e sua periferização. Este último torna-se um objeto de preocupação para o Estado e objeto de interesse para o capital imobiliário. Outro ponto levantado é a ação estatal, através da criação de grandes empreendimentos, que proporcionaram o direcionamento do crescimento da capital e da sua periferização em direção ao Eixo Norte da região metropolitana. É feita uma rápida apresentação do papel de Ribeirão das Neves na região metropolitana é discutindo a fim de instigar o leitor ao capítulo seguinte.

No terceiro capítulo é feita a contextualização do município de Ribeirão das Neves, objeto de estudo da pesquisa. É exposto o processo histórico da sua formação e seu desenvolvimento, particularmente sob o ângulo do mercado de terras, da dinâmica imobiliária e do crescimento populacional, importantes mecanismos de estruturação do município. Através de informações sobre a construção dos primeiros loteamentos no final da década de 1940, do boom da década de 1970 e da posterior fragmentação e a desarticulação interna, é relatado como Ribeirão das Neves foi palco de um acelerado processo de abertura e ocupação de loteamentos, com baixo padrão urbanístico e infraestrutura precária. A atuação do Estado através da implantação das unidades carcerárias, a falta de poder econômico por parte da população e a articulação periférica colocam Ribeirão das Neves em um cenário precário e segregado diante da RMBH.

O quarto capítulo explicita a análise dos índices e indicadores demográficos, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade social baseados nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. O quadro nesta segunda metade do século XXI do Município de Ribeirão das Neves, que se caracteriza por uma densa população de baixa renda per capita, que apresenta altas taxas de desemprego, altas taxas de movimentos pendulares, alto nível de violência e alto déficit habitacional, explicita a inserção do município no contexto metropolitano, como um espaço periférico segregado, desarticulado e marginalizado, revelando um quadro generalizado de carências urbanas.

Para o último capítulo ficam guardadas as conclusões da pesquisa desta dissertação. Destaca-se a confirmação do território segregado de Ribeirão das Neves através das interpretações dos dados e informações trabalhados no capítulo anterior. São levantados como a atual estrutura da cidade em questão desfavorece seu desenvolvimento e as dificuldades no acesso a algumas informações relevantes para a pesquisa.

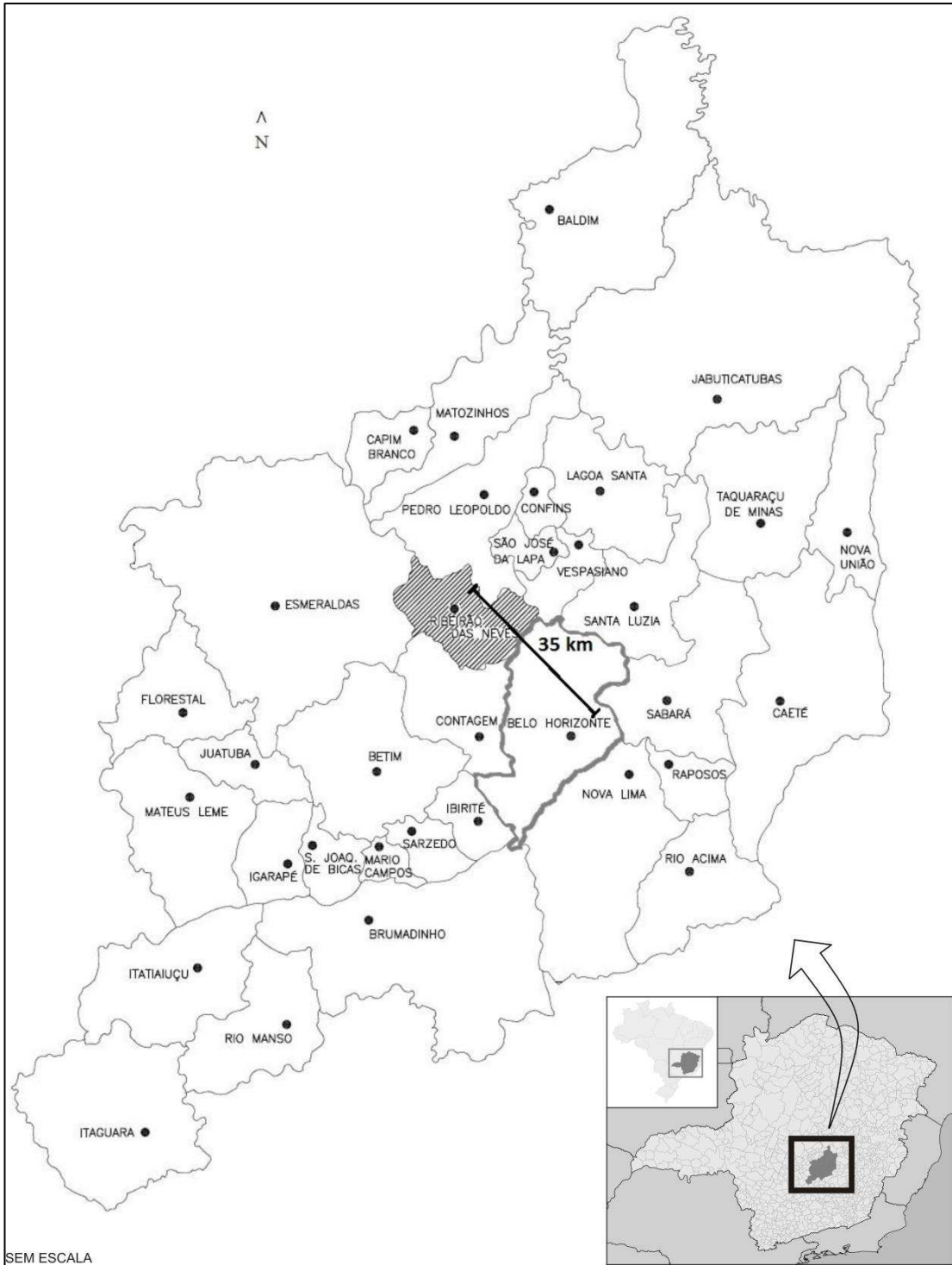


FIGURA 1 - Ribeirão das Neves na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, Lei de Uso e Ocupação do Solo, 2006.

1. SEGREGAÇÃO ESPACIAL: do conceito a manifestação

Pensar o urbano através apenas da organização espacial das classes sociais nos reporta a inúmeros problemas de ordem social, econômica, política e ideológica. Dentre os problemas observados, a segregação espacial tem se tornado um impasse continuamente preocupante nos cenários metropolitanos brasileiros.

No primeiro capítulo desta dissertação é abordada a evolução do conceito de segregação espacial no Brasil, suas formas de expressão nas metrópoles brasileiras e as consequências que as mesmas promoveram no espaço urbano. Para a construção de uma reflexão acerca do tema da segregação, uma investigação sobre os conceitos de espaço e de periferia, se mostra necessária para a compreensão da segregação, entendida enquanto um processo ocorrido no espaço urbano.

A metodologia empregada para descrever o tema baseou-se na análise bibliográfica de estudiosos vinculados aos estudos urbanos. A escolha de autores como Teresa Caldeira, Flávio Villaça, Jupira Mendonça e Luiz César de Queiroz Ribeiro como base para o discurso justifica-se, pois apresentam enfoques diversificados.

Para exposição do tema levantou-se o histórico do uso do conceito para espaços urbanos, após discorreu-se a respeito das principais ideias dos autores citados. Foram tratados exemplos pontuais de segregação em níveis diferentes de escala, com a intenção de contextualizar e exemplificar a segregação espacial nas cidades brasileiras.

1.1 A construção do conceito

A noção de segregação tem uma das suas principais críticas relacionada justamente a sua conceituação imprecisa. Sua interpretação limitada ao empirismo de expressões nos espaços urbanos e seus significados abrangendo diversos elementos, contribuem para uma análise que cabe várias compreensões. Segundo Mendonça (2002) a segregação social, urbana, espacial, étnica são algumas das representações que o conceito em questão pode apresentar.

É observável que a segregação cria nos espaços urbanos uma diferenciação espacial que resulta em espaços distantes fisicamente, mas também em espaços distantes socialmente, apesar da aproximação física. Segundo Brun (1994 apud MENDONÇA,

2002) a distância social aliada à distância física não garante a significação da noção de segregação. Para o autor, a proximidade física não representa proximidade social.

Mendonça (2002) afirma que tanto a distância física quanto a social podem ser observadas nas cidades contemporâneas. As favelas exemplificam a proximidade física juntamente com uma expressiva distância social em relação às demais classes sociais. Já os grupos mais pobres da população, assim como os condomínios de luxo da classe alta, localizados a longas distâncias do centro metropolitano, são exemplos de que a distância social pode também acontecer simultaneamente à distância física. Nessas distâncias, física ou social, é possível perceber a escassez de infraestruturas básicas disponíveis nos locais onde a população pobre está localizada, perpetuando uma dependência de serviços coletivos de outras regiões da cidade.

Neste trabalho utiliza-se o conceito da segregação espacial, ou seja, a segregação como manifestação evidente das disparidades sociais materializadas no espaço, o qual é compreendido como produto social. Desse modo, para compreendermos a segregação é preciso analisar o espaço geográfico e conseqüentemente o conhecimento do urbano, local de (re)produção da força de trabalho, das relações sociais e das desigualdades resultantes da atuação capitalista.

O conceito de “espaço” tem sua significação baseada enquanto atributo das relações sociais. Sendo assim admitimos que o espaço resulte da ação antrópica na natureza, dando forma e agregando valores e funções. (GONÇALVES, 2013). Santos (1996) ao discutir tal conceito no livro ‘A Natureza do Espaço’ coloca que:

"[...] a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica – um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz, e ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1996, p.63).

Podemos definir o espaço como a união de objetos que nele se fazem presentes e a viabilidade da atuação social. Segundo Gonçalves, a relação dialética existente entre sociedade e natureza, determinada em um tempo histórico, contribui para a construção do conceito de espaço, uma vez que este é o resultado e resultante da dinâmica social, “define-se dentro de uma totalidade, estruturado a partir de formas e funções que variam no tempo e conforme cada sociedade” (GONÇALVES, 2013, p. 25).

Santos (1996), ao apresentar categorias de forma, função, estrutura e processo como uma metodologia de análise do espaço geográfico afirma o espaço como um

conjunto de objetos que são criados na medida do trabalho do homem e esses são condicionantes para a reprodução social. Nessa mesma visão, para Castro et. al. (1996) o espaço geográfico está inserido no processo de desenvolvimento da sociedade, pela reprodução social, de modo que essa reprodução esta fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, em nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômico-social. Como produto social o espaço manifesta a ação das classes sociais em formas espaciais, como por exemplo, a segregação, em que grupos sociais se excluem (autosegregação) ou são excluídos (segregação imposta) para áreas que atendam suas necessidades, sejam elas de privacidade e segurança ou acesso a terra mais barata.

No livro “A Questão Urbana” (1972), Manuel Castells, discute o fenômeno urbano em sua complexidade construída ao longo dos anos, fundamentado em um enfoque estruturalista, no qual a urbanização pode ser compreendida como forma específica da sociedade humana, concentrando atividades e populações e difundindo a cultura urbana a partir da produção de valores sociais. Segundo autor, a produção social das formas espacial constitui-se a partir da concentração de parte da população em um determinado espaço, constituindo aglomerados funcionais e interdependentes do ponto de vista social, inserido em uma rede urbana maior.

De acordo com Castells (1972) a segregação tem uma função relevante na estrutura e dinâmica urbana à medida que ela é inerente à produção do espaço, considerando os agentes estratégicos que (re)produzem o espaço urbano. Desse modo, a segregação é compreendida a partir dos conflitos que emergem entre estes agentes, definindo-se como uma questão não somente da estrutura social, mas acima de tudo, política.

Já para David Harvey (1980), a justiça social quando pensada em relação à desigualdade do espaço urbano, segue a direção para o entendimento acerca do conceito de renda. Desse modo, o sistema urbano é concebido de forma desigual, com determinadas áreas ou bairros classificados devido a sua acessibilidade e mobilidade, baseados em investimentos públicos e privados em bens de consumo coletivo, assim como nas atividades econômicas presentes e no acesso ao solo e à habitação.

Segundo o autor, a propriedade enquanto direito privado na sociedade capitalista exemplifica um dos aspectos mais evidentes da segregação espacial. O entendimento a respeito da segregação no estudo de Harvey é analisado de acordo com as diferenças

significativas das relações sociais, principalmente levando em consideração a questão habitacional. Estas diferenças, já baseadas por meio da renda, chegam ao nível da oferta de bens de uso coletivos e às disparidades em termos de possibilidade de elevação social. Caracteriza-se por ser uma ruptura à justiça social urbana, ou seja, o direito à cidade.

De modo geral, a segregação, entendida a partir das disparidades socioespaciais, seja em função da estrutura social, seja em função do acesso aos bens de uso coletivo ou do papel dos agentes produtores do espaço é uma realidade que altera paulatinamente o processo de organização do espaço urbano.

1.2 Abordagens do conceito de segregação no Brasil

Ao longo do trabalho, utilizou-se a ideia de segregação espacial discutidos por autores que estudaram o termo e suas expressões pelo espaço urbano brasileiro. Teresa Caldeira, em seu trabalho “Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo” (2000), reitera o percurso histórico de São Paulo a partir de dados que qualificam a segregação espacial; Flávio Villaça em seu trabalho converge sua linha de pesquisa com a da autora anterior e aborda as relações sociais como sendo responsáveis pelo (re)produção dos deslocamentos nos espaço urbano carioca e paulistano; Luiz César Queiroz Ribeiro, em seu estudo, utiliza indicadores sócio-ocupacionais para realizar uma análise quantitativa do espaço do Rio de Janeiro. Por fim, Jupira Mendonça analisa historicamente o processo de segregação espacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Buscando uma análise qualitativa da perspectiva histórica, Caldeira (2000) delimitou três fases da segregação na capital paulista. A primeira fase, do final do século XIX até começo dos anos da década de 1940, é caracterizada pelo impulso da urbanização a partir da chegada dos emigrantes, e caracterizada pela ocupação espacial concentrada nas áreas centrais. Era perceptível a heterogeneidade e a proximidade física entre as classes sociais. Além desse convívio residencial heterogêneo, havia a presença de fábricas, estabelecimentos comerciais, todos compartilhando a mesma vizinhança. Com as políticas higienistas¹ do Estado houve a reorganização do espaço e as formas de

¹No Estado de São Paulo, nos anos iniciais da República, houve um processo de higiene e limpeza social, associado à pobreza e, ao mesmo tempo, a um desejo utópico de uma cidade limpa e

segregação aparecem quando a pobreza passa ser associada a doenças e promiscuidade dos moradores pobres que habitavam o centro. Por outro lado, gradativamente a classe mais favorecida se distancia do centro, ocasionando uma consequente valorização e desvalorização imobiliária nestas áreas.

Para a segunda fase, compreendida entre 1940 até meados de 1980, observa-se o desenvolvimento do padrão centro-periferia. Essa lógica reserva áreas centrais bem equipadas em termos de infraestrutura urbana para as classes dirigentes e também áreas, antes periféricas, que hoje são consideradas uma extensão da centralidade metropolitana. Os grupos mais pobres e marginalizados continuam a habitar as antigas e novas periferias urbanas metropolitanas. O padrão centro-periferia se desenvolveu com a expansão do histórico do capitalismo industrial, e sua heterogeneidade segundo Oliveira, Santana e Meira (2013) seria uma de suas características. Para os autores o caráter desigual desse desenvolvimento favoreceu a construção de centros de domínio onde as relações sociais de produção já estão em um estágio avançado, ocorrendo assim uma divisão desproporcional dos benefícios acumulados, o que permite falar em “centro e periferia”.

Tais periferias urbanas passaram a ser caracterizadas como espaços homogêneos de pobreza situados em áreas distantes e onde a classe menos favorecida encontrava sua moradia. A ação dos agentes imobiliários nesses espaços foi de forma irregular, abrindo loteamentos sem infraestruturas básicas e descaso da administração pública com os mesmos.

Na terceira fase delimitada pela autora, pós-1980 até os dias atuais, a cidade está mais fragmentada e observa-se agora menos homogeneidade na ocupação do espaço urbano. Durante o período da democratização brasileira nos finais da década de 1970, realizou-se maior atendimento às demandas da periferia, havendo assim, regularização de moradias e maior investimento estatal em estrutura e serviços públicos. Tal fato possibilitou maior valorização dessas áreas e a consequente atração de setores médios. Nesse mesmo sentido algumas famílias mais pobres se viram obrigadas a mudar de

saudável, como ideologia elitista. As classes pobres não passaram a ser vistas apenas como classes perigosas, e também como aqueles que ofereciam perigo de contágio de doenças. Sendo assim, utilizou-se o discurso do progresso para uma reorganização do espaço e das habitações. Os cortiços e outras moradias insalubres foram demolidos e/ou desocupados, fazendo com que a população que ali vivia desloca-se para outras regiões afastadas, porem ainda não favorecidas com projetos de urbanização. Ver mais em Oliveira (2013).

localidades devido ao aumento do preço e também a elite se autosegregar nos condomínios fechados em áreas afastadas, buscando segurança e maior privacidade.

Observa-se hoje um padrão de segregação em cidades brasileira, os enclaves fortificados, também chamados de condomínios fechados, que “são espaços privatizados fechados e monitorados pela residência, consumo, lazer e trabalho” (CALDEIRA, 2000, p. 211). Também conhecido como autosegregação, os enclaves fortificados favorecem a segregação espacial ao contribuir para que a interação social urbana diminua. Passam a existir os espaços públicos privatizados, com acesso apenas aos que podem se isolar nesses condomínios.

Para Villaça:

A segregação socioespacial irá ocorrer na medida em que houver maior concentração de determinada camada social em uma área delimitada em comparação com outras áreas mais heterogêneas da cidade (...), entretanto, não existe predominância ou exclusividade das camadas sociais de alta renda em regiões, mas sim uma tendência. Todavia, no que concerne à homogeneidade de baixa renda, esta pode existir em determinadas áreas urbanas (VILLAÇA, 2001:22).

O autor relaciona a produção do espaço e suas diversas conotações históricas de segregação a partir de interesses e de articulações sociais, conjugando território, economia, política e ideologia. No seu trabalho, “O Espaço intra-urbano no Brasil”, Villaça se utiliza de uma delimitação, assim como Caldeira, entretanto sem caráter quantitativo, do território urbano: áreas centrais, sub-centrais, residenciais e industriais. Assim como inclui a área urbana às chamadas ‘estruturas não-territoriais’, sendo essas as estruturas de transporte, serviços, infraestruturas e planos políticos, econômicos e ideológicos. Desse modo, determinadas áreas da cidade possuem valorização diferente uma das outras, as mais valorizadas possuem serviços e atividades que favorecem a população rica, em contrapartida às regiões menos favorecidas de recursos acomodam a população mais pobre.

No estudo em questão, o autor cita os estudos realizados pela Escola de Ecologia Humana de Chicago no início do século XX ao afirmar que, os habitantes de uma cidade irão se alocar em espaços que sejam condizentes com suas capacidades de obtê-los. Segundo o autor “a concentração, dentro de uma mesma área residencial, de pessoas que reúnem características semelhantes entre si” (VILLAÇA, 2001:147). Distingue-se então a segregação “voluntária” da “involuntária”. A involuntária caracteriza-se como sendo o processo em que determinados grupos sociais são obrigados à ocupação e/ou

desocupação de espaços específicos na cidade. Já a segregação voluntária é o processo em que parcelas da população, por vontade própria se dirigem a espaços que sejam próximos em um nível hierárquico social.

Ao utilizar esta linha de raciocínio na reconstrução histórica dos processos de apropriação e alteração do espaço urbano da cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, o autor remete-se aos processos de alteração da segregação espacial nessas cidades. No Rio de Janeiro, o processo de ocupação do espaço urbano pela elite modificou-se durante o processo de crescimento da cidade. A concentração da classe mais favorecida próximo a edifícios públicos e teatros marcou o início do século XIX. Nesse mesmo período a elite também ocupava bairros residenciais localizados bem distantes do centro, fato justificado pelo local agradável que oferecia melhor qualidade de vida. Segundo Villaça (2001) apesar de se alocarem distantes da área central, as elites acabavam por se tornar urbanas devido à atração constante de mais famílias para essas localidades. Os bairros mais arborizados foram destinos da elite carioca. Em contrapartida os morros e encostas que eram mais áridos acabavam como destino pela população mais pobre, que na sua grande maioria eram ocupadas de modo irregular, exemplificando a “segregação involuntária”. Em um segundo momento, no início do século XX, a elite passa a prezar e ocupar a orla litorânea, devido “a valorização das praias como local de residência” (VILLAÇA, 2001:177). A melhoria no acesso a orla e o transporte entre bairros favoreceu ainda mais essa nova ocupação. Deste modo, bairros que antes eram ocupados pela elite passam a ser considerados distantes e isolados.

Para o caso paulista, Villaça também refaz uma construção histórica do processo de segregação da cidade de São Paulo articulando com as relações sociais, através da valorização e desvalorização de determinadas áreas urbanas da cidade ao longo do tempo. Desde o final do século XIX, quando teve início o explosivo crescimento da capital paulista, as classes mais ricas começaram a se segregar e, em seu crescimento, passaram a se deslocar para a zona sudoeste da cidade. A classe média e acima da média cresceram sempre na mesma direção e jamais abandonaram esse direcionamento. Tal deslocamento atraía o comércio, os serviços e os empregos desta classe média e alta, assim como direcionava a implantação de infraestruturas de qualidade por parte da ação pública. Outros bairros de classe média alta fora do eixo citado, entretanto, somente no chamado Quadrante Sudoeste que estão localizadas as classes mais altas.

Por outro lado, as classes menos favorecidas ocuparam o restante da cidade e a periferia. Para o autor, a atuação do mercado imobiliário, juntamente com o poder público, produziu o espaço urbano de São Paulo de modo que as classes pobres acabaram se alocando em regiões onde as condições de acessibilidade são as piores, ou seja, zona leste, norte, oeste, e o ABCD, além das periferias pobres e das favelas afastadas da região central. Para mais, os transportes desempenham um papel importante na acessibilidade e na segregação de São Paulo, uma vez que segundo o autor a acessibilidade está mais frequentemente associada a termos de tempo de deslocamento e o custo do meio de transporte, do que a distância a ser percorrida.

Para Villaça (2001), apesar da área com maior concentração de ricos também se constituir uma periferia, por estar distante da área central da cidade, ela possui melhores estradas e rodovias, além dos seus moradores possuírem automóveis. Como citado acima, com a atração dos serviços para mais próximo dos bairros mais favorecidos, desenvolve-se um novo centro para atender essa camada mais alta da sociedade gerando uma segregação ainda mais marcada, uma vez que os trabalhadores viam o centro deslocando-se para outro centro que se direcionava para os mais ricos.

De modo geral, o autor afirma que os espaços urbanos de São Paulo são redefinidos de acordo com os estilos de vida presentes, com a especulação imobiliária, acesso a serviços coletivos, etc. A segregação espacial nesse caso, é tratada pelo autor através de dados censitários destacando as relações sociais como responsáveis pela dinâmica de deslocamentos no espaço urbano da capital paulista.

Para o terceiro autor analisado, Ribeiro (2003), a interpretação da segregação socioespacial baseia-se na categorização sócio-ocupacional dos habitantes de diferentes áreas das cidades, não baseando em critérios qualitativos utilizados pelos autores anteriores, como por exemplo, a renda e o acesso a serviços públicos. Segundo o autor, a segregação “passa a ser pensada como tradução territorial da estrutura social” (RIBEIRO, 2003, p. 166). Desse modo a posição da população no espaço urbano decorre das preferências e restrições de acesso a terra como também dos recursos que a população pode adquirir.

Segundo Ribeiro para uma conclusão a respeito da diferenciação social do espaço, uma vez que o tamanho demográfico exerce influência direta, é importante e necessário estabelecer o nível escalar da unidade espacial que será colocada em análise, seja esse nível um bairro, uma zona da cidade ou a cidade inteira. Para a o Rio de

Janeiro, os chamados ‘espaços superiores’ são ocupados majoritariamente por empresários, dirigentes e profissionais liberais. A elite dirigente, setores médios e parcela da população popular também estão presentes, em números representativamente menores. Entretanto ao analisar a densidade relativa da população, é observado que a elite é de 5 a 7 vezes maior nos espaços superiores em relação ao restante da região metropolitana da capital fluminense. Para as categorias populares, estima-se que “cerca de 18% dos ocupados moradores dos espaços superiores são integrados por aqueles que atendem à demanda de serviços pessoais das elites e de parte da classe média” (RIBEIRO, 2003:172).

A noção de espaços sociais homogêneos é posta de lado e dá lugar aos espaços sociais heterogêneos na mesma cidade. Espaços ocupados em sua maioria por uma mesma classe social, caracterizando a intensificação do problema da segregação residencial.

Para Mendonça (2002), a origem da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte ocorreu com a fundação da metrópole. O plano de Aarão Reis para a construção da nova capital mineira, no final do século XIX, já caracterizava um cidade que seguiria os critérios dos “higienistas sociais”. Dividida em zonas urbanas, Belo Horizonte já cresceu afirmando um caráter segregacionista. A Zona Urbana, delimitada pela atual Avenida do Contorno, destinou-se a proprietários de terra do antigo Arraial Del Rey e a ex-proprietários de Ouro Preto. Para a Zona Suburbana, os terrenos destinavam-se a sítios e chácaras de lazer da elite. Já a Zona Rural, localizada em volta das duas últimas, tinha a função de abastecer a cidade com a produção agropecuária (ver Figura 2).

Segundo a autora, a forte presença do Estado durante todo o processo de formação da RMBH favoreceu diretamente para a confirmação para um espaço metropolitano segregado. A estruturação do território sempre foi direcionada pela intervenção estatal, desde ações para o crescimento industrial, como a implantação da Cidade Industrial em Contagem, até a regulação para a produção do espaço, através da especulação imobiliária dos terrenos centrais.

O processo de segregação da RMBH foi característico do modelo centro-periferia, onde o centro é dotado de infraestruturas, serviços coletivos e comércio bem desenvolvido e a periferias, áreas distantes da região central que sofrem com a exclusão espacial e social. Entretanto, o quadro mudou ao longo da década 1990 quando a

saturação do espaço da área central, a criminalidade e a busca por melhor qualidade de vida, fizeram uma parte da elite se deslocar para além do centro da capital e se instalar preferencialmente nos condomínios fechados construídos em Nova Lima (Mendonça, 2002).

As análises das manifestações da segregação socioespacial revelam as contradições econômicas e sociais da sociedade sobre o espectro do espaço geográfico. As metrópoles brasileiras, de modo geral seguiram uma trajetória de crescimento favorável ao tratamento desigual de seus territórios, como será analisado no próximo tópico.

1.3 A segregação espacial nas metrópoles brasileiras

A segregação no espaço diz respeito à separação constituída pelos padrões de localização dos grupos sociais no território da cidade (MARQUES, 2007, p. 29).

O processo de segregação espacial é um constante tema entre pesquisas que abordam o espaço urbano e sua expansão. A maior parte desses estudos aponta a desigualdade da apropriação do espaço urbano devido ao modelo econômico adotado nas cidades ao longo de seus processos de formação.

Os agentes imobiliários, juntamente com o Estado são, portanto, dos grupos transformadores do espaço urbano. Exercem suas ações na cidade caracterizando-a de modo a fragmentar cada vez mais o espaço, valorizando determinadas áreas da cidade em detrimento de outras. Para Kowarick (1979), esse processo resulta no que ele chama de “espoliação urbana” para designar o ato de privar a população ao acesso de serviços básicos de subsistência:

É o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se agudiza no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1979, P.62)

Esse cenário é comumente encontrado nas metrópoles brasileiras, principalmente nas regiões metropolitanas, onde o processo de célere crescimento e expansão do espaço contribui para o aparecimento e/ou crescimento de periferias. A falta de ação do Estado em programar políticas de uso e ocupação do solo nos morros, margens de cursos

d'água e franjas da metrópole, promover políticas habitacionais e criar infraestruturas básicas de ocupação favorece a expulsão da população menos favorecida para as margens das metrópoles. Junto a isso temos a atividade imobiliária interferindo efetivamente no preço do solo urbano, contribuindo para o processo citado (MARICATO, 2011; FERNANDES, 2008).

No Brasil, a partir da década de 1970, o espaço urbano intensifica-se como um fenômeno espacial atrelado a processos sociais. Os eventos que deram início ao crescimento das cidades e a ocorrência de processos urbanos foram a urbanização e a metropolização que se verificou a partir da década de 1950. Nesse período as periferias passaram a ser foco de pesquisas, sobretudo no início da década de 1980. Eram consideradas locais distantes do centro da cidade e habitados por uma parcela da população mais pobre, um espaço sem serviços públicos e infraestruturas básicas, definido por condições sociais e urbanas precárias (BONDUKI e ROLNIK, 1982; KOWARICK, 1979). Com características marcadas pela segregação, pobreza e desigualdade, as periferias pobres foram conceituadas por Kowarick (1979) como sendo o locus da espoliação urbana. Assim, um espaço periférico era “entendido como uma das dimensões dos processos de reprodução ampliada de nosso capitalismo periférico” (BONDUKI e ROLNIK, 1982).

Com as propostas de modernização no Brasil a partir da década de 1950, o espaço urbano passa a ser cada vez mais transformado pelos diferentes capitais. Partindo desse ponto Marques (2007) afirma que o estudo do processo de segregação espacial no Brasil teve como foco os seguintes temas:

- Dinâmica econômica e seus impactos no mercado de trabalho e na estrutura social;
- Dinâmica do mercado de terras em relação aos agentes produtores do espaço;
- O papel do Estado e das políticas públicas;
- A ordem jurídica brasileira que privilegia a hierarquia social;
- Preconceito.

Para cada um dos temas existe um cenário que configura suas diferentes dinâmicas no espaço geográfico, entretanto todas se inter-relacionam, uma vez que possuem o mesmo objeto de estudo. Neste estudo, o tema relacionado com a dinâmica

do mercado de terras em relação à ação dos agentes produtores do espaço será a base de análise da segregação.

Gonçalves (2012), por sua vez, afirma que no Brasil os primeiros enfoques sobre a questão da segregação socioespacial foram precedidos pelas análises sobre exclusão social. O processo de urbanização excluiu grupos de população carentes para os entornos das grandes cidades, população que não possuía condições de arcar com as despesas fundiárias do centro das cidades. Nessa medida, os espaços com mais infraestruturas, externalidades e atrativos como praias, lagos, parques eram alvo de especulação imobiliária, já que possuíam alto preço do terreno por metro quadrado. Para o autor esse cenário é consequência das contradições expressas na essência do sistema capitalista. De modo que a segregação espacial neste aspecto é uma das particularidades da exclusão e injustiça sociais que permeiam todo o processo de urbanização no qual o Brasil se insere, uma vez que pobreza urbana nas grandes cidades brasileiras afeta a maioria da população.

A cidade capitalista é desigual, a dinâmica do seu espaço urbano é historicamente criada com base em diferenças sociais que foram moldando a sociedade ao longo dos anos. A segregação espacial é um reflexo indubitável de um contexto de exclusão. O desenvolvimento capitalista traz consigo as desigualdades sociais, as quais expressas no espaço urbano exemplificam o processo de segregação. Gonçalves (2012, p. 58) afirma que a produção capitalista do espaço, através dos agentes produtores do mesmo resulta na segregação espacial, fenômeno inerente às metrópoles brasileiras.

No caso de Minas Gerais, o ritmo de crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte vem, pelo menos desde os anos 1940, superando o ritmo de crescimento da população estadual e, em consequência disso, o que se observa é uma concentração cada vez maior da população mineira no espaço metropolitano (CAMPOS, 2009). Nessa mesma época, Belo Horizonte já expressava uma periferização do seu território. De acordo com o Censo de 1940, a região metropolitana era marcadamente rural, com 45,5% da população na Zona Rural, na 31,5% na Zona Suburbana e com 26,0% a Zona Urbana, ao passo que a capital possuía a maior participação no total de domicílios da Zona Suburbana, com quase 60%.

Atualmente, cerca de 25% da população do estado reside na RMBH e como sua experiência seguiu o padrão do processo de metropolização brasileiro, a partir dos anos

70 houve a periferização intensificou-se, principalmente pelas migrações intrametropolitanas.

A região periférica adensou-se ao redor do centro e cresceu sócio e espacialmente sem infraestruturas necessárias e suficientes para a demanda populacional que crescia. A estrutura urbana da RMBH se confirmou como um espaço segregado, com um território fragmentado, onde a distância social entre o centro e a periferia se aprofundou progressivamente com a expansão e desenvolvimento da região.

2. REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: formação, expansão, periferação e segregação.

Neste capítulo 2 apresentamos o histórico de formação e desenvolvimento do espaço urbano da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Como ponto de partida enfatizou-se o histórico de formação e desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte e seu processo de metropolização em meados do século XX. A caracterização não somente da estrutura espacial como também da estrutura social é apresentada, em que mostra-se o processo de ocupação dos grupos sociais no espaço metropolitano.

O processo de expansão é contextualizado, demonstrando os eixos de crescimento da metrópole e a consequência desse processo para os municípios vizinhos. Juntamente a esse último apresentou-se o desenvolvimento da periferação dos operários e populares na metrópole e suas consequências para a RMBH.

Para finalizar, realizou-se a análise de Ribeirão das Neves na região metropolitana, onde é observada a reprodução da pobreza em um município tradicionalmente periférico e homogeneamente pobre. É apresentado o papel da cidade durante o processo de formação da RMBH e o atual contexto de segregação espacial.

2.1 A capital Belo Horizonte e o processo de metropolização de 1930 – 1970

2.1.1 Antecedentes - a criação da Nova Capital

Baseada no projeto de Aarão Reis, de 1894, Belo Horizonte cresceu a partir de um plano que previa uma diferenciação do seu território de acordo com as classes que iriam ocupar cada uma das regiões. Foi uma cidade criada e planejada pelo poder público para se tornar o centro político e econômico do estado de Minas Gerais.

O plano proposto dividia a cidade em três principais zonas: Zona Urbana, Zona Suburbana e a Zona Rural. Na zona urbana, o traçado urbano caracterizou-se por uma malha perpendicular de ruas cortadas por avenidas em diagonal, quarteirões de dimensões regulares e uma avenida em torno do seu perímetro, delimitada pela Avenida 17 de Dezembro, atualmente Avenida do Contorno. O traçado ortogonal dava suporte a este sistema viário com elevados padrões de infraestrutura e arborização. Dentro do perímetro da Avenida do Contorno haveria toda a estrutura urbana de transportes,

educação, saneamento e assistência médica, e abrigaria os edifícios públicos estaduais. Ali também deveriam se instalar os estabelecimentos comerciais.

A Zona Suburbana, além dos limites da Avenida do Contorno, seria reservada para a futura expansão da cidade, caracterizada por padrões urbanísticos mais flexíveis e precária provisão de infraestrutura e equipamentos urbanos, localização de sítios e chácaras. A Zona Rural, por sua vez, estaria além da suburbana e constituía-se no chamado ‘cinturão verde’ da capital, sendo formada por colônias agrícolas com a função de abastecer a cidade de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros (CAMPOS, 2009).

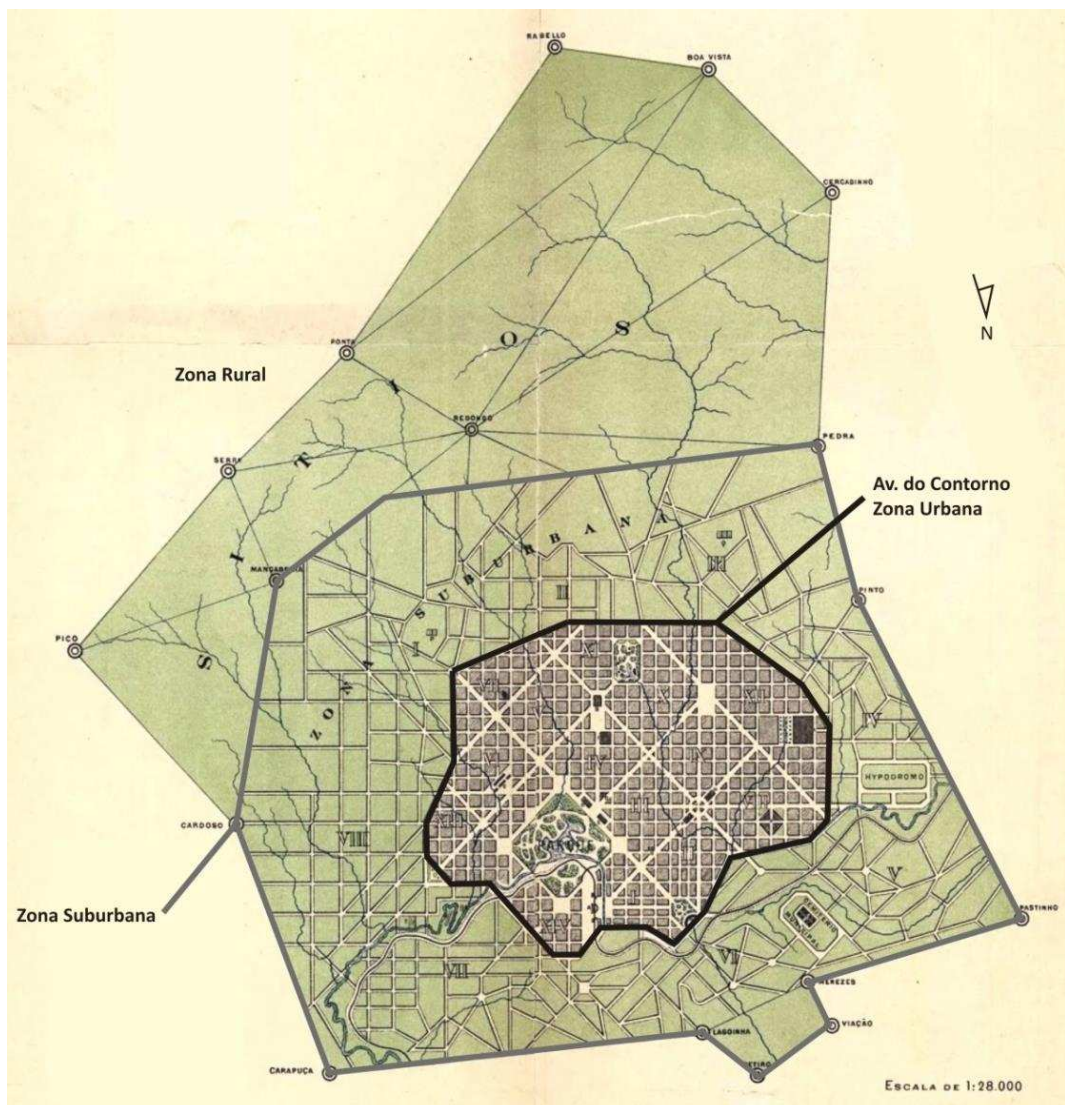


FIGURA 2 - Plano Urbanístico de Belo Horizonte, 1885. Delimitação da capital em zonas.
Fonte: Arquivos Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Segundo o Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Plambel (1985) o Estado atuou desde o início no processo de ocupação da nova capital. A política definida para a ocupação dos primeiros 30 mil habitantes da cidade incluía o incentivo à transferência dos funcionários públicos e proprietários de Ouro Preto. Para cada um desses novos habitantes eram concedidos dois lotes gratuitos pelo Estado, um urbano e um suburbano. O Estado também ofereceu o custeamento da construção das residências e/ou incentivos para a implantação de atividades, como por exemplo, com isenção de impostos.

A ocupação inicial de Belo Horizonte foi definida numa área da Zona Urbana, onde a Avenida Afonso Pena seria o corredor central, mas que também incluiria a Lagoinha e a Serra, áreas da Zona Suburbana. Visando uma ocupação do espaço no sentido norte-sul, foram definidos quatro vetores de ocupação prioritária: o bairro Funcionários, área próxima a Estação Ferroviária, o eixo da Avenida Afonso Pena e o eixo da Avenida do Comércio, atual Avenida Santos Dumont. O objetivo desta ocupação era fazer com que o estabelecimento da população e das atividades seguisse a direção do centro para a periferia (PLAMBEL, 1985:42).

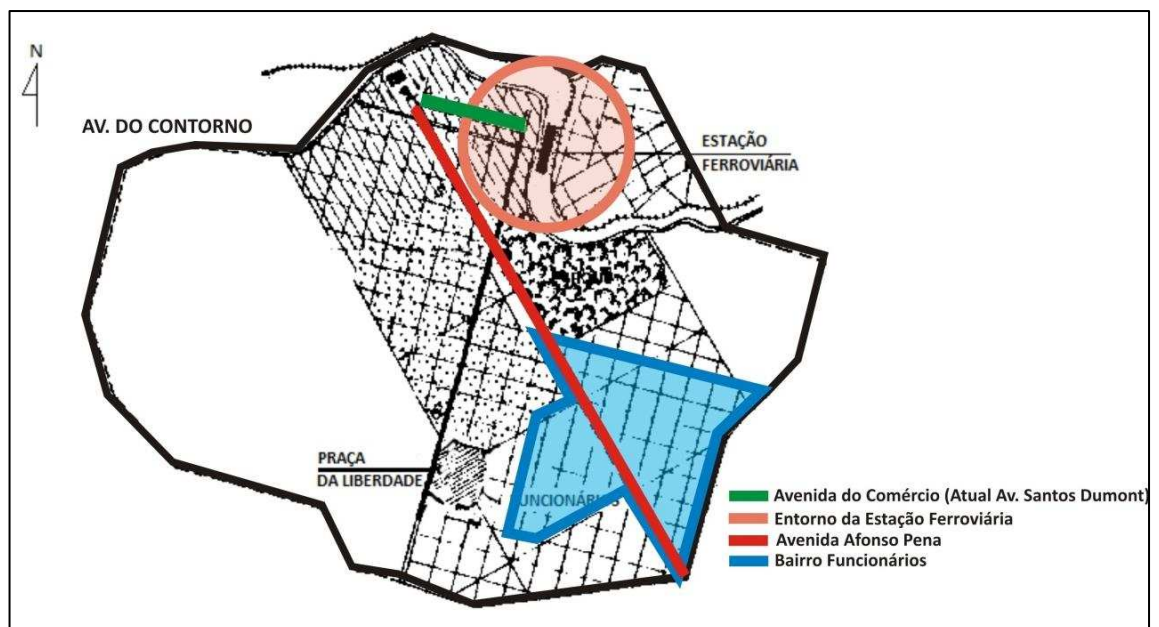


FIGURA 3 – Ocupação inicial de Belo Horizonte. A prioridade de ocupação destinou-se ao entorno da Estação Ferroviária, no Bairro Funcionários e no eixo das Avenidas Afonso Pena e do Comércio.

Fonte: Plambel, 1985. Modificado pelo autor.

A intencionalidade do Estado em adensar a capital no sentido centro-periferia foi realizada com a adoção de preços diferenciados para os terrenos, de acordo com os recursos urbanos que as regiões detinham. Segundo Fernandes e Brito (2008), o poder público também planejou um sistema viário de forma que a área urbana fosse explicitamente separada das demais, mas que ao mesmo tempo o acesso da população residente nas áreas suburbanas fosse facilitado. Os autores explicam que a Avenida do Contorno foi construída com a funcionalidade de “separar e valorizar a área urbana” e a Avenida Afonso Pena como a viabilizadora do “acesso da população de baixa renda à área central”:

No entanto, o Estado falhou em seu propósito de controlar a ocupação do solo e expansão do município, na medida em que favoreceu o processo de concentração da terra: o governo estadual permitiu que poucos indivíduos (ou grupos de indivíduos) se tornassem proprietários de um grande número de lotes. Em decorrência dessa concentração, o mercado imobiliário belo-horizontino passou a se caracterizar por intensa especulação. (FERNANDES; BRITO, 2008, p, 41)

Além disso, a ocupação no sentido norte-sul não chegou a ser efetiva, uma vez que diversos núcleos de povoados surgiram no eixo leste-oeste, seguindo o crescimento do antigo Curral D’El Rey que se desenvolveu de acordo com o percurso do Ribeirão Arrudas e a Estação Ferroviária Central do Brasil. Desse modo, a ideia do plano original de crescer do espaço central, planejado e moderno, para os espaços periféricos, distantes e sem planejamento, não é observada uma vez que a população operária que não tinha condições de pagar pelos terrenos da zona urbana, acaba se deslocando para o subúrbio. De acordo com o estudo realizado pelo Plambel, A Estrutura Urbana da RMBH (1985), 68% dos habitantes de Belo Horizonte, em 1912, estavam localizados na parte norte da Zona Suburbana e nas Colônias Agrícolas².

Em 1948, outra medida pública confirmou o modelo elitista e a segregação do plano proposto, a Lei 45 que autorizava o então prefeito, Otacílio Negrão de Lima (1947 – 1951), a aprovar construções operárias. De acordo com o texto da lei as construções

²No final da década de 1920, a capital mineira observou um crescimento significativo da sua área loteada. Tal cenário é confirmado pelos números de lotes legalizados e a disposição para compra e a população total de Belo Horizonte: 55.565 mil habitantes para 43.318 lotes (Plambel, 1987). Salienta-se que desses lotes disponíveis, 14 mil estavam localizados no vetor oeste, para além da área delimitada para a Zona Urbana.

proletárias poderiam ser construídas em uma área máxima de 60 m² com apenas um pavimento e localizadas “em pontos afastados da Zona Suburbana”.

Na década de 1950, a crescente insatisfação de arquitetos, administradores e cidadãos da elite com os destinos da vida na cidade contribuiu para o prefeito Celso Melo Azevedo (1955-1959) contratar em 1958 a Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS) para realizar um estudo da estrutura urbana da cidade. O trabalho revelou que 47,3% da população da capital estava localizada além da Avenida do Contorno, mais especificadamente nas zonas norte e oeste e nas periferias das zonas leste e sul. Essa população fazia parte da classe baixa e operária, com uma ocupação recente e em condições insatisfatórias de habitação e serviços públicos.

Para Fernandes (2008), a ação do Estado de privilegiar a elite social, através da distribuição desigual das infraestruturas urbanas, favoreceu o fortalecimento do processo de segregação espacial já existente em Belo Horizonte desde o plano original de construção do município, e também para a extrapolação dessa segregação para os demais municípios da RMBH.

Villaça (1998) argumenta que inicialmente a expansão urbana de Belo Horizonte direcionou-se para o sul da zona urbana, todavia com o gradual aumento da população média e alta na zona central planejada, a classe popular foi sendo expulsa do centro da capital. Nesse contexto, observou-se a criação de bairros destinados a população excluída, já que a busca por lotes com preços mais acessíveis fez com que a população mais abastada se afastasse cada vez mais da chamada zona urbana delimitada pela Avenida do Contorno.

Na década de quarenta com a criação do Complexo da Pampulha³ e a abertura da Avenida Antônio Carlos, no eixo norte; e com a criação da Cidade Industrial, em Contagem e a expansão da Avenida Amazonas, ligando o centro de Belo Horizonte à área industrial, no eixo oeste, deu-se início a uma expansão urbana e metropolitana que daria novos rumos para o processo de metropolização (ver Figura 4). Ao mesmo tempo, municípios vizinhos à capital começavam a intensificar suas relações comerciais e de serviços, confirmando esse cenário de metropolização que estava prestes a se constituir.

³O então prefeito de Belo Horizonte na época, Juscelino Kubistcheck (1940-1945), buscando o desenvolvimento da área norte da cidade, na região da Pampulha, encomendou a Oscar Niemeyer o projeto de um conjunto de edifícios em torno do lago artificial da Pampulha: um cassino, uma igreja, uma casa de baile, um clube e um hotel.

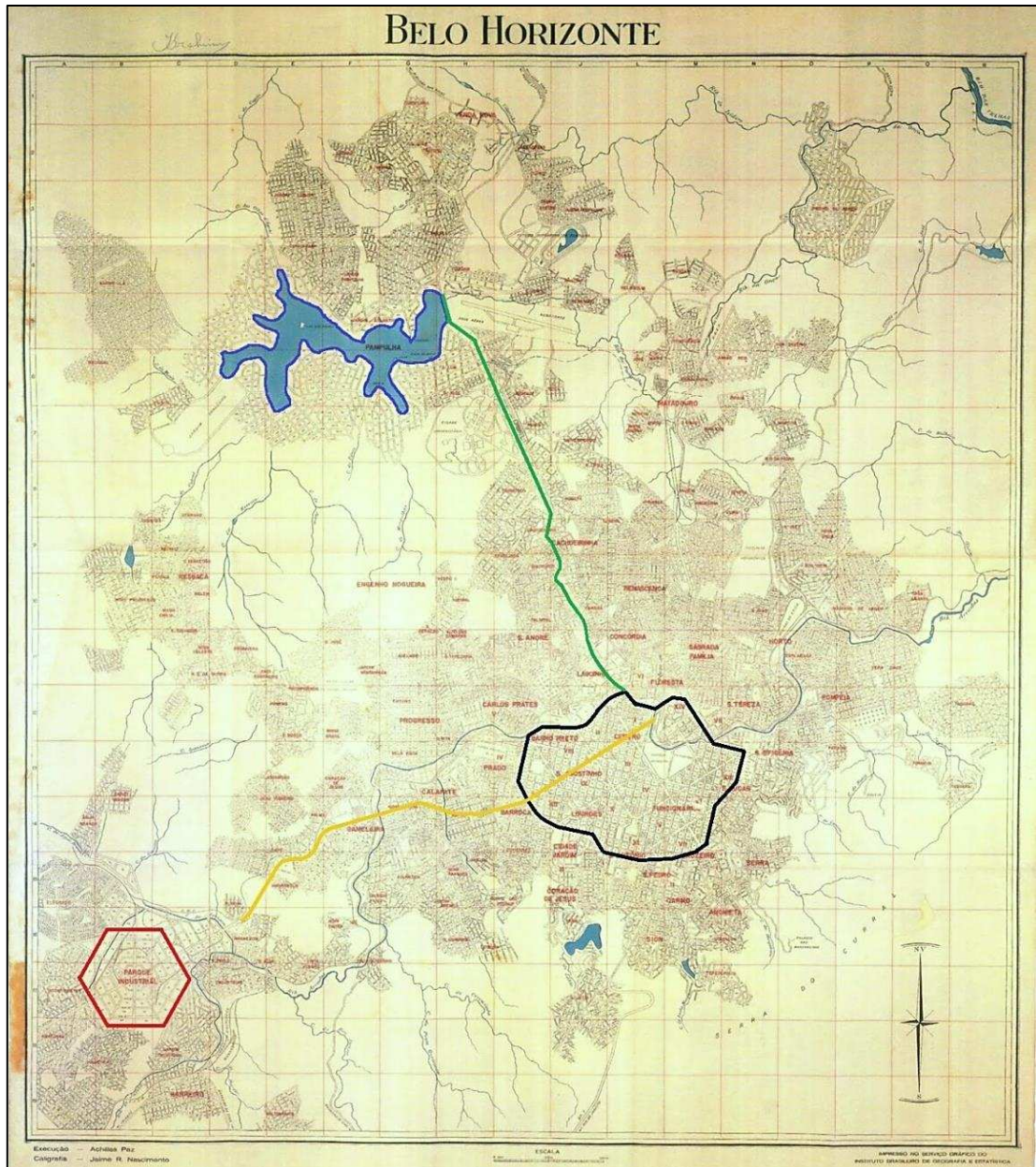


FIGURA 4 - Mapa do Município de Belo Horizonte no ano de 1953. Observa-se o direcionamento da expansão urbana para o eixo norte com a Avenida Antônio Carlos (verde), Lagoa da Pampulha (azul) e para o eixo oeste através da Av. Amazonas (amarelo) e do o Parque Industrial (vermelho). Destaque para a Avenida do Contorno (preto) e a expansão para além do seu perímetro.
Fonte: PANORAMA de Belo Horizonte; Atlas Histórico. Belo Horizonte, FJP, 1997.

2.1.2 Da expansão para metropolização

O crescimento da mancha urbana de Belo Horizonte se espraia e começa a avançar também para os eixos sul e leste, mesmo com toda a persistência da administração municipal em controlar o crescimento espacial da cidade. No plano inicial, a capital havia sido projetada para receber uma população de 200 mil habitantes,

entretanto, no ano de 1940, BH já contava com 211.377 habitantes. De acordo com o Plambel (1979:262) “Belo Horizonte não tem possibilidades de oferecer serviços de infraestrutura demandados pela *população crescente*” evidenciando um cenário com a necessidade de um (re) planejamento.

Além da implantação da Cidade Industrial e do Complexo da Pampulha, a década de quarenta foi marcada também pela construção de alguns empreendimentos que contribuíram para o direcionamento e intensificação da expansão da capital. São eles:

- A construção do primeiro conjunto vertical do país, o Conjunto Habitacional IAPI, na região da Lagoinha. Foi construído através de uma parceria com o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, que dá o nome ao conjunto.
- O surgimento, na região Sul, dos bairros de Lourdes e Santo Agostinho dentro dos limites da Avenida do Contorno, e o bairro Cidade Jardim, fora dos limites. Bairros destinados a classe alta da capital o que favoreceu a confirmação do caráter elitista dessa região.
- O intenso processo de verticalização da área central da cidade, que contribuíram para interferências significativas tanto no centro, onde iniciou o processo, como nos espaços urbanos adjacentes.

O processo de verticalização da área central foi e se mantém vertiginoso, principalmente com a legislação aprovada que autorizava a demolição de antigos prédios para a construção de novos. Com a legislação mais permissiva e com o incentivo a maior aproveitamento dos terrenos, o comércio de terras dentro do centro da capital começa a se valorizar, o que provocou a mudança das atividades da área central para locais mais distantes. Exemplo disso são os comércios atacadistas e pequenas indústrias que necessitavam de maiores terrenos passam a se deslocar para as grandes avenidas abertas neste período. Segundo Plambel (1985) a década de 1940 a expansão e a diferenciação espacial observada se consolidam majoritariamente com gradual afastamento dos loteamentos das classes populares.

No início da década de 1950, Juscelino Kubitschek torna-se governador de Minas Gerais e estabelece uma política de crescimento e desenvolvimento para o estado, principalmente no setor energético e de transporte. Em 1952 foi criada a

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, empresa responsável pela administração de todas as usinas hidrelétricas do estado, que causou grande impacto e repercussão no setor energético mineiro. No âmbito do transporte foram feitas obras de ampliação do sistema viário e abertura de novas avenidas, como a Avenida Silviano Brandão e a Avenida Pedro II, entretanto tais medidas não contribuíram de modo eficaz para o contexto precário em que o sistema viário de Minas encontrava-se (PLAMBEL, 1979).

Diante deste contexto a metropolização se intensifica durante toda a década de cinquenta. Os municípios vizinhos a capital aumentam progressivamente as relações com o centro, principalmente Contagem, no eixo oeste, devido a sua característica industrial. Aliado a esse aspecto, Contagem, assim como Betim e Ibirité, estreitam ainda mais sua relação com a capital devido ao lançamento de vários loteamentos em seus territórios que configuraram a primeira frente da conurbação com Belo Horizonte.

Ainda na década de 1950, de acordo com o Mercado de Terras (PLAMBEL, 1987) foram aprovados 113 loteamentos em Belo Horizonte, Contagem e Betim, totalizando 88.660 lotes. A grande maioria situava-se nos municípios de Contagem e Betim, 50.400 no total, representando 24% dos lotes aprovados entre 1950 e 1976 em todo aglomerado metropolitano. Com a especulação imobiliária, esses loteamentos não foram ocupados assim que lançados, o valor dos terrenos não era condizente com a condição dos proletários e da classe pobre. Desse modo, o crescimento da região oeste se deu com a ocupação de loteamentos implantados anteriormente, irregulares, mais afastados e com menos infraestruturas e também pelas invasões de terras em regiões de encostas e beira de rios.

A década de 1960 ficou marcada pelo crescimento populacional de Belo Horizonte, com uma taxa anual de 6,99%. Os demais municípios que pertenciam ao aglomerado metropolitano⁴ tiveram um incremento de 3,37% na taxa de crescimento anual em relação à década de 1950. Segundo Fernandes (2008) devido ao ritmo vertiginoso de crescimento populacional aliado à falta de planejamento regional e urbano, os municípios metropolitanos observaram o aumento gradual de ocupações irregulares da terra, criando-se vilas clandestinas e favelas, principalmente no eixo oeste e norte.

⁴É denominado Aglomerado Metropolitano, a área compreendida por Belo Horizonte e espaços urbanos conurbados dos municípios vizinhos (MINAS GERAIS, 2013)

Em consequência deste processo de crescimento acelerado, em que as políticas públicas urbanas não acompanharam a expansão, o aglomerado metropolitano entrou em um cenário de “desordem urbana”, principalmente pela intensificação da diferenciação urbana. Esse cenário de problemas decorrentes devido à relação precária entre os centros das metrópoles e os municípios periféricos era realidade também em outras capitais brasileiras, fato que levou o governo federal a reconhecer que para a minimização dos problemas, seria necessário primeiro um planejamento levando em conta todo o contexto metropolitano, e não apenas as metrópoles. Segundo Fernandes (2008), foram aprovadas as Leis 4591/64, 4380/64 e 4864/65 que versavam sobre a política nacional de habitação e de planejamento territorial.

2.2 A criação da Região metropolitana de Belo Horizonte e o processo de periferização

Em 1973 foram institucionalizadas no Brasil as mais importantes Regiões Metropolitanas, dentre elas a Região Metropolitana de Belo Horizonte. O processo de criação de Regiões Metropolitanas já estava previsto na Constituição Federal de 1967, em que municípios que fizessem parte da mesma comunidade socioeconômica, poderiam elaborar planejamentos em conjunto, objetivando um planejamento integrado para melhor crescimento econômico.

As Regiões Metropolitanas entraram em cena, e através do planejamento realizam serviços que atendem a demanda da população da capital e da periferia. De acordo com Azevedo e Mares Guia (2003 apud FERNANDES, 2008) as Regiões Metropolitanas detinham um aparato institucional e dispunham de condições financeiras para que fossem idealizados e realizados projetos para as áreas de transporte, tráfego urbano e saneamento básico.

O planejamento integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte⁵, como mencionado anteriormente, configurou-se a partir do processo de expansão e crescente influência da capital, ganhando impulso a partir do crescimento industrial na década de 1950, principalmente com a criação da Cidade Industrial, no município de Contagem.

⁵Atualmente os municípios que compõem a RMBH: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibitaré, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

Devido à permissão da Constituição, em 1971 o Governo de Minas já havia antecipado o planejamento integrado da Região Metropolitana com a formação de um grupo de estudos, o Grupo Executivo (PLAMBEL), na Fundação João Pinheiro⁶ para tratar da caracterização e definição desta nova área. Foi assinado um convênio com os 14 municípios que iniciariam a RMBH: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

A partir da Lei Estadual nº 6.303 de 1974, o grupo técnico da Fundação João Pinheiro responsável pelo Plano Metropolitano de Belo Horizonte, Plambel - Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi convertido para autarquia estadual. Tal órgão foi responsável por uma rica e extensa experiência de planejamento integrado, pela elaboração de estudos, diagnósticos e planos de alto nível metodológico e técnico e pela formação de uma geração de planejadores. O Plambel ganhou maior credibilidade quando o Governo Federal decidiu que os órgãos metropolitanos receberiam os recursos federais e seriam então os responsáveis em repassá-los para os órgãos setoriais. Por essa medida, o Plambel passou a ter suas ações baseadas nas definições do Governo Federal, ou seja, investindo em setores por ele priorizados (PLAMBEL, 1985:106).

Estudos iniciais do órgão mostravam que a capital mineira exercia um papel centralizador na RMBH, em comparação aos outros municípios integrantes, mas também de forma concomitantemente um papel de exclusão para diversos segmentos da população em relação ao centro de Belo Horizonte. Como discutido, para Fernandes (2008) nos anos 1970 a expansão da capital mineira e da região metropolitana foi conduzida pela realização de investimentos na rede viária, proporcionando maior rapidez ao movimento pendular dos moradores das cidades circundantes à capital. No Censo Demográfico de 1970, a população do conjunto dos municípios que fariam parte da RMBH era de 1.717.216 habitantes, a capital Belo Horizonte detinha 72% desta população com um total de 1.235.030 habitantes. Ainda nessa época tiveram início as obras de construção do metrô de superfície, a ampliação da Avenida Cristiano Machado, do complexo viário da Lagoinha e a construção da via Leste-Oeste. Esses investimentos reforçaram o sentido de expansão do município e da RMBH nas direções Oeste e Norte.

⁶ Criada em 1969, a Fundação João Pinheiro é uma instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

Na direção Oeste, a expansão já consolidada, é considerada o polo industrial da RMBH; já no eixo norte observa-se a intensificação da ocupação da região de Venda Nova, São Benedito, Santa Luzia e Ribeirão das Neves, consolidando o processo de conurbação de Belo Horizonte nessa direção, iniciado nos anos 1950.

TABELA 1: NÚMERO DE LOTEAMENTOS LANÇADOS NA RMBH (1972 - 1976)

Município	1972	1973	1974	1975	1976	Total
Belo Horizonte		2	7	2	12	23
Betim				2	8	10
Contagem		1	1	1		3
Lagoa Santa				1	1	2
Nova Lima	1			3	5	9
Pedro Leopoldo			1			1
Ribeirão das Neves	3	7	3	5	17	35
Rio Acima				1	4	5
Santa Luzia			1	1	5	7
Vespasiano					1	1
Total	4	10	13	16	53	96

Fonte: Pesquisa Mercado da Terra. PLAMBEL, 1987

O início da década de 1970 foi marcado pelo lançamento de um grande número de loteamentos na RMBH. Segundo a pesquisa Mercado de Terras (PLAMBEL, 1987) entre os anos de 1972 e 1976 – intervalo de tempo em que foi lançado o maior número de parcelamentos, 96 ao total – os loteamentos foram distribuídos em dez municípios da região, em maior número na cidade de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves (Tabela 1). Nessa última cidade, dos 35 loteamentos aprovados no período citado, 29 foram populares. O estudo conseguiu levantar informações de 77 loteamentos lançados, que juntos totalizavam 35.725 lotes. Desse total de lotes, 13.233 eram lotes populares de 360 m² sem infraestrutura ou apenas parcialmente atendido. Em relação aos demais, 16.361 lotes eram localizados na área urbana e dotados de infraestrutura, com lotes de 360 a 1000 m²; e 6.131 lotes destinados a sítios e chácaras de recreio para a elite que vivia no centro urbano, lotes com tamanho na média de 2.000 m².

Outro fator que diferenciava os loteamentos era a localização. Na região Sul de Belo Horizonte e da RMBH, estavam localizados os parcelamentos com melhores infraestruturas, enquanto a grande maioria dos loteamentos populares estavam

localizados na região Norte, contribuindo para o processo de periferação e segregação espacial da capital e da região metropolitana.⁷

No caso da RMBH, o Vetor Norte Central, destacou-se no processo de periferação e de segregação observados na época, devido ao intenso processo de parcelamento e ocupação irregular. Caracterizado por uma urbanização incompleta e pela ocupação social homoganeamente pobre, o Vetor Norte, hoje é o mais densamente povoado e com maior importância para a dinâmica da RMBH, abrangendo os municípios de Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa e Ribeirão das Neves (COSTA, 2004) - (ver Figura 5).

Essa intensidade do parcelamento do solo e sua efetiva ocupação produziu inicialmente uma conurbação de baixa densidade, cujos vazios foram sendo desde então ocupados pelos mais variados processos: parcelamento de áreas intersticiais, construção de lotes vagos, subdivisão de lotes, construção de várias unidades habitacionais no mesmo lote, além de aluguéis de cômodos, barracões, novos pavimentos, etc (SOUZA, op. Cit). Este conjunto de práticas de apropriação do espaço constituiu parte importante das estratégias de sobrevivência e de geração de renda da população residente nestas áreas, e são, em grande medida, responsáveis pela manutenção de elevadas taxas anuais de crescimento da população urbana na RMBH e nos municípios situados no Vetor Norte Central, conforme pode ser observado na Tabela 2 e na Tabela 3, abaixo.

**TABELA 2: BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA
POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO (1970-2010)**

Período	População		Taxa de Crescimento Anual	
	BH	RMBH	BH	RMBH
1970	1.235.030	1.719.490	6,09	4,56
1980	1.780.855	2.676.392	3,73	4,52
1991	2.020.161	3.522.907	1,15	2,53
2000	2.238.526	4.358.171	1,17	2,44
2010	2.375.151	4.883.970	0,59	1,15

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1970 a 2010. Elaborado pelo autor.

Nota: A taxa de crescimento indicada para cada ano refere-se ao intervalo tempo entre os Censos.

⁷É válido destacar que esse contexto não é somente observado na RMBH como em todo o cenário nacional metropolitano. Em São Paulo, a região com as melhores condições infraestruturais é a Região Sudoeste da capital; no Rio de Janeiro destacam-se as Zonas Sul e Oeste; em Salvador a Zona Norte e em Porto Alegre a Zona Leste (Ver VILLAÇA, 2003).

O maior crescimento populacional anual ocorreu entre os anos 1970, no qual BH registrou um taxa de 6,09% ao ano e a RMBH de 4,56%. Em relação aos municípios do vetor Norte da RMBH, constata-se na Tabela 3, que a taxa de crescimento da população urbana foi mais expressiva no período 1970-1980, momento em que ocorre a remoção de habitações populares e das atividades informais não compatíveis com o que era observável nas áreas centrais da RMBH (CAMPOS, 2009). Concomitantemente a isso temos nesse período a atuação do capital imobiliário provendo loteamentos populares ausentes de infraestruturas básicas nestas regiões.

Segundo Fernandes (2008), além dos parcelamentos, havia ainda a oferta de habitação para a população pobre com a atuação efetiva da COHAB-MG⁸ e do INOCOOP⁹, que implantaram grandes conjuntos habitacionais no eixo norte da RMBH, como os conjuntos Cristina e Palmital. Essa intensificação dos parcelamentos populares causou o aumento da espoliação urbana das áreas onde estavam inseridos. Dados do Plambel (1986) afirmam que na área central e na zona sul da RMBH – Bairro Funcionários, Belvedere, Buritis e cidades como Nova Lima - quase 100% da população tinha acesso ao abastecimento de água, rede de esgoto, coleta de lixo e eletricidade, ao passo que nas áreas periféricas esse percentual era de aproximadamente 40% dos domicílios tinham água tratada, 13% com rede de esgoto e 16% contavam com serviço de coleta de lixo.

TABELA 3: POPULAÇÃO E TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO DE BELO HORIZONTE E DOS MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE CENTRAL DA RMBH 1970 -2010.

Município	População Urbana					T. de crescimento anual (%)			
	1970	1980	1991	2000	2010	1970 /80	1980 /91	1991 /00	2000 /10
Belo Horizonte	1.235.030	1.780.855	2.020.161	2.238.526	2.375.151	3,73	1,15	1,15	0,59
Ribeirão das Neves	9.707	67.257	143.853	246.846	296.317	21,36	7,16	6,18	1,84
Santa Luzia	25.301	59.892	137.825	184.903	202.942	9,00	7,87	3,32	0,94
Vespasiano				76.422	104.527				3,18
São José da Lapa*	12.429	17.924	48.012	15.000	19.799	3,73	9,37	5,30	2,81
RMBH	1.717.216	2.681.754	3.519.535	4.357.942	4.883.970	4,56	2,50	2,40	1,15

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

(*) Emancipado em 27 de abril de 1992.

Notas: Tabela completa ver Anexo II.

⁸ Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais.

⁹ Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais.

Segundo Costa (1983) nos anos 1970 o estado de Minas Gerais obteve um expressivo crescimento econômico e industrial, entretanto a maior parcela da população vivia em condições precárias, sem acesso a infraestruturas coletivas e serviços básicos como saúde e educação, isto é, a metrópole mineira crescia em um cenário característico de uma cidade segregada. A atuação do Estado e dos agentes imobiliários contribuía cada vez mais para o processo de segregação espacial, uma vez que a responsabilidade de implantação de serviços coletivos é do poder público, e para os agentes imobiliários tais serviços eram imprescindíveis para o preço das terras.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, em sua expansão, passou por dois fenômenos que influenciaram diretamente em sua dinâmica espacial: o processo de verticalização e o de expansão horizontal (FERNANDES, 2008). Em relação à verticalização podemos caracterizá-lo pelo confinamento da população em grandes prédios residenciais e para o segundo, a expansão horizontal foi o fator principal para a ocupação de áreas nos municípios que já faziam parte da região metropolitana. A ocupação dessas áreas disponíveis configurou o crescimento da periferia na RMBH.

A relação existente entre o principal processo de periferação e as migrações direcionadas a capital é um fator evidente para se compreender o crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em seu estudo Fernandes e Brito (2008) declaram que a mobilidade populacional é uma maneira das populações sobreviverem, já que não possuíam condições de morar nas áreas centrais, devido aos altos valores dos terrenos. Tendo que residir na periferia, tais grupos ainda assim continuam inseridos na conjuntura do mercado de trabalho metropolitano.

A ocupação extensiva e descontínua do espaço urbano juntamente com a supervalorização das áreas já urbanizadas e ocupadas foram processos que contribuíram para uma maior estratificação social do espaço da RMBH. A mobilidade residencial de trabalhadores para os municípios do entorno da capital caracterizavam o fenômeno de diferenciação espacial. Contagem e Betim, dois municípios de eixo industrial a oeste da capital, recebem parte dessa população a partir de 1950, mas foi no eixo norte, constituído por municípios sem tradição industrial – com exceção de Santa Luzia – e com baixa regulação e controle do uso do solo, somada ao baixo valor da terra, que a imigração se revelou mais intensa, em especial no município de Ribeirão das Neves, devido à presença de loteamentos de baixa qualidade e com preços mais acessíveis a população pobre (ANDRADE; MENDONÇA, 2010).

A partir de então começa ficar claro o processo de periferização da capital mineira.

A história de Belo Horizonte revela o surgimento de duas cidades em uma só: uma oficial, planejada, e bem equipada em termos de serviços e equipamentos se com uma população rarefeita – “a Belo Horizonte dos ricos”; a outra, populosa, concentrando a precariedade e a carência – “a Belo Horizonte dos pobres”. (FERNANDES, 2008, p. 46)

É dessa maneira que o processo de periferização em Belo Horizonte decorreu de um contexto em que especulação imobiliária, observada na zona urbana central da cidade, atuou de forma intensa para acumular capital, contribuindo para o deslocamento das classes menos favorecidas para as regiões nos arredores da capital.

Esse processo de produção da chamada periferia metropolitana intensificou-se, como mencionado, nas décadas de 1950 e 1970. Principalmente na década de setenta, pois as expansões nos eixos norte e oeste foram acompanhadas pela conurbação entre vários municípios devido criação de loteamentos. O Vetor de Norte Central se destacou nesse período, principalmente na cidade de Ribeirão das Neves que teve a maior taxa de crescimento anual na década de 1970 assim como o maior número de loteamentos lançados no período.

2.3 O papel de Ribeirão das Neves na RMBH.

Na história da formação de Belo Horizonte fica evidenciado que a população trabalhadora de baixa renda não teve outra opção senão abandonar o centro da capital e direcionar-se à periferia. Os segmentos mais empobrecidos da população belo-horizontina foram obrigados a se fixar fora dos perímetros da Avenida do Contorno em regiões menos valorizadas, com menos condições de infraestrutura e empregabilidade.

Em razão desse cenário houve a necessidade de expansão da malha urbana como discutido anteriormente. Os anos 1970 foram marcados por um intenso processo de parcelamento do solo nos terrenos decorrentes principalmente da intensa imigração metropolitana, a ausência de políticas públicas efetivas de habitação social, alto preço das terras, as desigualdades sociais. Segundo Souza et.al (2011) essa produção intensiva de loteamentos populares com diferentes graus de irregularidade fundiária e urbanística, foi a principal alternativa habitacional para amplos setores da população na RMBH.

A expansão desenfreada desses parcelamentos, na grande maioria irregulares e sem infraestruturas básicas, preocupava o Governo. Buscando a solução para o empasse foi criada a Lei Federal 271 de 28 de fevereiro de 1967, que estabeleceu responsabilidades ao loteador de instalar equipamentos e serviços urbanos. Entretanto, somente em 1976 que Belo Horizonte aprovou a lei que regulamentava o uso e ocupação do solo. Com a aprovação dessa legislação urbanística o avanço dos loteamentos destinados à baixa renda diminuiu na região da capital e se direcionou para as cidades que não possuíam leis para o parcelamento do solo (MENDONÇA, 2002).

Nesse sentido que o município de Ribeirão das Neves ofereceu, aos loteadores, a partir de meados da década de 1970, as condições ideais para a produção do loteamento popular, transformando-se em palco dos “mais de 50% dos lotes produzidos no período de 1975/1978, na Região Metropolitana” (COSTA, 1994, p.65). Assim a história de Ribeirão das Neves revela uma cidade “sem dono, sem lei”, pois não havia fiscalização efetiva para a implantação dos loteamentos que cresciam rapidamente em todo município. Esse é um processo marcado pela procura da população por imóveis em terrenos de baixo custo e a oportunidade de fixar moradia próxima à capital.

No entanto para entender melhor esse processo é preciso compreender como isso foi engendrado. Em 1938 foi inaugurada a Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), considerada um modelo de modernização do sistema penitenciário, localizada no Distrito de Neves, o qual pertencia à cidade de Pedro Leopoldo. Portanto, o primeiro núcleo populacional do aglomerado se deu em torno da PAN. Com o desenvolvimento ao longo dos anos de Ribeirão das Neves foi emancipado de Pedro Leopoldo e reconhecido como município através da Lei 1.039 de 12 de dezembro de 1953. (RIBEIRÃO DAS NEVES, 2005).

Com o passar dos anos Neves recebeu mais três unidades prisionais, medidas que firmaram a intenção do Governo do Estado em transformar o município em um “espaço-carcerário”. Segundo Campos (2009) não houve investimentos em serviços básicos de infraestrutura e atendimento da população mesmo com a introdução das novas unidades prisionais. Esse contexto contribuiu para que Neves recebesse um estigma de ‘cidade-presídio’, o que era agravado pelos altos índices de violência e pobreza.

Segundo Andrade (2009) o município além de caracterizado como “cidade presídio” é também tipificado como sendo uma “cidade dormitório”, visto que grande

parcela da população residente em Neves trabalha ou busca emprego e outros serviços básicos na capital.

O município de Ribeirão das Neves, no contexto metropolitano da RMBH, foi criado mantendo uma distância relevante do centro urbano da capital, afastado do poder público, mas próxima o necessário para ser comandada e articulada de fora, pelo Governo do Estado. Atualmente a cidade é a quarta maior em população da RMBH, entretanto possui os piores índices e indicadores sociais, econômicos e demográficos da região metropolitana.

3. RIBEIRÃO DAS NEVES E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO

Neste capítulo 3 o foco das análises se volta para Ribeirão das Neves. Procura-se identificar, através das informações sobre o histórico, o crescimento demográfico, o intenso parcelamento e ocupação do solo, assim como das instalações das unidades prisionais. Esses fatores conferem ao município a marca de cidade dormitório e cidade presídio, podendo confirmar o espaço segregado de Ribeirão das Neves na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O município em questão insere-se no espaço metropolitano desde a década de 1920 quando ainda era povoado de Nossa Senhora das Neves foi escolhido para ser o local para instalação de uma penitenciária agrícola, recebendo “da metrópole novas incumbências, sem maior atenção para a ordem local”, tal como evidenciado pela pesquisa Gestão, Desigualdade Social e Governança, realizada pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2000).

A trajetória que tem início nessa época segue no sentido de caracterizar o município como uma das parcelas do território metropolitano onde a segregação espacial se mostra de forma mais evidente. Buscando afirmar esse cenário, foi feito um levantamento histórico, econômico e social apresentado a seguir, juntamente com informações relacionadas ao município colhidas no IBGE, IPEA e Fundação João Pinheiro.

3.1. Formação histórica de Ribeirão das Neves

Ribeirão das Neves, nos meados do século passado, era um povoado pertencente ao distrito de Findaré. Com o progresso natural da região, se foi desenvolvendo e posteriormente, em 1923, elevou-se a distrito pertencente ao município de Contagem. Pelas sucessivas divisões territoriais do Estado integrou seguidamente Betim e Pedro Leopoldo (IBGE, 1959).

Essas informações retiradas da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros¹⁰ (1959) nos revelam a complexidade territorial que envolve o município de Ribeirão das Neves.

¹⁰Obra de referência editada pelo IBGE a respeito de todos os municípios do Brasil. Seu primeiro ano de publicação foi em 1957 e finalizada em 1964. Tinha como objetivo a sistematização das informações estatísticas e geocientíficas do território brasileiro, priorizando o município, mas oferecendo

O primeiro registro de distribuição e apropriação de terras no território hoje denominado de Ribeirão das Neves foi a primeira Carta de Sesmaria dada a Jacinto Vieira da Costa, datada de 1745, na qual constava que uma porção de terra na mata de fazendeiros locais que não poderiam tomar posses de tais áreas pois as mesmas iriam servir para fabricar e cultivar atendendo interesses do Governo do Estado. Esse território citado, hoje corresponde a Sede do município, na região do bairro Veneza.

Situado na bacia do Rio das Velhas, o município tem sua sede localizada às margens do Ribeirão das Neves e seus afluentes, os córregos Café e Cacique. O Distrito de Justinópolis é cortado pelo Ribeirão Areias e seus afluentes. O relevo caracteriza-se por altitudes que variam geralmente entre 800 e 1000 metros, marcado pela presença de morros e colina. Da vegetação primitiva restam as matas ciliares ao longo dos vales de encostas, predominando, hoje, o cerrado degradado e vegetação rasteira.

A cidade de Ribeirão das Neves é um dos núcleos mais antigas da RMBH, a evolução do povoado se deu depois da construção da capela de Nossa Senhora das Neves, ligada à Paróquia do Curral Del-Rey, que data de 1745. Inicialmente o território foi ocupado por bandeirantes em busca de esmeraldas e outros metais preciosos. Depois da construção da capela o local passou a chamar-se Fazenda de Nossa Senhora das Neves do Bento Pires e, mais tarde, simplesmente Neves. Em uma contagem de população datada do ano de 1822, Neves possuía 1.241 habitantes.

Em 30 de agosto de 1911, com a elevação do distrito de Contagem a Vila, Neves passou a integrá-la, como povoado do distrito de Vera Cruz. A partir de 1923, o povoado foi elevado a distrito, permanecendo no município de Contagem até 1938, quando foi transferido para o município de Betim (FONSECA, 1978).

O Governo do Estado de Minas Gerais, buscando locais para instalação de uma Colônia Penal agrícola encontrou na Fazenda Neves, no então Distrito de Neves, local favorável devido à proximidade com a capital e a disponibilidade de espaço cultivável para atender aos serviços da penitenciária.

Em 1943, Ribeirão das Neves passa a pertencer ao município de Pedro Leopoldo, recebendo sua atual denominação. Sua emancipação data de 12 de dezembro de 1953, tendo como distrito Justinópolis, antigo Campanhã e subdistrito de Areias.

também informações sobre as grandes regiões brasileiras, tanto no que tangia aos aspectos físicos (relevo, clima, vegetação, hidrografia), quanto nas características demográficas e socioeconômicas.

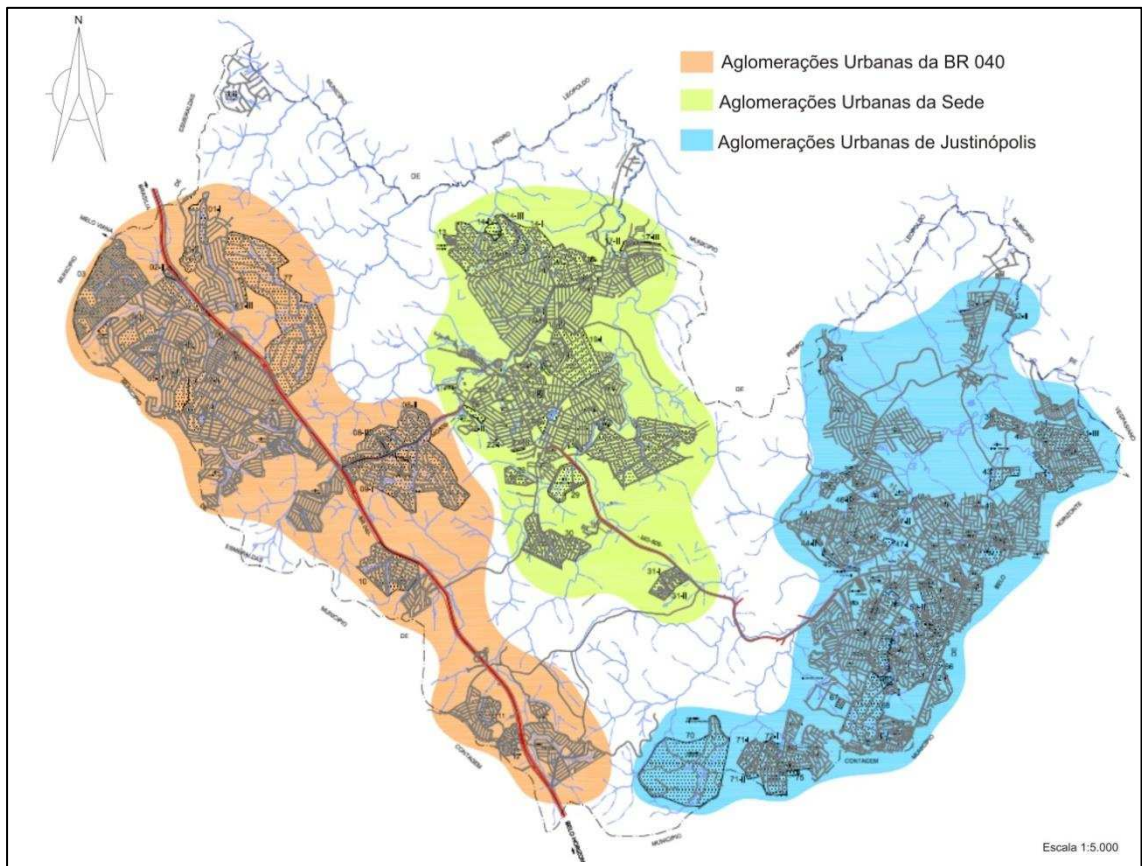


FIGURA 5 - Ribeirão das Neves, Sede e Justinópolis. Observa-se na figura o território fragmentado internamente, com dois núcleos urbanos com seus próprios centros comerciais, mas ainda assim dependentes entre si. Fonte: Prefeitura de Ribeirão das Neves, 2012.

A localização de Campanhã pertencia inicialmente ao distrito de Venda Nova do Vilarinho e, em 1911, com a criação do Município de Contagem passa a constituir um dos três distritos desse município. Em 1938, Campanhã passou a fazer parte do município de Betim, e em 1943, foi incorporado ao município de Pedro Leopoldo. Criado o município de Ribeirão das Neves em 1953, Campanhã passa a integrá-lo com o nome de Justinópolis, referência ao fazendeiro e político local Antônio Justino da Rocha que esforçou para a elevação de Campanhã a distrito.

No processo de formação e ocupação da cidade de Ribeirão das Neves distinguem-se, desde o início, a Sede e Justinópolis, cada um deles com suas especificidades. Desse modo é importante destacar como o crescimento e a expansão da capital refletiu na estruturação de Ribeirão das Neves.

A expansão da metrópole assumiu formas diferentes nesses dois locais, Sede e Justinópolis. O Distrito Sede teve seu processo de crescimento devido à implantação da Penitenciária Agrícola de Neves, inaugurada em 1937. Já a ocupação de Justinópolis foi

intensamente influenciada pelo processo de periferação da capital Belo Horizonte, devido ao crescimento da região de Venda Nova, na década de 1950. Em Justinópolis, a implantação de parcelamentos e a ocupação do solo desordenada foi uma característica marcante do seu processo de expansão. Com grandes vazios entre os parcelamentos que na grande maioria irregulares e sem qualquer infraestrutura.

3.1.1. Fragmentação do território e a articulação externa

Ribeirão das Neves localiza-se a cerca de 32 km da capital Belo Horizonte, no vetor norte da RMBH e ocupa uma área de 154,18 km². Faz limite com os municípios de Pedro Leopoldo ao norte, Vespasiano a nordeste, Belo Horizonte a sudeste, Contagem ao sul e Esmeraldas a oeste. Como dito anteriormente, o município é, oficialmente, constituído de dois distritos: o distrito Sede, onde está o centro municipal, e o distrito de Justinópolis.

A sede, localizada na região central do território do município, caracteriza-se pela predominância de atividades comerciais e de prestação de serviços. Tem um comércio local pouco desenvolvido em comparação com Justinópolis. Na Sede situa-se a macrorregião Veneza, a qual recebe esse nome em referência ao Bairro Veneza, lançado em 1978, sendo o maior loteamento lançado no município, com 3.963 lotes. A população estimada da região do Veneza é de mais de 85 mil habitantes. Presente nessa área alguns condomínios fechados, como os condomínios Vale das Acácias e Vale do Ouro, que servem de sítios de lazer para população que mora em cidades próximas.

O centro do distrito de Justinópolis está a uma distância de 12 km do centro de Ribeirão das Neves. Ao longo do processo de formação do espaço urbano de Neves veremos que esse distrito entrou em processo de conurbação com a região de Venda Nova, pertencente a Belo Horizonte. Devido a essa condição, Justinópolis possui características de eixo comercial pela predominância de atividades comerciais e de prestação de serviços. A população de Justinópolis superou a da Sede a partir da década de 1980.

Sede e Justinópolis apresentam, internamente, condições singulares seja pela proximidade com Belo Horizonte no caso de Justinópolis, seja a proximidade com a BR 040, importante via de circulação da RMBH, referente a Veneza. Além disso, a presença das unidades prisionais faz da Sede um espaço característico de Ribeirão das

Neves. A circulação entre essas regiões é dificultada devido ao precário transporte público, proporcionando uma relação bastante desconexa entre as regiões, ocasionado por um o processo desigual da ocupação territorial. De acordo com Sousa (2002) as distâncias entre as regiões e as relações internas e externas que possuem configuram um espaço fragmentado, em que a autora nomeia de “Arquipélago de Ribeirão das Neves”. Esse fato é observado ao analisarmos a população no território de Ribeirão das Neves de acordo com sua distribuição nos dois distritos e a taxa de crescimento. Segundo dados dos Censos Demográficos de 1950 a 2010, fica claro o crescimento mais efetivo de Justinópolis, em resposta ao número de loteamentos aprovados no distrito a partir da década de 1970.

TABELA 4: POPULAÇÃO E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, RIBEIRÃO DAS NEVES E DISTRITOS DE 1950 A 2010

Ano	População		
	Sede	Justinópolis	Ribeirão das Neves
1950	2.732	1.535	4.267
1960	4.165	2.226	6.391
1970	4.909	4.798	9.707
1980	14.050	53.207	67.257
1991	54.387	89.466	143.853
2000	110.089	136.500	246.589
2010	134.475	161.842	296.317
Taxa de Crescimento			
Período	Sede	Justinópolis	Ribeirão das Neves
1950/1960	4,31	3,79	4,12
1960/1970	1,66	7,98	4,27
1970/1980	11,09	27,2	21,36
1980/1991	13,09	4,84	7,16
1991/2000	8,31	4,9	6,18
2000/2010	2,02	4,32	1,84

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1950 a 2010.

Aliado a esse cenário, a dinâmica de expansão metropolitana se mostrou efetiva em Ribeirão das Neves visto que o território nevensense concentrou uma população de baixa renda excluída pela lógica imobiliária, associada ao acesso a terra e a ausência dos serviços urbanos básicos (CAMPOS, 2009).

De acordo com os dados populacionais dos censos demográficos elaborados pelo IBGE, foi a partir da década de 1970 que Belo Horizonte assistiu sua população crescer

em um ritmo vertiginoso. Na mesma década verificou-se o conseqüente crescimento espacial, o que ocasionou no início do processo de conurbação de municípios vizinhos. Esse crescimento foi marcado pela necessidade de habitação, acarretando a produção de loteamentos nos municípios vizinhos à capital. A grande maioria dos assentamentos era desprovida de infraestrutura, reflexo de uma legislação de uso e ocupação do solo pouco eficiente ou mesmo inexistente.

A concentração de uma grande população de baixa renda e a falta de uma base econômica capaz de absorver parte dessa força de trabalho no local de assentamento desenharam um quadro de exclusão da cidade frente a RMBH. Junto a isso, a ausência de recursos para fazer frente à demanda por serviços públicos e infraestrutura urbana favoreceu o cenário precário da cidade. A Pesquisa Origem e Destino (2004), realizada pela Fundação João Pinheiro mostra que do total da população economicamente ativa de Neves, 48,52% desloca-se diariamente para a capital para trabalhar. Para maior parte dessa parcela da população o deslocamento diário é feito com o transporte público em situações precárias: ônibus em condições desfavoráveis, número de coletivos é insuficiente nos horários de maior movimento (parte da manhã entre 6h e 9h, parte da tarde entre 16h e 19h); alto valor da passagem; falta segurança e desrespeito aos horários.

A economia de Ribeirão das Neves, de acordo com os arquivos da Prefeitura Municipal (2005), gira em torno da produção de hortifrutigranjeiros, atendendo principalmente o mercado local; a atividade pecuária predominante é a bovinocultura mista (corte e leite). Há indústrias de tijolos, uma de filtro de barro e duas de pré-moldados e uma britadora. Essas indústrias estão presentes na cidade devido às reservas minerais de areia, argila e pedras britadas existentes na região.

A cidade está inserida na RMBH como um espaço carente, com estigma de cidade dormitório e cidade presídio, um exemplo da espoliação urbana e do processo de segregação espacial de Belo Horizonte.

3.2. Formação do espaço carcerário em Neves

No início da década de 1920, o Governo do Estado de Minas buscava um local distante do centro da capital para construir uma penitenciária. A construção seria através da Secretaria de Agricultura, que solicitou ao executivo municipal de Contagem a

indicação do local mais adequado para sua instalação. Em resposta a solicitação a Câmara dos Vereadores de Contagem disponibilizou duas fazendas, Mato Grosso e Neves, que se prestavam a abrigar a instalação de uma Colônia Penal Agrícola. Segundo dados históricos a escolha pela Fazenda Neves foi devido à presença do córrego das Neves que passava nas terras da fazenda.



FIGURA 6 - Penitenciária José Maria Alkimim, antiga Penitenciária Agrícola de Neves, inaugurada em 1938.

Fonte: Atlas Escolar Histórico e Geográfico de Ribeirão das Neves. PMRN, 2005.

Após a implantação da Penitenciária Agrícola de Neves (PAN) em 1938, Neves, ainda não emancipada, passa a ter um primeiro reconhecimento, tendo uma função diante da região metropolitana:

“Pode-se afirmar que a Penitenciária foi construída para ser modelo não só para o Brasil, mas a América Latina. Passou a ser conhecida universalmente e a ser citada na França e na Itália. Ela representava, de fato, um marco para a reforma do sistema penitenciário, ‘era um estabelecimento de reeducação, constituído segundo os moldes mais eficientes adaptados ao nosso meio essencialmente rural.’ (SOUSA, 2002, p. 64)

Portanto, a PAN teve papel fundamental na estruturação espacial da cidade, pois, além de concentrar população ao seu redor, também significou um referencial forte da paisagem para a população, tal como evidenciado pelo texto transcrito a seguir:

“Na década de 40, o Jardim da PAN (Penitenciária Agrícola de Neve) era o principal ponto turístico do município (...). Sua praça com belos jardins se transformou em ponto de atração em Ribeirão das Neves. Crianças usavam o espaço para brincar. Os detentos cuidavam dos jardins, executavam reparos nas casas da região e viviam integrados à sociedade.” (RIBEIRÃO DAS NEVES, 1998, p.6).

Desse modo Neves passa de pequeno povoado desconhecido, para um espaço de modernização, da justiça e da recuperação dos detentos pelo trabalho. Ao ser escolhida para sediar essa Penitenciária Agrícola - denominada Centro de Recuperação José Maria Alkimim, abriu portas para que outras instituições penais se instalassem posteriormente no município, tornando-se polo penitenciário.

Nos primeiros anos da década de 1960, ocorreu a transferência da Cadeia Pública da Comarca de Belo Horizonte para o Município de Ribeirão das Neves, dando origem à Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira. Em 1982, o município recebeu outra unidade prisional, a atual Penitenciária Feminina José Abranches Gonçalves. Ambos localizam-se na rodovia LMG-806, no trecho da estrada entre o Distrito Sede e o Distrito de Justinópolis. No ano de 2006, mais uma unidade prisional foi construída no município, a Penitenciária Inspetor Jorge Martinho Drumond, com capacidade para 820 presos e também localizada na rodovia LMG-806.

A intenção do governo do Estado era transformar o município em um “espaço carcerário”, uma “cidade-presídio”, devido principalmente a duas características espaciais do território nevensense: a proximidade com a capital e a disponibilidade de grandes extensões de terras. Juntamente a essas características, Ribeirão das Neves sofreu com um crescimento demográfico acelerado, com uma população predominantemente pobre que não soube, inicialmente, rejeitar primeiras penitenciárias que vieram logo após a PAN.

Ausente de uma política urbana adequada para controlar o desenvolvimento do espaço urbano, o governo estadual encontrou as condições ideais em Neves para instalação das unidades prisionais. Além disso, segundo a Prefeitura Municipal as construções dos presídios não foram acompanhadas de investimentos significativos nos setores básicos do município como educação, saúde, infraestrutura, geração de empregos, saneamento e habitação. O governo estadual não incentivou projetos sociais, nem mesmo apresentou propostas que combinassem a implantação de alguma unidade prisional com investimentos em algum outro setor da cidade.

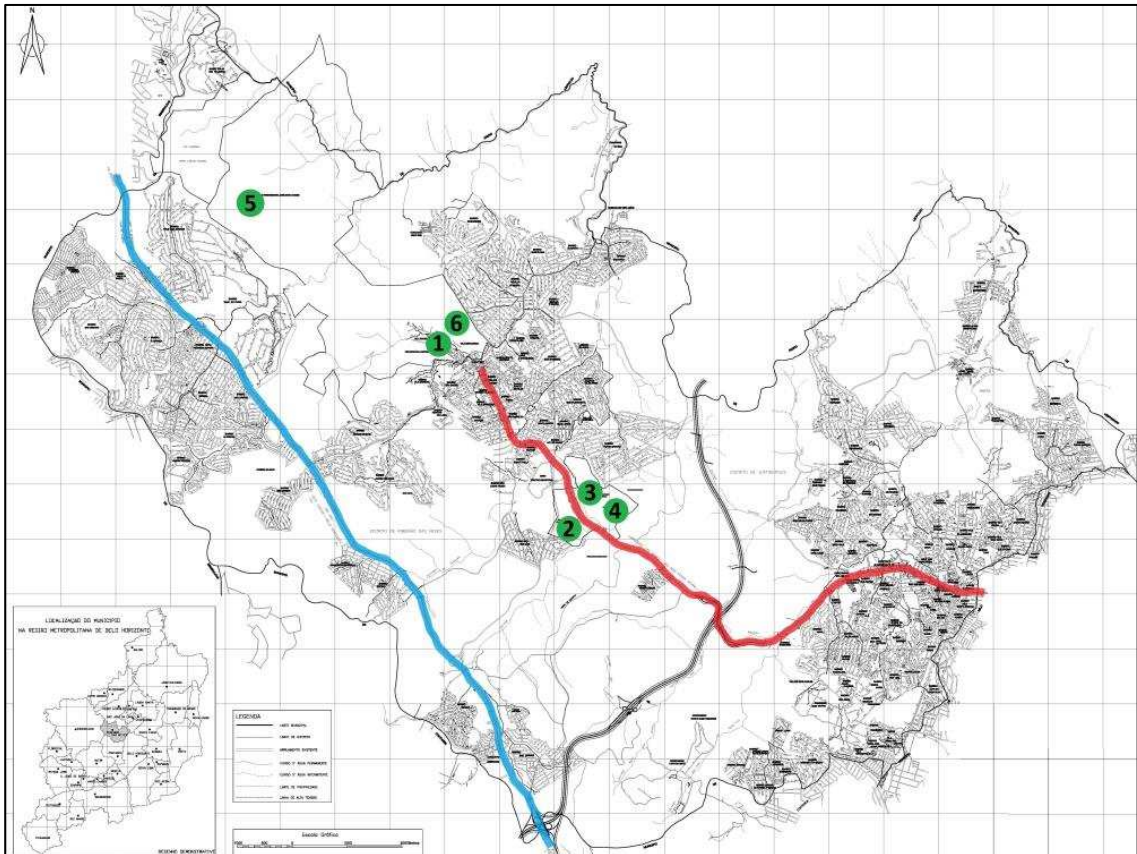


FIGURA 7 - Unidades prisionais no município de Ribeirão das Neves, 2015.

Nota: A numeração segue a ordem de instalação: 1. Penitenciária José Maria Alkimin (1938), antiga PAN; 2. Presídio Antônio Dutra Ladeira (1962), constituído de duas unidades; 3. Presídio Feminino José Abranches Gonçalves (1982); Penitenciária Inspetor Jorge Martinho Drumond (2006); Complexo Penitenciário de Parceria Público-Privada (2013), constituído de três unidades, com mais duas em construção. 6. Centro Apoio Médico e Pericial (CAMP), em 2015 deixou de fazer parte da Penitenciária José M. Alkimin. Recebe presos em idade avançada e com transtornos mentais. Em destaque de vermelho a LMG-206, estrada que liga o centro de Ribeirão das Neves a região de Venda Nova em Belo Horizonte; marcado de azul, a rodovia BR-040, via de tráfego intenso e eixo de expansão metropolitana em Neves. Fonte: Prefeitura de Ribeirão das Neves, 2012. Modificado pelo autor.

Ribeirão das Neves concentra, em seus seis presídios, 13% da população carcerária de Minas. De um total de 53 mil detentos, cerca de 7 mil estão no município da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Lá, encontram-se 1 mil presos em regime semiaberto, todos trabalhando fora das penitenciárias – 700 deles no novo sistema de parceria e 300 ainda no esquema antigo. O montante representa 54% dos 1.853 presidiários do semiaberto que trabalham fora dos presídios em todo o estado. A maior parte está na penitenciária José Maria Alkmim, antiga PAN.

No complexo de Parceria Público-Privada (PPP)¹¹, inaugurado em janeiro de 2013, a capacidade é de 3.336 vagas para presos do sexo masculino, distribuídas nas cinco unidades, entretanto apenas três unidades estavam em funcionamento em 2015. No complexo duas unidades serão destinadas a detentos cumprindo pena de reclusão em regime e as outras três deverão ser para presos no regime fechado.

Segundo a Ascom/ALMG (2011) a população de Ribeirão das Neves não foi consultada a respeito da construção do novo complexo. Em meio a protestos contra a iniciativa estatal, em janeiro de 2011, uma audiência pública na cidade, organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, líderes comunitários, representantes da sociedade civil organizada e o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG) elaboraram um manifesto reivindicando a não implantação do novo presídio. Além disso, o documento exigia:

- A constituição de uma comissão de autoridades locais para criar um projeto de qualidade de vida e de melhoria das unidades prisionais existentes;
- A desativação da Penitenciária José Maria Alkimin e sua transformação em patrimônio cultural do município;
- E a criação de parque cultural e ambiental na Fazenda Mato Grosso. O manifesto também pedia que o sistema prisional fosse gerido diretamente pelo Estado, sem a presença da iniciativa privada (Documento completo do manifesto ver Anexo IV).

A presença dos presídios no núcleo urbano da Sede além de estigmatizar o município também desestimulou o seu crescimento econômico e causou a desvalorização do espaço do distrito Sede. Grandes empresas não se instalaram em Ribeirão das Neves devido à incapacidade do município em oferecer estímulos para o desenvolvimento industrial, fato observado em Betim e Contagem. Além disso, a ausência de mão de obra com o mínimo de qualificação não favorecia a instalação das indústrias.

Esse processo histórico contribuiu para um cenário atual de segregação do espaço, em que devemos entender a segregação na escala da cidade de Ribeirão das Neves frente à Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dados sociais, econômicos e

¹¹ Primeira penitenciária a adotar parceria público-privada desde a licitação e projeto. Existem outras prisões terceirizadas em outras localidades, entretanto elas eram unidades públicas que em algum momento passaram para as mãos de uma administração privada.

demográficos analisados serviram de base para a discussão que consolida esse trabalho o objetivo desse trabalho, discutidos no capítulo seguinte.

3.3. Expansão do território nevensense

O Vetor Norte Central da Região Metropolitana de Belo Horizonte, formado pelos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano e São José da Lapa se afirma como importante vetor de expansão periférica e especialmente de baixa renda, de Belo Horizonte e da RMBH no final da década de quarenta. Essa configuração espacial metropolitana consolidou-se com os processos de industrialização e de crescimento populacional a partir da década de 1960 (SOUZA et. al. 2011). Brito e Souza (1998) utilizaram de uma divisão espacial em sete regiões da área metropolitana:

1. Belo Horizonte, o núcleo da RMBH;
2. Oeste, formado pelos municípios de Contagem, Betim, Ibirité, Sarzedo e Mário Campos;
3. Norte Central, formado pelos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano e São José da Lapa;
4. Norte, do qual fazem parte os municípios de Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Baldim, Jaboticatubas, Nova União, Taquaraçu de Minas, Matozinhos e Capim Branco.
5. Leste, formado pelos municípios de Sabará e Caeté;
6. Sul, constituído pelos municípios de Nova Lima, Brumadinho, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Itaguara e Itatiaiuçu;
7. Sudoeste, constituído por Matheus Leme, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba, Florestal e Esmeraldas.

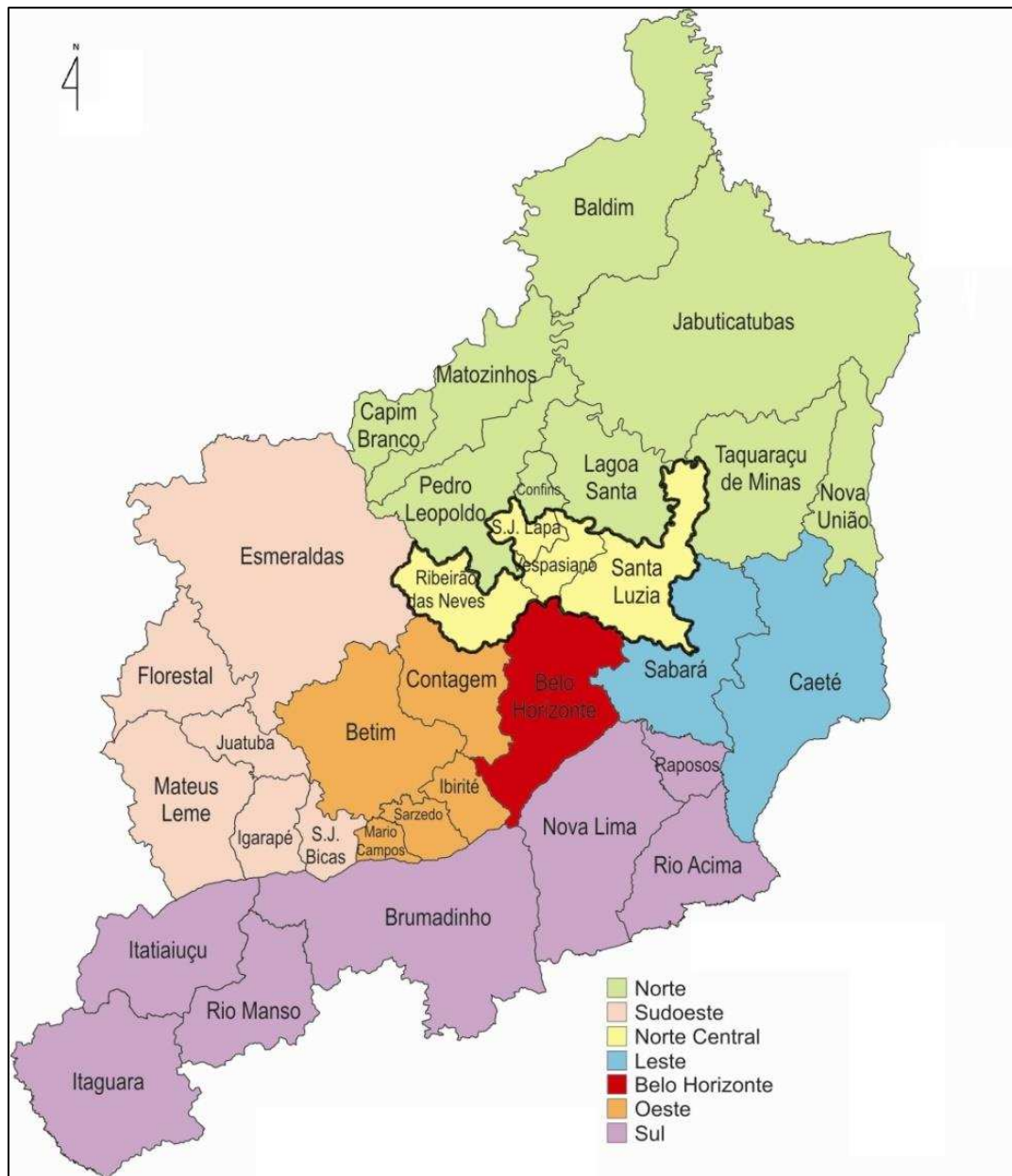


FIGURA 8 - Divisão Espacial da RMBH de acordo com os Vetores de Expansão Metropolitana
Fonte: Pesquisa Origem-Destino, 1992 e 2002.

Os três municípios do Vetor Norte Central, que inclui Ribeirão das Neves, tiveram um acréscimo populacional expressivo no período de 1950 a 2000. Em 2000, com uma população de 523.180 habitantes, 12% da população de toda a RMBH, o vetor Norte Central se destacava por ser o segundo mais populoso da RMBH.

TABELA 5: POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E VETOR NORTE CENTRAL (1950 - 2010)

Período	Vetor Norte Central (1)	RMBH (2)	% (3) = (1) / (2)
1950	18.314	599.783	3,05
1960	27.291	1.012.964	2,69
1970	47.437	1.719.490	2,76
1980	152.198	2.676.392	5,69
1991	336.545	3.522.367	9,55
2000	523.180	4.358.288	12,00
2010	623.585	4.883.970	12,76

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1950 a 2010.

Entre 1970 e 1980, o expressivo crescimento do Vetor Norte deveu-se principalmente a Ribeirão das Neves. Esse município apresentou um incremento populacional médio anual de 21,36%. Apesar de, naquele período, Santa Luzia e Vespasiano/São José da Lapa crescerem aceleradamente, suas taxas de crescimento sequer se aproximavam daquela exibida por Neves.

A partir da década de 1970, o setor imobiliário ampliou sua atuação principalmente a norte e a oeste da RMBH, sendo responsável pelos parcelamentos do solo para atender à necessidade de moradia das famílias que migravam para esses dois eixos principais de expansão da metrópole. Nos anos 1980 ocorre simultaneamente uma desconcentração populacional das áreas mais centrais da RMBH e um adensamento dos municípios vizinhos, como Ribeirão das Neves, padrão que permaneceu ao longo da década de 1990. Como decorrência desse processo, as taxas médias anuais de crescimento demográfico de Ribeirão das Neves nas últimas décadas se enquadram entre as maiores na RMBH.

TABELA 6: MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE CENTRAL - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO DA POPULAÇÃO DO VETOR (1950 – 2010)

Período	Taxa de Crescimento				Participação Relativa			
	Ribeirão das Neves	Santa Luzia	Vespasiano/S. José da Lapa	Total	Ribeirão das Neves	Santa Luzia	Vespasiano/S. José da Lapa	Total
1950/1960	4,12	4,07	4,03	4,69	23,61	46,07	30,31	100
1960/1970	4,27	7,24	4,08	9,6	11,66	44,7	43,65	100
1970/1980	21,36	9	7,26	12,36	54,93	33,02	12,05	100
1980/1991	7,16	7,87	7,39	7,48	41,55	42,28	16,18	100
1991/2000	6,3	3,38	5,95	5,12	55,18	25,22	19,59	100
2000/2010	1,84	0,93	3,12	3,13	49,28	17,96	32,77	100

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950 a 2010.

Portanto, observa-se que o processo de evolução urbana de Neves - e, conseqüente, do processo de ocupação irregular e clandestino que hoje o caracteriza - está intimamente ligado ao processo de metropolização da RMBH (ver Figura 9). A ocupação do município ao longo dos últimos cinquenta anos se deu tanto na forma de ocupação da mancha urbana dos municípios centrais da região metropolitana como também por meio do crescimento expressivo de seu núcleo-sede como o crescimento periférico da produção privada de loteamentos.

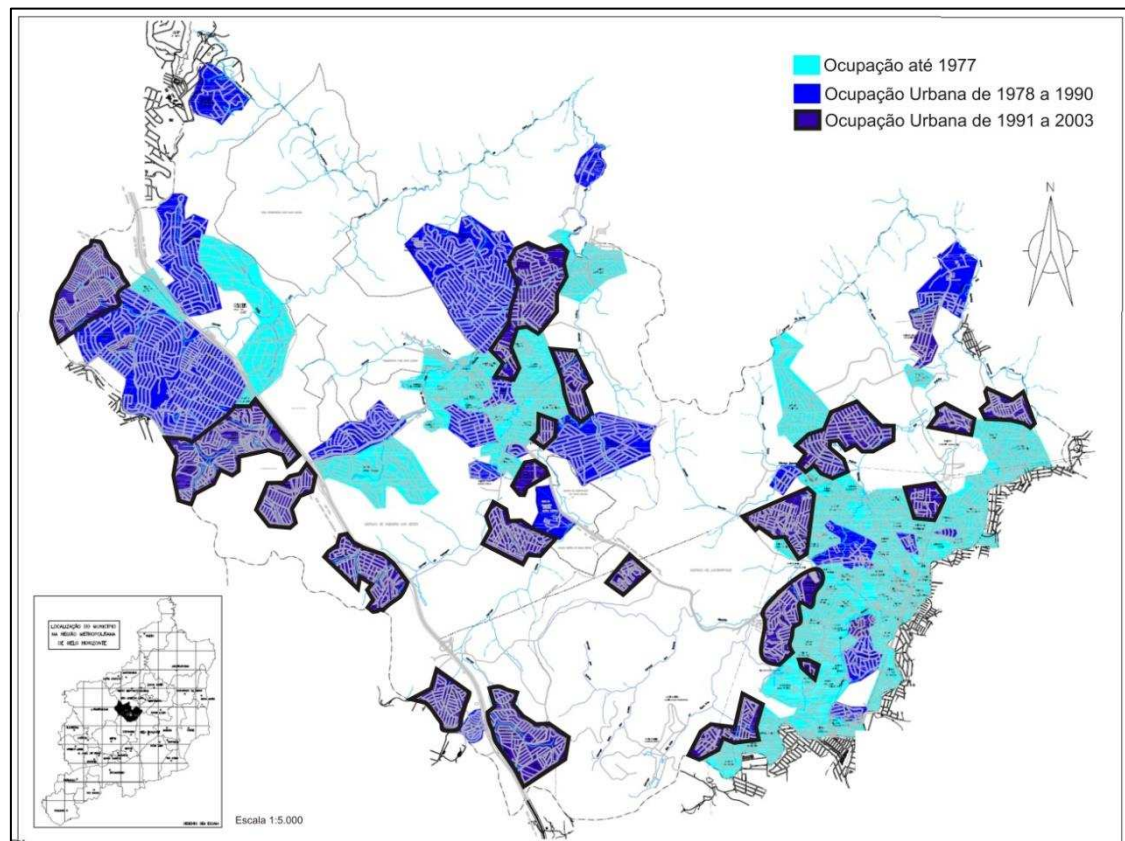


FIGURA 9 – Evolução Urbana de Ribeirão das Neves
Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, 2006.

3.3.1. Os loteamentos populares

Durante a década de 1950, foram aprovados alguns loteamentos no município de Ribeirão das Neves, como Jardim de Alá, Urca e Botafogo, que buscavam se valer das vantagens geradas com a forte expansão de Belo Horizonte na direção Norte, impulsionada pela implantação da represa da Pampulha e pela abertura da Avenida Antônio Carlos (no período do Governo de Juscelino Kubitschek). Tais loteamentos, no entanto, só viriam a ser abertos e começariam a ser ocupados no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando o município de Ribeirão das Neves passa a ser efetivamente atingido pela frente de expansão do setor Norte de Belo Horizonte. As décadas de 1950 e 1960 se caracterizam, no setor Norte, pela ocupação mais intensa da área de Venda Nova.

A partir da década de 1960 observa-se no município de Ribeirão das Neves a espacialização da população no território da seguinte forma: na Sede Municipal, encontravam-se ocupadas áreas em torno do centro, estabelecendo-se ao longo das estradas de ligação com Pedro Leopoldo e Venda Nova, e ainda, paralelamente ao ribeirão das Neves e ao córrego do Café, que constituíam, junto com a área da Penitenciária, condicionantes da ocupação da região. Na área do Distrito de Justinópolis, a ocupação se dava nos dois pequenos núcleos de Justinópolis e Areias e, de maneira rarefeita, ao longo das estradas de ligação de Justinópolis com a Sede e com Areias. O restante do município era ocupado por sítios e fazendas, devido ao potencial agrícola da região. A população rural do município se localizava, principalmente, no Distrito de Justinópolis.

No período de 1969/71, Ribeirão das Neves começa a ter uma participação expressiva nos assentamentos urbanos do Aglomerado Metropolitano. Tal expansão se explica, em grande parte, pelas restrições legais impostas ao parcelamento nos municípios de Belo Horizonte e Contagem. Na medida em que Neves não apresentava legislação para aprovação de loteamentos, ganhou impulso em seu território a implantação de diversos bairros dirigidos a populações de nível socioeconômico mais baixo (PLAMBEL, 1987).

TABELA 7: RIBEIRÃO DAS NEVES – AVALIAÇÃO DO PARCELAMENTO DA TERRA (1970 - 2005)

Período	Sede		Justinópolis		Ribeirão das Neves	
	Área Loteada*	Nº Lotes	Área Loteada*	Nº Lotes	Área Loteada*	Nº Lotes
1948 – 1952	-	-	388.670	727	388.670	727
1953 - 1969	907.617	1.525	2.355.000	3.633	3.262.617	5.158
1970 - 1974	4.116.460	2.486	2.150.232	4.114	6.266.692	6.600
1975 - 1979	11.976.092	18.875	6.474.976	10.076	18.451.068	28.951
1980 - 1989	5.747.226	7.297	-	-	5.747.226	7.297
1990 - 1999	7.960.724	14.260	2.738.164	4.607	10.698.888	18.867
2000 - 2005	1.028.199	2.907	382.268	1.327	1.410.467	4.234
Total	30.828.701	45.825	11.745.640	20.124	42.574.341	65.949

* m².

Fonte: Cadastro de Parcelamento de Ribeirão das Neves - Plambel, 1983.

Essa expansão no território nevensense atingiu basicamente a área de Justinópolis, permanecendo a Sede praticamente inalterada. Os dados obtidos mostram, em 1972, uma ocupação de Justinópolis caracterizada pela extensão de venda Nova, através dos loteamentos Lídice (aprovado em 1948)¹², Jardim Florência (1950), São Januário (1954), Bairro da Lagoa (1965), Laredo (1970), Guadalajara (1970) e Santa Fé (1972). Desses apenas o bairro da Lagoa apresentava, em 1972, uma ocupação relativamente alta. Os restantes se encontravam praticamente vazios. Além disso, observa-se em 1972 a implantação de alguns loteamentos próximos a estrada de Areias – Atalaia, Maracanã, Santa Fé, São Miguel Arcanjo, Tropical e Vale do Ouro. Com ocupação bastante rarefeita e presença de grandes vazios entre um empreendimento e outro.

No período de 1972/1976, época de expansão do mercado imobiliário na Região Metropolitana como um todo, o número de loteamentos lançados no município de Ribeirão das Neves se intensifica ainda mais. O acelerado processo chega a Sede Municipal e nesse período a cidade possuiu o maior número de loteamentos lançados na RMBH. De um total de 96 loteamentos lançados na Região no período de 1972/76, 35 se localizavam em Neves, sendo que, apenas em 1976, foram lançados 17 loteamentos no município. Dos 35 lançamentos, 29 eram populares, sem infraestrutura urbana,

¹² Destacamos que as presentes datas de aprovação se referem ao Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, e estão abrangidos principalmente, no período de responsabilidade do INCRA, ou mesmo no período do acordo INCRA-PLAMBEL. E que hoje, vigora sobre todos os parcelamentos a Lei 6.766/1979.

representando 47,5% dos lotes colocados à venda na Região Metropolitana no período. O restante dos lançamentos foram sítios de recreio, localizados às margens da BR – 040, com exceção do loteamento Bom Sossego, próximo a Sede (Plambel, 1987).

Em 1977, o município se encontrava recortado por alguns parcelamentos próximos ao núcleo tradicional: Santa Marta (1971), Santa Paula (aprovado em 1974) e Santa Martina (1975) à margem da estrada para Pedro Leopoldo, todos, no entanto, praticamente sem ocupação. Ainda no Distrito Sede, observava-se em 1977, o parcelamento de áreas ao longo da BR – 040, ao norte do município, destinadas à chácaras de recreio já ocorrendo algumas construções no condomínio Vale do Ouro.

No Distrito de Justinópolis, ocorreu no período de 1972/77, um crescimento maior que na Sede, através da expansão da mancha urbana de Belo Horizonte para dentro do município de Neves. Desta forma, observou-se em 1977, o adensamento dos bairros Lagoa e Santa Branca (em Belo Horizonte) e a continuidade desses nos parcelamentos São José (1976), Sônia (1973), Hawaii (1973), Kátia (1976) e Luar Pampulha (1973) todos com ocupação ainda rarefeita. Os novos parcelamentos, Landi (1973), Maria Helena (1975), Vila Delma (1973), Toni (1973) e Boa Vista (1978), às margens da MG – 206 apresentavam um ritmo de ocupação bastante acelerado, configurando uma faixa relativamente densa em continuidade aos bairros Nova América, Mantiqueira e Florência (pertencentes a Belo Horizonte).

Também em 1977, Justinópolis contava com a implantação do loteamento Tropical (1972) e Vale das Cerejeiras (1976), bem como o adensamento dos bairros Atalaia e Maracanã, enquanto Urca e Botafogo ainda permaneciam com ocupação rarefeita, o que deve se explicar pelo fato dos lotes desses bairros terem sido não terem sido vendidos e ficaram retidos para especulação imobiliária. Nessa área ainda se observava a presença de grandes vazios, o que tendia a dificultar a articulação entre os bairros. Na área de Justinópolis situada abaixo da MG – 206, se observava a ocorrência de outros parcelamentos, distribuídos de forma dispersa: Jardim de Alá (aprovado em 1951), Papini (1971), São Miguel Arcanjo (1972), Felixlândia (1974), Fortaleza (1975), Elaine (1976) e Elizabeth (1976) apresentando uma ocupação ainda pequena. A exceção deve ser feita ao parcelamento São Miguel Arcanjo que já apresentava, 1977, uma ocupação significativa devido a continuidade da ocupação do loteamento São Januário, Laredo Guadalajara e lagoa, configurando a tendência de maior adensamento das áreas mais próximas da MG – 206. Além desses, os parcelamentos Jardim Alvorada

(aprovado em 1973) e Rose Marie (1974), apresentaram uma ocupação densa sem, no entanto, estarem ligados a Justinópolis ainda, voltando-se para a área da Lagoa da Pampulha.

No período de 1977/81, o incremento dos assentamentos urbanos em Neves se deu principalmente, no Distrito Sede. No ano de 1981, é possível constatar a presença de novos parcelamentos próximos ao núcleo da Sede municipal. Ao norte dessa, na direção de Pedro Leopoldo, apareceram três loteamentos de grandes proporções: Sevilha (aprovado em 1977), Santinho (1978) e Rosaneves (1986), ocupados, com exceção do último, com relativa rapidez. Ao longo da estrada para Justinópolis aparecem de um lado os loteamentos Savassi (aprovado em 1979) e Status (1978), com a ocupação ainda rarefeita e, na outra margem da estrada, o loteamento Santa Martina – 4ª seção (1976), em continuidade ao Santa Maria e demais seções do Santa Martinha, que se adensou consideravelmente no período citado. Ainda no Distrito Sede, aparecem, ao longo da BR-040, o loteamento Veneza (aprovado em 1978), de grandes proporções e que foram sendo ocupados com rapidez e os loteamentos Cidade Neviana (1979) e Jardim Colonial (1994), não legalizados, apresentando o primeiro uma grande ocupação, enquanto o segundo encontra-se em fase de ocupação. Além destes, começa a ser implantado no final de 1981, o Bairro Florença, próximo ao Veneza, aprovado de acordo com a Lei 6.766/1979.

Na área de Justinópolis, aparecem os seguintes novos parcelamentos: nas áreas acima da MG-206, o Menezes (aprovado em 1976) e Esperança (1977), já bem adensados; o Labanca (1978), o Flamengo (1977) e o Pedra Branca (1977). Além disto, é importante destacar o surgimento, no período 1977/81, da Favela da Urca no interior do loteamento do mesmo nome. Na área abaixo da MG-206 os novos parcelamentos são: São João de Deus (aprovado em 1977), o Kátia – 2ª seção (1978), o Horizonte (1976), próximo ao luar da Pampulha e o conjunto Nova Pampulha (1977), que se volta, predominantemente, para a área da Lagoa da Pampulha.

Também próximo a Areias, surgem alguns novos parcelamentos: Santa Margarida – 1ª e 2ª seções (1978/79), Senhora Aparecida (1976), Sueli (1976) e Santana (1977).

3.3.2. O processo de parcelamento de Ribeirão das Neves no período de 1950 a 2010.

Em 1987, o Plambel realizou um estudo denominado ‘Mercado de Terras na RMBH’ em que aponta os problemas urbanos oriundos da ocupação “desordenada” ocasionada com dinâmica do mercado de terrenos. Os processos decorrentes desses são, listados pelo estudo:

- i. Ocupação extensiva e descontínua;
- ii. Supervalorização das áreas ocupadas;
- iii. Degradação de áreas densamente ocupadas;
- iv. Estratificação e segregação do espaço;

O documento em questão aponta o processo de ocupação urbana. As terras de propriedade privada foram regidas pela lógica de funcionamento do mercado de terras em que a variação de preço da terra é determinante da estrutura urbana, além de estarem ligados a fatores conjunturais, momentos políticos específicos e a uma série de fatores locais, relacionados principalmente ao poder público local e à iniciativa do setor imobiliário.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado de Ribeirão das Neves (1980, p. 17) a localização da população no município era dividida de acordo com tal ordenação: a Sede Municipal encontrava-se ocupada por áreas em torno do centro, estendendo-se ao longo das estradas de ligação com Pedro Leopoldo e Venda Nova e, ainda, paralelamente ao Ribeirão das Neves e Córrego do Café que constituíam, junto com a área da Penitenciária, condicionantes da ocupação da região. Na área do distrito de Justinópolis, a ocupação se dava nos dois pequenos núcleos de Justinópolis e Areias e, de maneira rarefeita, ao longo das estradas de ligação de Justinópolis com a Sede e com Areias. O restante do município era ocupado por sítios e fazendas, devido ao grande potencial agrícola da região¹³. A população rural do município se localizava, principalmente, no distrito de Justinópolis.

O primeiro loteamento aprovado no atual município de Ribeirão das Neves, o Loteamento Lídice, data de 1948, quando a Sede Municipal e Justinópolis pertenciam

¹³A expansão populacional do município, concomitantemente ao processo de parcelamento do solo rural para usos urbanos reduziu as atividades agrícolas, num processo que se acentuou a partir de 1975. (Plano de Desenvolvimento Integrado de Ribeirão das Neves, 1990).

ao município de Pedro Leopoldo. Os dois próximos aprovados, Jardim Florença (1952) e da Urca (1952), antes da emancipação do município, totalizavam 727 lotes, em uma área total de 317.240m², todos lançados no distrito de Justinópolis, como resultado da influência da urbanização periférica de Belo Horizonte em direção de Venda Nova. De acordo com estudo realizado pelo Plambel, 1986, “A Estrutura Urbana da RMBH – O processo de formação do espaço urbano” o parcelamento Bairro Jardim Florença tem parte de seus lotes em Ribeirão das Neves e parte em Belo Horizonte, evidenciando o começo da conurbação da região de Justinópolis com a região de Venda Nova.

Como dito, os loteamentos aprovados no final da década de 1950 tiveram uma ocupação lenta, característica que perdurou até o final da década seguinte. Desse modo, o estudo ‘Gestão, Desigualdade Social e Governança’ (FJP, 2000) salienta que os loteamentos especulativos resultantes da construção do Complexo da Pampulha e da criação da Cidade Industrial nas décadas de 1940 a 1950 não afetaram o município de Ribeirão das Neves.

No contexto em questão, os três loteamentos lançados antes de 1953 tinham seus lotes vendidos e o comprador deveria aguardar o poder municipal implantar os serviços de infraestrutura urbana – água, luz, calçamento, esgoto, transporte. Tal realidade perdurou até o ano de 1979 quando foi aprovada a Lei 6.766 que regulava o uso e ocupação do solo nacional.

Ao analisar o Cadastro de Parcelamento de Ribeirão das Neves (1983), observa-se que os oito primeiros loteamentos lançados e aprovados pela prefeitura foram no atual distrito de Justinópolis. O distrito Sede de Neves, no entanto, não sofreu nenhum impacto de loteamentos até o ano de 1952. Isso veio a acontecer somente após sua emancipação de Pedro Leopoldo em 1953.

De 1953, quando Ribeirão das Neves se emancipa, são lançados até o ano de 1970, 18 parcelamentos sendo que 7 no distrito sede e os outros 11 no distrito de Justinópolis, totalizando 5.419 lotes. (Ver Tabela 8)

De acordo com Sousa (2002), na época acima citada, a Sede do município expressava um baixo desenvolvimento, fazendo com que a administração municipal buscasse então uma maior expansão devido a uma “ vaidade como centro do município, não se tratando ainda da atração do mercado metropolitano”. Em contra partida, os parcelamentos do distrito de Justinópolis tinham direta relação com o avanço da

expansão de Belo Horizonte em direção a Venda Nova, região que faz divisa com o distrito citado.

Estudo realizado pelo Plambel (1987) mostra que nos primeiros anos da década de 1950 os valores médios dos terrenos na RMBH tiveram um crescimento acelerado devido à implantação da Cidade Industrial Juventino Dias, no município de Contagem, que renovou o processo de industrialização da RMBH. Juntamente a esse fato observou-se um desenvolvimento da capital para além dos seus limites, principalmente para o oeste em direção aos municípios de Contagem e Betim, onde ocorreram as mais altas taxas de crescimento dos preços de terrenos. Nesse período também se inicia a nova frente de expansão da capital em direção a região da Pampulha, o que afetou Santa Luzia e, especialmente, Ribeirão das Neves, mesmo que ainda em proporções pouco expressivas.

TABELA 8: LOTEAMENTOS APROVADOS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES NO PERÍODO DE 1948 A 1969

Nome do Parcelamento (Bairros)	Distrito	Aprovação Prefeitura	Área Total (m ²)	Nº de lotes
Líndice	Justinópolis	13/04/1948	81.010	157
Jardim Florença	Justinópolis	22/05/1950	42.890	76
da Urca	Justinópolis	30/08/1952	193.340	494
da Penha	Justinópolis	20/01/1953	39.480	107
Botafogo 1ª seção	Justinópolis	28/03/1953	403.020	755
Botafogo 2ª seção	Justinópolis	28/03/1953	555.300	955
Vila N. Senhora de Fátima	Justinópolis	30/10/1953	105.953	216
São Januário	Justinópolis	09/02/1954	239.610	455
Santo Antônio	Sede	17/03/1954	96.380	192
São Geraldo	Sede	08/07/1955	57.780	122
Vila N. Senhora das Neves	Sede	05/01/1958	309.250	454
Vila Mariana	Sede	02/02/1959	70.510	80
Vila Santa Branca	Justinópolis	28/10/1961	119.340	281
Vila Varzea Alegre	Sede	28/03/1962	114.383	222
Vila Parecida	Sede	20/01/1963	54.264	96
Chácara Bom retiro	Justinópolis	01/10/1963	544.450	118
Jardim de Alá	Justinópolis	31/12/1964	193.762	318
Lagoa	Justinópolis	25/10/1965	141.990	428
São Pedro	Sede	28/01/1968	205.050	359
Subtotal	Sede		907.617	1.525
Subtotal	Justinópolis		2.660.145	4.360
	Total		3.567.762	5.885

Fonte: Cadastro de Parcelamentos. PLAMBEL, 1982. Dados trabalhados.

No período de 1960 a 1964, Ribeirão das Neves teve o lançamento de 1035 lotes, sendo 318 na Sede e 717 em Justinópolis. Dos lotes lançados em Justinópolis, 118 tinham 2.100 metros quadrados localizados na zona de expansão metropolitana do distrito, destinados a sítios de lazer para a população de alta renda. É interessante observar que diferente dos outros loteamentos lançados, o Chácaras Bom Retiro, tinha como público alvo uma população mais abastada, devido ao tamanho dos lotes e a localização próxima à região da Pampulha (Sousa, 2002, p.80).

Segundo o estudo ‘Mercado da Terra na RMBH’, no período de 1965 a 1968, é observado o crescimento dos preços de terrenos devido aos recursos disponibilizados pelo BNH e pelo FGTS, fator que favoreceu o aumento de aprovações de loteamentos novos. No entanto, em Ribeirão das Neves, apenas dois loteamentos foram lançados e aprovados: um em 1965, em Justinópolis, denominado Lagoa com 428 lotes, e o loteamento São Pedro, em 1968, na Sede do município, com 359 lotes. Em 1969 não foi lançado nenhum novo loteamento no território de Ribeirão das Neves.

Foi a partir da década de 1970 que o mercado imobiliário começa a se expandir de forma bastante expressiva, principalmente para os municípios onde a ausência de legislação para o uso e ocupação do solo juntamente com a falta de fiscalização era inexistente ou ineficaz para a implantação de loteamentos destinados a população de baixa renda. Nessa época Belo Horizonte e Contagem já possuíam legislação que restringia a aprovação de loteamentos.

No ano de 1970 foram aprovados dois loteamentos no distrito de Justinópolis: Laredo, com 78 lotes e Guadalajara com 183 lotes, totalizando 261 lotes em uma área de 98.280 m², que foram ocupados parcialmente não dispoendo em todo seu espaço de redes de água e esgoto até o ano de 1979. Em 1971, mais 449 lotes são lançados no distrito de Justinópolis, em dois loteamentos o Atalaia, com 287 lotes, e o ‘Vila Papine’, com 162, ambos com carências de infraestrutura urbana e de serviços.

Já na Sede municipal a Prefeitura de Ribeirão das Neves aprovou o loteamento Santa Marta, com 677 lotes havendo uma ausência quase total de serviços, tendo apenas o atendimento parcial das redes de iluminação pública e energia elétrica. As vias de acesso eram de terra, e não contava com serviços de transporte coletivo, água, esgoto e nem de coleta da água pluvial. Foi o segundo maior loteamento aberto no município desde o início do processo de parcelamento, ficando atrás do Bairro Botafogo no distrito de Justinópolis, em 1953.

No período de 1969/71, Ribeirão das Neves e Ibité, municípios metropolitanos onde as restrições para as aprovações de loteamentos não existiam ou eram baixas concentravam 53,8% dos lotes aprovados em todo espaço do aglomerado metropolitano (PLAMBEL, 1987, p. 144). De acordo com o Mercado da terra na RMBH:

“Como se sabe, são áreas de loteamentos para as populações de nível sócio-econômico mais baixo, sendo que estes municípios não tinham restringido a aprovação de loteamentos. Assim, enquanto Ibité e Betim praticamente substituem Contagem onde era impossível aprovar loteamentos, Neves dá continuidade ao processo clandestino de ocupação da região de Venda Nova.” (PLAMBEL, 1987, p. 144)

Entre 1972 e 1976, o município de Ribeirão das Neves teve um crescimento recorde no número populacional e também pelo número de loteamentos lançados. De acordo com o Cadastro de Parcelamento do município de Ribeirão das Neves, a cidade concentrou a grande maioria dos loteamentos aprovados na época, dos 96 loteamentos lançados, 45 foram aprovados em Ribeirão das Neves sendo que 38 foram totalmente implantados, 6 parcialmente implantados e 1 não implantado (PLAMBEL, 1987, p.146).

De todos os loteamentos implantados em Ribeirão das Neves no período 1972/76, 11 estavam localizados na Sede, com um total de 3.484 lotes foram lançados, a maioria com lotes de 360 metros quadrados e sem infraestrutura urbana e de serviços. O percentual de 63% do total dos lotes estava localizado no centro histórico do município, e 37% na zona de expansão metropolitana. Nessa época houve um aumento na procura por parte do mercado imobiliário por loteamentos destinados a ocupação por população de baixa renda.

No ano de 1972 foi lançado o loteamento Bom Sossego, com 521 lotes, em uma área de 658.870 metros quadros com lotes de 1000 metros quadrados direcionados a população com maior poder aquisitivo intencionados a terem sítios de recreio. Já no ano de 1973 não houve aprovação de novo loteamento e no ano seguinte, 1974, aprovou-se apenas um novo, Santa Paula, com 210 lotes de 360 metros quadrados.

Na Sede municipal, no ano de 1975, são aprovados mais loteamentos que o distrito de Justinópolis. Cinco loteamentos aprovados com um total de 1659 lotes, mas com condições precárias: estradas de acesso eram de terra apesar da presença do transporte coletivo. Não havia rede de água, nem de esgoto, e o sistema de iluminação pública e de energia elétrica era apenas parcial.

No ano seguinte, 1976, mais uma seção do bairro Santa Martinha é lançada, com 274 lotes, com serviço de transporte e energia elétrica. Foram lançadas duas seções do loteamento Rosana, totalizando 273 lotes, sem nenhuma infraestrutura urbana e de serviços. Na zona de expansão metropolitana, são lançados mais 687 lotes de 3000 metros quadrados, no Vale do Ouro, Seções 1 e 2, destinadas a condomínios fechados.

No mesmo período, 1972 a 1976, o distrito de Justinópolis teve 33 loteamentos aprovados na Prefeitura de Ribeirão das Neves, desses 14 foram somente no ano de 1976. É interessante observar como a influência da expansão de Belo Horizonte para a área de Venda Nova impactou também o território de Neves. Esse processo se efetiva no ano de 1977, com o crescimento rápido no vetor BR - 040, na zona de expansão metropolitana.

Os loteamentos lançados no ano de 1972 - Maracanã 1ª Seção, Tropical, São Miguel Arcanjo e Santa Fé - eram todos servidos por linhas de transporte coletivo e energia elétrica, mas desprovidos de redes de água, esgoto e coleta de água pluvial. No ano de 1973 foram lançados 1853 lotes no distrito, distribuídos em sete loteamentos lançados. Dos loteamentos lançados nesse ano dois deles, Luar da Pampulha e Landi, fazem limite com Belo Horizonte, com lotes diferenciados em cada município, demonstrando a expansão de Venda Nova rumo a Justinópolis. Também estes loteamentos, correspondentes apenas a primeira seção, dispunham de uma infraestrutura mínima que se restringia, basicamente a energia elétrica. Os lotes tinham a dimensão de 360 metros quadrados.

No ano de 1974 foram lançados 986 lotes todos com medida de 360 metros quadrados, distribuídos em cinco loteamentos. No ano seguinte, em 1975 apenas três loteamentos foram lançados – Landi 2ª Seção, Maria Helena e Fortaleza. Apesar do número inferior de loteamentos abertos o número de lotes superou o ano anterior, sendo quase o dobro do número: 1778. Apenas no Bairro Maria Helena foram 1140 lotes servidos por transporte coletivo, iluminação pública, energia elétrica e, parcialmente, água.

Em 1976 o distrito de Justinópolis teve 14 loteamentos aprovados, totalizando 3389 lotes. De todos os loteamentos apenas um, Menezes, dispunha de transporte coletivo, iluminação pública e energia elétrica enquanto que os demais eram servidos parcialmente apenas por iluminação pública e energia elétrica.

TABELA 9: LOTEAMENTOS APROVADOS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES NO PERÍODO DE 1972 A 1979

Nome do Parcelamento (Bairros)	Distrito	Aprovação Prefeitura	Área Total (m²)	Nº de lotes
Bom Sossego	Sede	26/05/1972	658.870	521
Maracanã - 1ª Seção	Justinópolis	02/06/1972	85.875	150
Tropical	Justinópolis	11/07/1972	74.190	150
São Miguel Arcanjo	Justinópolis	12/07/1972	92.730	265
Santa Fé	Justinópolis	25/09/1972	57.800	114
Vila Teresópolis	Justinópolis	23/07/1973	13.150	28
Landi - 1ª Seção	Justinópolis	17/09/1973	226.170	435
Luar da Pampulha - 1ª Seção	Justinópolis	17/09/1973	233.600	391
Sônia - 1ª Seção	Justinópolis	17/09/1973	92.500	161
Tony - 1ª Seção	Justinópolis	17/09/1973	252.640	425
Vila Delma	Justinópolis	17/09/1973	103.680	201
Jardim Alvorada - 2ª Seção	Justinópolis	18/09/1973	128.490	212
Rose Marie	Justinópolis	14/03/1974	130.000	265
São José - 1ª Seção	Justinópolis	19/03/1974	50.300	106
Adriana	Justinópolis	21/05/1974	36.125	60
Santa Paula	Sede	31/05/1974	112.836,50	210
Felixlândia	Justinópolis	30/07/1974	242.630	432
Luar da Pampulha - 2ª Seção	Justinópolis	04/09/1974	61.120	123
Santa Martina - 1ª Seção	Sede	21/03/1975	212.960	352
Santa Martina - 2ª Seção	Sede	11/05/1975	286.117	552
Vale da Prata	Sede	12/06/1975	298.152	548
Vale Verde	Sede	11/07/1975	68.014	127
Santa Martina - 3ª Seção	Sede	25/08/1975	72.600	80
Landi - 2ª Seção	Justinópolis	24/11/1975	223.246	357
Maria Helena	Justinópolis	30/11/1975	566.810	1140
Fortaleza	Justinópolis	19/12/1975	141.200	275
Jardim de Alá - 2ª Seção	Justinópolis	06/02/1976	29.458	52
Santa Martina - 4ª Seção	Sede	06/02/1976	124.075	274
Kátia - 1ª Seção	Justinópolis	14/05/1976	147.076	194
Sônia - 2ª Seção	Justinópolis	05/06/1976	46.000	83
Hawai	Justinópolis	18/06/1976	121.200	245
Vale do Ouro - 1ª Seção	Sede	23/06/1976	1.168.909	307
Vale do Ouro - 2ª Seção	Sede	23/06/1976	1.560.960	380
Maracanã - 2ª Seção	Justinópolis	12/07/1976	43.558	70
Vila Real	Justinópolis	12/07/1976	46.000	90
Vale das Cerejeiras	Justinópolis	13/07/1976	90.940	207
Elizabeth	Justinópolis	15/07/1976	52.811	106
Vera Lúcia	Justinópolis	22/07/1976	53.055	89
Santa Izabel	Justinópolis	23/07/1976	27.035	48
Eliane	Justinópolis	28/07/1976	134.380	255
Rosana - 1ª Seção	Sede	01/10/1976	68.012,50	133

São José - 2ª Seção	Justinópolis	04/10/1976	256.450	275
Menezes	Justinópolis	04/11/1976	981.020	1617
Jardim de Alá - 3ª Seção	Justinópolis	05/12/1976	30.055	58
Rosana - 2ª Seção	Sede	10/12/1976	80.555	140
Subtotal	Sede		4.631.506	3.624
Subtotal	Justinópolis		4.951.849	8.679
	Total		9.583.355	12.303

Fonte: Cadastro de Parcelamentos. PLAMBEL, 1982.

Entre 1977 e 1979 foram lançados mais lotes na Sede do município do que no distrito de Justinópolis, cenário inverso ao que era observado no período anterior. Enquanto a Sede lançou 12.766 lotes, Justinópolis teve 5.151. Entretanto, o número de loteamentos em Justinópolis foi superior, 17, ao número da Sede no período com 9 loteamentos aprovados. Fato observável pelo aumento do número de parcelamentos na zona de expansão metropolitana, no vetor BR 040. Em 1977, na região de Areias foi aprovado o loteamento Senhora Santana, primeiro da região, com 282 lotes, possuindo apenas iluminação pública e energia elétrica.

No distrito da Sede, em 1977, foi lançado o Sevilha, Seção 1, com 1232 lotes, que representa o maior número de lotes já aprovados de uma só vez no município, até então. Esse loteamento era servido apenas por transporte coletivo, iluminação pública e energia elétrica. Entretanto, é na zona de expansão metropolitana, no eixo da BR-040, que ocorre o recorde de número de novos lotes neste ano: 6736. Foram lançados, ao mesmo tempo loteamentos destinados tanto à população de alta renda – como o Quintas do Lago, com 54 lotes de 5.000 metros quadrados – como para à população de baixa renda, onde aparecem o Jardim Colonial, com 1.572 lotes e o Veneza com 3.963, todos com lotes de 360 metros quadrados. O Jardim Colonial foi aprovado sem qualquer infraestrutura, e o Veneza já possuía serviço de transporte e contava parcialmente com iluminação pública e energia elétrica.

Em 1978 foram aprovados na Sede três novos loteamentos. A 2ª seção do parcelamento Sevilha foi aprovada com 3.461 lotes de 360 metros quadrados em uma área de 593.280 metros quadrados, contando apenas com serviço de transporte coletivo e parcial de iluminação pública, sem água encanada ou rede de esgoto. O loteamento Veneza, aprovado também nesse ano, com 3.963 lotes e as mesmas características infraestruturais do Sevilha. Surge também, o loteamento Status, com 107 lotes de 526

metros quadrados, para população de maior poder aquisitivo, porém sem qualquer infraestrutura.

Em 1979 apenas cinco loteamentos são lançados em Ribeirão das Neves, sendo três deles na Sede. O loteamento Savassi¹⁴, aprovado em março desse ano contava com 933 lotes em uma área de 488.107 metros quadrados, não possuía infraestrutura adequada apenas serviço parcial de iluminação pública e energia elétrica. Ainda nesse ano foram aprovados os loteamentos Cidade Neviana com 1.147 lotes e o loteamento Santa Matilde, com 297 lotes, ambos seguindo a mesma situação precária de infraestruturas do Savassi.

No distrito de Justinópolis no período de 1972/79 foram aprovados 17 loteamentos. Em 1977 foram 9 loteamentos, totalizando 3.675 lotes lançados. Destaque para os loteamentos Pedra Branca, com 1.122 lotes, e Esperança com 718, lançados na zona urbana, juntamente com Luar da Pampulha 3ª seção, São João de Deus e Flamengo. Na zona de expansão metropolitana foram aprovados o Quintas das Neves com lotes 37 lotes e o Granjas Primavera com 260, ambos loteamentos com lotes de 2.000 e 3.000 metros quadrados respectivamente. Também na zona de expansão foi aprovado o loteamento Nossa Senhora da Piedade que diferentemente dos dois anteriores, seus 169 lotes não eram com metragem extensa, apenas 360 metros quadrados. Tal loteamento era destinado à população de baixa renda e com parte de seu território na zona urbana e parte na zona de expansão metropolitana.

O Conjunto Habitacional Nova Pampulha, aprovado também no ano de 1977, único loteamento implantado por uma empresa pública, o INOCOOP-MG. Com 540 lotes, o parcelamento possuía infraestrutura completa com transporte coletivo, iluminação pública, água, esgoto, água pluvial e energia elétrica não contando apenas com rede telefônica.

Em 1978 foram aprovados 6 loteamentos em Justinópolis: Kátia 2ª Seção, Boa Vista, Labanca, Céu Anil, Tony 2ª Seção e Comercial Justinópolis, todos com pouca ou nenhuma infraestrutura básica e com lotes de 360 metros quadrados. Em Areias, é aprovado pela Prefeitura, o segundo parcelamento da região, o Santa Margarida 1ª Seção, com 363 lotes de 360 metros quadrados, com serviços parciais de transporte coletivo,

¹⁴Segundo Sousa (2002) o nome foi nome do bairro foi escolhido certamente para atrair compradores, fazendo referência ao bairro Savassi de Belo Horizonte, considerado bairro nobre da capital.

iluminação pública e energia elétrica e ausente os serviços de água encanada e coleta de esgoto.

Em 1970, Justinópolis aprovou apenas um loteamento, Horizonte, com 207 lotes em uma área total de 132.987 metros quadrados. A região de Areias recebeu a 2ª seção do parcelamento Santa Margarida, com 61 lotes de 360 metros quadrados cada com serviços precários de infraestrutura básica.

Com informações limitadas, devido à falta de documentos a respeito dos loteamentos aprovados e lançados no município de Ribeirão das Neves nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010 os dados serão sistematizados de maneira mais sintética.

Na década de 1980 a Sede do município teve aprovado 4 loteamentos: Tânia, aprovado em 1980, com 95 lotes; Vale das Acácias, 1980, com 2.632 lotes; Florença, aprovado em 1981, com 2.932 lotes e Palmeiras, lançado em 1982, com 1.638 lotes. Desses apenas o Vale das Acácias possuía asfalto, ainda assim de modo parcial e o bairro Tânia possuía serviço parcial de energia elétrica, os demais eram desprovidos de qualquer serviço público. Com exceção do bairro Tânia, todos os outros estão localizados na zona de expansão metropolitana, no eixo da BR – 040. Nesse período não houve aprovação e abertura de loteamentos no distrito de Justinópolis.

Nos anos 1990, em Ribeirão das Neves foram aprovados 33 novos parcelamentos, totalizando 14.260 novos lotes. Somente na Sede foram 20 loteamentos, sendo que destes 9 estão localizados na zona de expansão metropolitana¹⁵. Ao todo, os bairros da zona de expansão metropolitana detêm 6.559 lotes, todos foram aprovados pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e pela Prefeitura do Município, por serem de interesse municipal e metropolitano. Os 13 loteamentos aprovados no distrito de Justinópolis somam 4.607 lotes. Apenas o parcelamento Soares está localizado na zona de expansão metropolitana do distrito.

TABELA 10: LOTEAMENTOS APROVADOS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES NA DÉCADA DE 1980 E 1990.

Nome do Parcelamento (Bairros)	Distrito	Aprovação Prefeitura	Área Total (m ²)	Nº de lotes
Tânia	Sede	13/03/1980	52.489	95
Vale das Acácias	Sede	09/09/1980	1.982.300	2.632
Florença	Sede	05/05/1981	2.119.526	2.932

¹⁵ São eles: Alicante, Vereda 1ª Seção, Napoli, Jardim Colonial, Franciscadriangela, São Luiz, Jardim Primavera 1ª e 2ª Seções e Jardim São Judas Tadeu

Palmeiras	Sede	26/02/1982	1.592.911	1.638
Belo Vale	Justinópolis	18/05/1993	165.771	359
Cruzeiro	Justinópolis	18/07/1994	135.000	259
Jardim Colonial	Sede	24/10/1994	1.737	1.994
Jardim Primavera - 1ª seção	Sede	03/04/1995	145.026	237
Severina	Justinópolis	11/12/1996	318.481	858
Soares	Justinópolis	19/12/1996	161.167	304
Jardim São Judas Tadeu	Sede	23/12/1996	422.699	908
Florença - 2ª seção	Sede	27/12/1996	88.122	154
Monte Verde	Sede	13/02/1997	225.195	382
Barcelona	Sede	06/03/1997	483.983	697
Dona Clarice	Justinópolis	19/03/1997	75.658	126
Franciscadriangela	Sede	27/05/1997	615.280	820
Jardim Primavera - 2ª seção	Sede	11/06/1997	168.130	228
Vereda - 1ª seção	Sede	17/06/1997	411.222	871
São Luiz	Sede	30/10/1997	605.700	948
Jardim Primavera - 3ª seção	Justinópolis	21/01/1998	36.747	82
Itapoã	Justinópolis	22/01/1998	67.934	138
Verônica	Justinópolis	03/02/1998	131.534	137
Dona Clara	Sede	16/02/1998	45.691	47
Campos da Silveira	Sede	08/05/1998	459.500	-
Evereste	Justinópolis	21/05/1998	188.553	289
Fazenda Castro	Sede	19/06/1998	1.282.005	1.825
Nova União	Sede	07/07/1998	145.265	320
Girassol	Justinópolis	29/07/1998	1.128.500	1.365
Alicante	Sede	14/08/1998	141.100	95
Iolanda	Sede	10/09/1998	89.355	152
Tocantins	Justinópolis	28/10/1998	158.681	319
San Remo	Sede	10/12/1998	202.557	195
Cristais	Justinópolis	23/03/1999	35.238	81
Napoli	Sede	30/04/1999	263.145	553
Jardim Verona	Sede	12/05/1999	1.187.200	1.924
Luana	Justinópolis	03/09/1999	134.900	290
San Marino	Sede	15/09/1999	977.812	1.910
Subtotal	Sede		13.707.950	21.557
Subtotal	Justinópolis		2.738.164	4.607
	Total		16.446.114	26.164

Fonte: Cadastro de Parcelamentos. PLAMBEL, 1982.

Ao analisar os números de loteamentos aprovados na década de 1980 e 1990 observamos um decréscimo em comparação ao grande número de parcelamentos lançados na década de 1970. Já no período de 2000 a 2010 apenas 7 loteamentos são lançados no município. Na Sede são aprovados os loteamentos: Alterosa, Belvedere,

Céu Anil 2ª Seção e Vereda também 2ª Seção. No distrito de Justinópolis foram lançados os bairros Canoas e Viena.

De acordo com cadastro de loteamentos do município, até o ano de 2012 o município de Ribeirão das Neves possui 155 bairros aprovados, incluindo os três centros (Sede, Veneza e Justinópolis); 2 bairros (Xangrilá e Solar das Palmeiras) situados no perímetro de Ribeirão das Neves que foram aprovados em outros municípios e 7 bairros não aprovados (Liberdade, São Judas Tadeu, Maria Helena 2ª Seção, Jardim Canto da Alvorada, condomínio Canto dos Pássaros, Condomínio Luar da Mata e Ivo de Abreu). O município conta, também, com o Distrito Industrial João de Almeida, ainda pouco ocupado, localizado as margens da LMG – 806, saída da Sede em direção a Justinópolis.

Segundo a FJP (2000) o declínio do número de loteamentos em Ribeirão das Neves não significa necessariamente que houve somente um controle e disciplinamento do mercado imobiliário por parte do governo municipal, mas também à grande oferta de lotes lançados nas décadas anteriores. Esse último fator desestimulou a construção de novos loteamentos devido ao receio da estagnação das vendas. Outro fator foi aumento da periferia da capital em direção ao eixo oeste devido a proximidade com o local de trabalho pelas classes pobres e as melhores condições de transporte, que incorporou novas áreas passíveis de aproveitamento para fins de loteamento destinado à população de baixa renda, criando opções tão ou mais atraentes que os terrenos ainda disponíveis em Ribeirão das Neves. Além desses condicionantes há de se destacar a presença das unidades prisionais no território da cidade que trouxeram o estigma de cidade-presídio e violenta, questão que não contribuiu e ainda hoje não favorece um crescimento e desenvolvimento da cidade.

3.3.3. Infraestrutura e paisagem dos parcelamentos

Devido ao histórico de expansão urbana acelerada e sem controle, ocorrido a partir da década de 1970, Ribeirão das Neves não contou com um planejamento adequado, assim como não promoveu um desenvolvimento sustentável do seu espaço. Esse contexto proporcionou sérios problemas de infraestrutura, comprometendo os recursos hídricos, favorecendo um tecido urbano desarticulado e comprometeu a qualidade de vida da população pela inexistência, em grande parte, de serviços básicos

de infraestrutura de saneamento em termos de esgotamento sanitário, coleta de lixo, drenagem pluvial e ausência de pavimentação, causando o surgimento de áreas de risco, refletindo um quadro de carências e de grande precariedade habitacional.

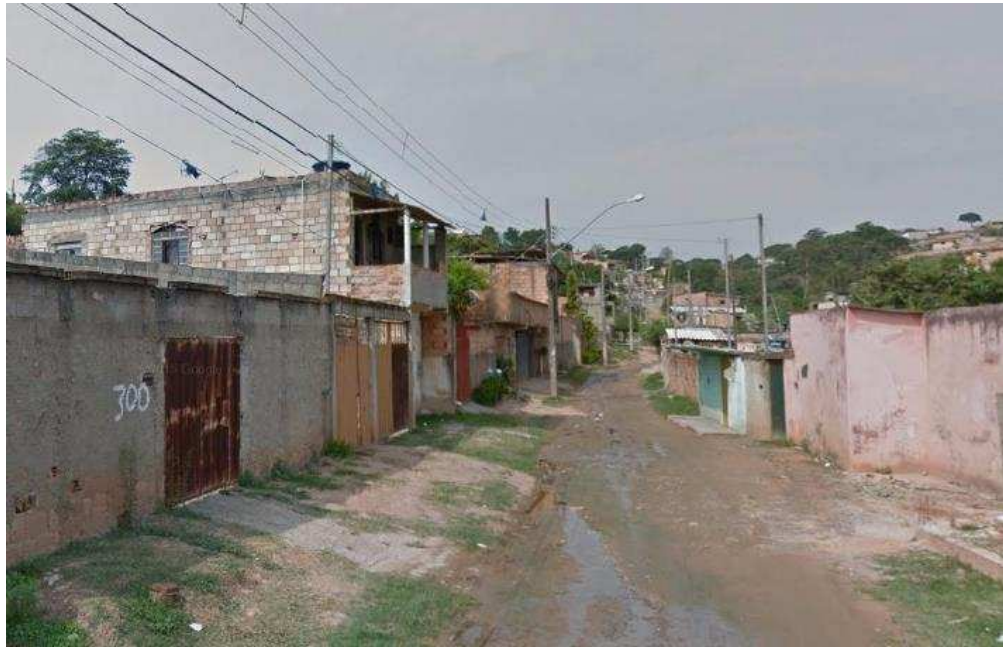


FIGURA 10 – Vista da Rua dos Capuchinhos, Bairro Rosaneves. Sede. Aprovado em 1986. Observa-se na figura a ausência de pavimentação e drenagem pluvial. Fonte: Arquivo Pessoal. 2015.

Segundo o Plano Municipal de Regularização Fundiária (2011), das ruas de Ribeirão das Neves que possuem rede de água, aproximadamente 24% tem rede de esgotos, sendo que o esgoto coletado não passa por nenhum tratamento. Em relação a coleta de lixo, o município tem o pior percentual dentre os municípios do eixo norte da RMBH, 73%, uma vez que a média metropolitana é de 92%. Essas três características são as principais causas da insalubridade ambiental existente no município.

Outro fator que contribuí para a degradação ambiental do município é a falta de drenagem ambiental. Como a drenagem pluvial está diretamente relacionada com a infraestrutura de pavimentação do sistema viário e com o uso e ocupação do solo, situações de riscos são criadas, uma vez que a pavimentação é inexistente em parte significativa dos parcelamentos de Ribeirão das Neves (ver Figura 12).

A precariedade do sistema de saneamento básico no município é preocupante. No próximo capítulo apresentaremos índices que classifica a cidade através do acesso a este serviço, sendo mais ou menos vulneráveis socialmente.



FIGURA 11 – Vista da Rua Sete, Santa Paula, Sede. Aprovado em 1986. Observa-se na figura o acúmulo de lixo e ausência de pavimentação e drenagem pluvial.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2015

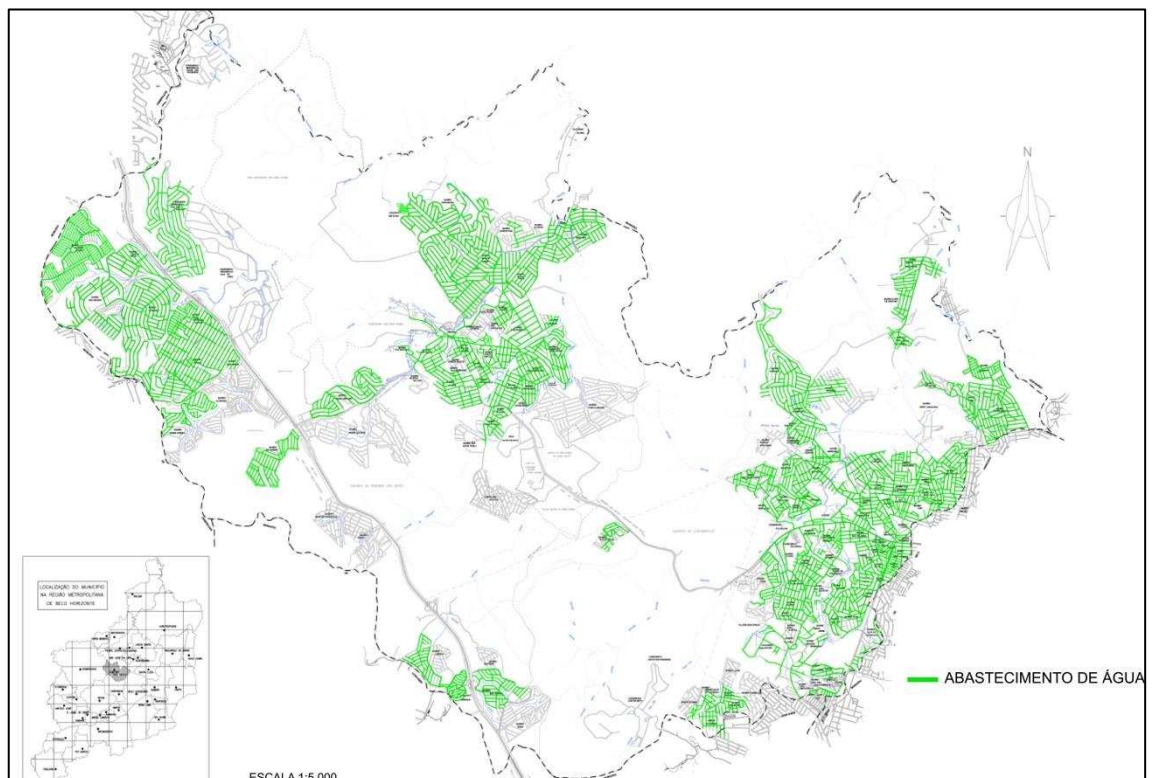


FIGURA 12 – Rede de abastecimento de água existente no município de Ribeirão das Neves.
Fonte: Prefeitura de Ribeirão das Neves, 2006.

Outro fator relevante a respeito da infraestrutura dos parcelamentos é o sistema viário município que é totalmente estruturado com base nas rodovias que o atravessam. De acordo com o Plano Municipal de Regularização Fundiária (2011), o sistema viário

de Ribeirão das Neves é um reflexo da desarticulação da malha urbana, sendo também responsável por consolidar a divisão do município em três macrorregiões distintas, dificultando a articulação entre elas. São as regiões do Veneza, que se desenvolve ao longo da BR-040; a região de Justinópolis, ao longo da MG-806; e a região da sede do município.

Com o sistema viário, concebido e implantado sem qualquer preocupação com a articulação e com o papel a ser exercido pelas vias internas, o município possui inúmeras vias sem pavimentação (ver Figura 13).

Com a ocupação rápida e desordenada do território de Ribeirão das Neves, realidade que favoreceu a fragmentação do espaço intra-urbano, a estruturação da estrutura viária do espaço foi direcionada para uma abrangência regional. De fato, o sistema viário do município está estruturado mais no sentido de prover as ligações externas, com Belo Horizonte e Contagem, do que de promover a articulação interna, entre as diversas regiões da cidade, fato que refletirá na mobilidade da população no espaço metropolitano.

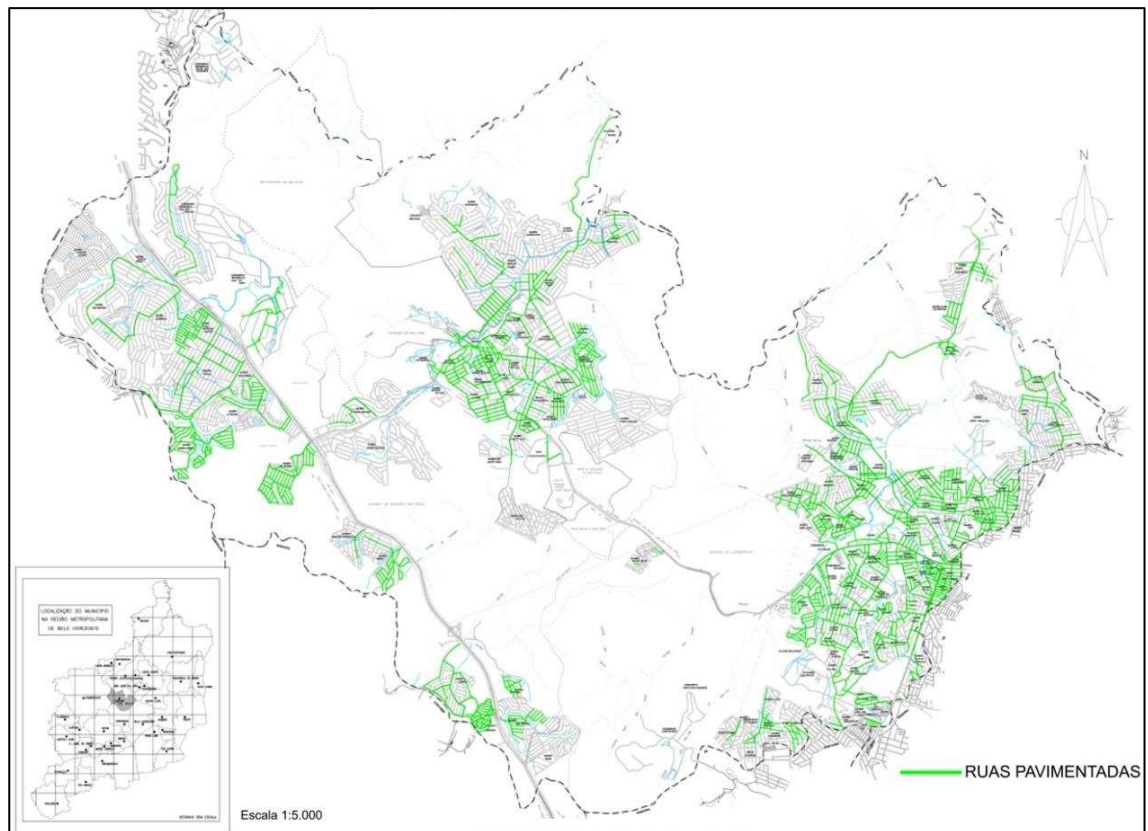


FIGURA 13 – Ruas pavimentadas nos parcelamentos de Ribeirão das Neves
Fonte: Prefeitura de Ribeirão das Neves, 2006.

Através da autarquia Transporte, Trânsito de Ribeirão das Neves - Transneves, o município assumiu o gerenciamento de seu sistema de transporte intermunicipal, que era constituído por cinco linhas que se desdobravam em mais seis sublinhas, com uma frota operacional de trinta veículos, transportando 161.897 passageiros/mês, ou seja, cerca de 6.500 passageiros/dia, em 207 viagens. Esta autarquia foi extinta e hoje a responsabilidade do transporte e trânsito na cidade pertence à Secretaria de Trânsito. O serviço de transporte interno e o metropolitano, atualmente, são feitos pela Empresa Saritur que atende a Sede municipal e a região de Veneza, e a Rodap transportes Coletivos que atende somente o distrito de Justinópolis. De acordo com dados do Diagnóstico e Diretrizes Básicas do Plano Diretor de Ribeirão das Neves (2006), a nível metropolitano são transportados um total de 4.055.796 passageiros/mês.

Observa-se que apenas uma pequena parcela da demanda total por transporte coletivo no município é atendida pelo sistema municipal formal. Isto pode ser explicado como um reflexo da fraqueza das atividades econômicas, bem como pelas deficiências na oferta de serviços em Ribeirão das Neves, além da própria configuração da rede de transporte coletivo municipal que até recentemente não oferecia ligações entre Justinópolis e as outras regiões urbanizadas, inclusive a sede do município.

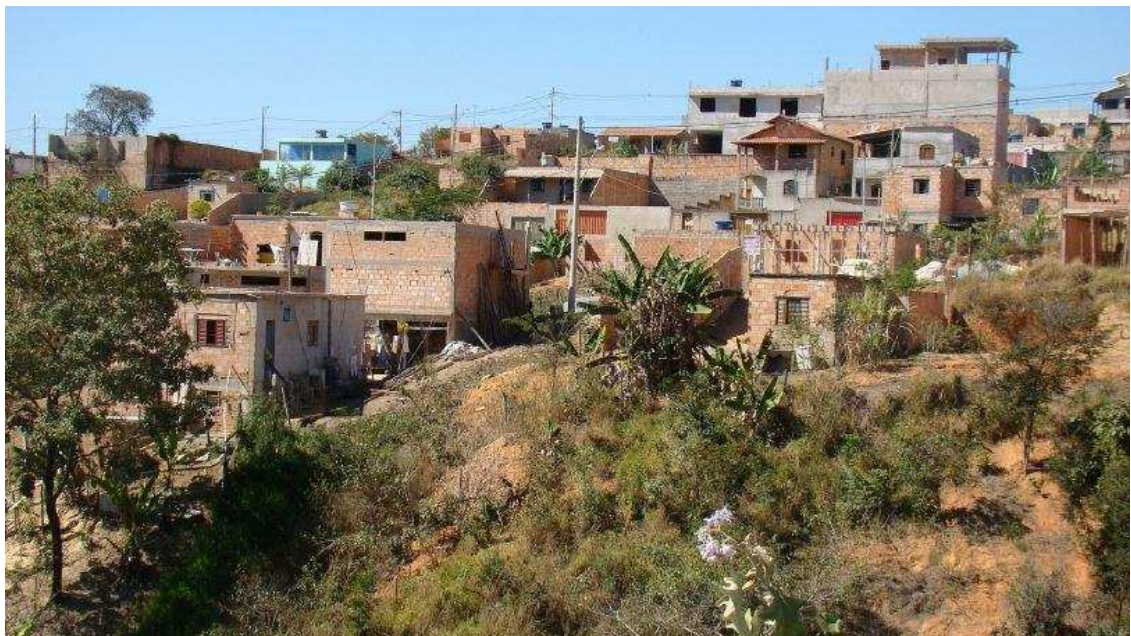


FIGURA 14 - Vista Bairro Belvedere, Distrito Sede. O bairro foi aprovado no início da década de 2000 e ainda assim apresenta-se precariamente urbanizado. A forma de produção das moradias se caracteriza essencialmente pela autoconstrução, com muitas casas inacabadas.

Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

4. A SEGREGAÇÃO ESPACIAL EM RIBEIRÃO DAS NEVES

Nos capítulos anteriores foram analisados os processos de formação e expansão dos espaços urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do município de Ribeirão das Neves. Observou-se, no segundo capítulo, a diferenciação do espaço metropolitano com a elitização de da área central de Belo Horizonte, com poucas áreas destinadas para setores de baixa renda. No terceiro capítulo destacou-se o processo de expansão do território de Ribeirão das Neves através dos parcelamentos de terra, sendo a maioria irregular destinada à população excluída do centro da metrópole.

Buscando analisar a segregação expressa no município de Ribeirão das Neves, este último capítulo reúne alguns índices e indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade social baseados nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Os dados obtidos através do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil¹⁶, do Atlas da Vulnerabilidade Social e do Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais, contribuíram para a compreensão das diferenças socioespaciais a nível municipal, entre a cidade de Ribeirão das Neves e os outros municípios da RMBH.

4.1. Análise da segregação – caminho metodológico

Este estudo, que tem como objeto de pesquisa o espaço urbano de Ribeirão das Neves, desenvolveu-se a partir da análise da formação e expansão do município, com o intuito de realizar uma nova interpretação do cenário espacial no contexto metropolitano. Através de uma visão do conjunto das formas de organização espacial da metrópole belo-horizontina e de Ribeirão das Neves, juntamente com os dados dos órgãos públicos consultados, foi possível chegar aos objetivos estabelecidos. Os dados analisados partem de um contexto atual em que a visão abrangente da RMBH e também particular de Ribeirão das Neves, juntamente ao contexto histórico, possam afirmar como se expressa a segregação espacial no município em estudo.

¹⁶Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (ADH) é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de 5.565 municípios brasileiros, aplicados às 27 Unidades da Federação (UFs), vinte regiões metropolitanas (RMs) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O ADH engloba o Atlas do desenvolvimento humano nos municípios e o Atlas do desenvolvimento humano nas RMs e traz, além do IDHM, mais de duzentos indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade.

Como ponto de partida, um recorte temporal dos dados coletados realizou-se afim de uma análise mais atual do cenário em questão, desse modo foram utilizados os Censos Demográficos de 2000 e 2010, e também publicações relevantes com dados mais atualizados. Delimitou-se, também, o recorte espacial da RMBH afim de comparação do espaço do município com as demais cidades da RMBH, uma vez que a região integra 34 municípios com as mais diversas características sociais e espaciais. Foram selecionados aqueles que apresentaram o grau “muito alto” (ver Anexo 2) de interação com o polo da RMBH, de acordo com estudo¹⁷ elaborado pelo Observatório das Metrôpoles (2004) e/ou possuem população superior a 200 mil habitantes: Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Ibirité, Vespasiano. O município de Ribeirão das Neves se encaixa nas duas condições.

Segundo Sposito (2013) o conceito de segregação é polissêmico e por ser assim precisa ser entendido na sua complexidade, nas suas mais diversas formas de expressão. Dessa forma, o segundo passo foi a escolha dos índices e indicadores que expressassem a diferenciação ou desigualdade nas cidades analisadas, afirmando o processo de segregação no município de Ribeirão das Neves. A escolha dos índices baseou-se nas informações que poderiam ser extraídas com a interpretação dos mesmos, uma vez que são dados que expõem a realidade social, econômica e estrutural de Ribeirão das Neves e dos demais municípios em análise.

Os índices e indicadores¹⁸ analisados são:

- Índice de Vulnerabilidade Social (IVS):
 - Capital Humano;
 - Educação e Trabalho;
 - Infraestrutura Urbana;
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM);
- Índice Gini;
- Índice Theil-L;
- Renda Per Capita;

¹⁷O grau de interação que as cidades possuem com a metrópole foi classificado no estudo elaborado pelo Observatório das Metrôpoles em 2004. O documento “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias” levou em consideração questões sociais – demográficas, econômicas, habitacionais, criminais, entre outras para medir o grau de interação com a dinâmica metropolitana e também para indicar a dimensão da pobreza e da desigualdade social nas regiões metropolitanas.

¹⁸ Ver Anexo 3.

- Crime Violento:
 - Taxa de Homicídio;
 - Crime Violento contra pessoa.

A análise dos dados, elaborada individualmente e em conjuntos, apresentados através de tabelas e gráficos, para que houvesse melhor interpretação dos mesmos e conclusões mais efetivas. Alguns conceitos de autores que abordam a segregação espacial em outras realidades contribuíram para a afirmação do que foi previamente objetivado no início do trabalho.

4.2. Análise dos índices e indicadores sociais em Ribeirão das Neves

Com o histórico do espaço urbano baseado na implantação de uma penitenciária, o município de Ribeirão das Neves iniciou uma jornada de crescimento e desenvolvimento de baixa qualidade. A partir dos anos de 1970, uma população de baixa renda se concentrou no município, principalmente após a ocupação acelerada do território pelos loteamentos populares, caracterizados por pouca, ou muitas vezes nenhuma, infraestrutura urbana básica.

A permissividade observada durante o processo de parcelamento do solo em Ribeirão das Neves, no início dos anos setenta, pode ser explicada pela associação de diversos fatores. Segundo Costa (1983) mesmo em condições precárias, os loteamentos eram vantajosos ao poder municipal, uma vez que possibilitava a cobrança do imposto territorial urbano e também atraía população para o município que já sofria com o estigma de cidade presídio.

O reflexo desse histórico é observado na porcentagem atual de indivíduos pobres no município, do total da população no ano de 2010, 9,25% vive com renda inferior a R\$140 mensais, menor valor dentre os municípios em comparação. Por outro lado, os indivíduos em condições de vulnerabilidade à pobreza, o município possui o maior valor, 30,03% dentre os municípios analisados. Ressalta-se que dos dados municipais analisados, Neves possui a quarta maior população e o maior percentual de pobres e vulneráveis, conforme apresentado na Tabela 11.

TABELA 11: POPULAÇÃO TOTAL E PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO POBRE, EXTREMAMENTE POBRE E VULNERÁVEL A POBREZA DOS MUNICÍPIOS DO RECORTE ESPACIAL (2010)

Município	População total	% de extremamente pobres	% de pobres	% de vulneráveis à pobreza
Vespasiano	104.527	1,02	8,06	28,24
Ibirité	158.954	1,73	7,9	28,22
Santa Luzia	202.942	2,12	7,99	26,31
Ribeirão das Neves	296.317	2,21	9,25	30,03
Betim	378.089	1,58	7,04	23,98
Contagem	603.442	1,15	4,81	17,95
Belo Horizonte	2.375.151	0,79	3,8	13,89

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil., Censo 2010.

De acordo com o mesmo levantamento, Censo de 2010, a renda per capita de Ribeirão das Neves é a que possui o menor valor, R\$479,77 e conseqüentemente a cidade possui a menor renda per capita da classe mais pobre, R\$ 95,18 (ver Tabela 12).

TABELA 12: RENDA PER E RENDA PER CAPITA DOS POBRES DOS MUNICÍPIOS DO RECORTE ESPACIAL (2010)

Município	Renda per capita	Renda per capita dos pobres
Ribeirão das Neves	479,77	95,18
Ibirité	525,64	95,54
Vespasiano	539,05	103,74
Santa Luzia	557,62	89,56
Betim	660,56	95,91
Contagem	824,3	94,59
Belo Horizonte	1.497,29	98,26

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil., Censo 2010.

Devido à dinâmica especulativa do capital imobiliário, em Ribeirão das Neves a produção habitacional caracterizou-se pela autoconstrução uma vez que nos loteamentos ofertados não havia a oportunidade de negociar a construção junto ao loteador. Desse modo, foi principalmente através desse tipo de obra que o município viu suas habitações serem construídas, famílias erguendo suas próprias casas e com mutirões ajudando vizinhos e outras famílias.

Como abordado anteriormente, a inexistência de leis referentes ao uso e ocupação do solo de Ribeirão das Neves proporcionou vantagens aos loteadores para a

implantação dos seus projetos no município e para autoconstrução das casas, fato que contribuiu para uma atual realidade de acesso precário a serviços.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), construído a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, procura dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro. A exclusão social e vulnerabilidade social são noções antes de tudo políticas, que servem para a interpretação de novas realidades do desenvolvimento social, não enfatizando apenas a questão do capital. Nos municípios em análise, Ribeirão das Neves se destaca por deter os piores IVS de Infraestrutura Urbana e Renda e Trabalho no Censo de 2000 e 2010. Para o IVS Capital Humano, Neves possui o segundo pior índice, tanto em 2000 quanto em 2010.

TABELA 13: ÍNDICES DE VULNERABILIDADE SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DO RECORTE ESPACIAL (2000-2010)

Municípios	IVS Infraestrutura Urbana		IVS Capital Humano		IVS Renda e Trabalho	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Belo Horizonte	0,414	0,405	0,346	0,233	0,348	0,19
Contagem	0,424	0,405	0,393	0,264	0,407	0,23
Betim	0,434	0,411	0,466	0,286	0,463	0,259
Santa Luzia	0,492	0,422	0,491	0,316	0,458	0,26
Vespasiano	0,541	0,426	0,502	0,372	0,465	0,263
Ibirité	0,473	0,412	0,543	0,341	0,48	0,273
Ribeirão das Neves	0,598	0,432	0,503	0,368	0,493	0,273

Fonte: Atlas de Vulnerabilidade Social, Censos 2000 e 2010.

No Censo de 2010, Neves além de ter o pior IVS de Infraestrutura Urbana da RMBH, deteve também a maior porcentagem da população em domicílios com densidade superior a dois indivíduos, 28,88% e a maior porcentagem de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado.

TABELA 14: DENSIDADE DOMICILIAR, REDE DE AGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO E IVS - INFRAESTRUTURA URBANA DOS MUNICÍPIOS DO RECORTE ESPACIAL (2010)

Município	% da população em domicílios com densidade > 2	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	IVS Infraestrutura Urbana
Belo Horizonte	17,01	0,15	0,405
Contagem	19,42	0,23	0,405
Betim	23,29	0,45	0,411
Santa Luzia	27,47	0,65	0,422
Ibirité	27,5	0,22	0,412
Vespasiano	27,95	0,02	0,426
Ribeirão das Neves	28,88	1,90	0,432

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, Censo 2010.

Outro fator característico de Ribeirão das Neves é o movimento pendular diário feito por uma grande parcela da população que trabalha na capital e em municípios vizinhos. No estudo realizado pelo Observatório das Metrópoles (2004), Ribeirão das Neves apresentou o percentual de 39,10% de pessoas que realizavam este movimento, ficando atrás somente de Ibirité, localizado no Vetor Oeste, que apresentou o percentual de 40,91%.

TABELA 15: INDICADORES PARA IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO NA DINÂMICA DA AGLOMERAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE DOS MUNICÍPIOS DO RECORTE ESPACIAL (2000)

Município	Indicadores		População Total
	Nº de Pessoas Trabalham ou Estudam em Outro Município	Percentual de Pessoas Trabalham ou Estudam em Outro Município	
Belo Horizonte	52.499	3,40	2.238.526
Betim	35.754	18,30	306.675
Contagem	86.700	24,54	538.017
Vespasiano	15.353	31,78	76.422
Santa Luzia	40.485	34,43	184.903
Ribeirão das Neves	61.414	39,10	246.846
Ibirité	33.145	40,91	133.044

Fonte: Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil, Observatório das Metrópoles, 2004.

O fluxo de pendularidade tem seus maiores percentuais nos municípios de Contagem e Ribeirão das Neves. Essa maior expressão sugere um processo de conurbação mais antigo com a capital, como mostrado anteriormente no capítulo 2 sobre o processo de expansão metropolitana.

TABELA 16: FLUXOS PENDULARES INTRAMETROPOLITANOS DOS MUNICÍPIOS DO RECORTE ESPACIAL EM RELAÇÃO A BELO HORIZONTE (2000-2010)

Fluxo de Pendularidade	2000		2010	
	Total	%	Total	%
Vespasiano - Belo Horizonte	11.595	3,6	21.701	4,3
Betim - Belo Horizonte	18.297	5,6	25.638	5,1
Ibirité - Belo Horizonte	18.606	5,7	29.751	5,9
Santa Luzia - Belo Horizonte	32.559	10	41.391	8,3
Ribeirão das Neves - Belo Horizonte	46.849	14,4	67.938	13,6
Contagem - Belo Horizonte	58.450	18	71.766	14,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010

Não somente os números a respeito do deslocamento diário em Ribeirão das Neves são expressivos, mas também a qualidade e a oferta de serviços de transporte coletivo para o trajeto para o destino da população. A cidade conta com apenas um terminal metropolitano de passageiros do Move¹⁹, ainda em obras e localizado do distrito de Justinópolis.

Em outubro de 2014 a Prefeitura Municipal assinou com o Governo Federal um contrato para obras de mobilidade urbana com um investimento de quase R\$ 45 milhões. Dentre as obras prevista destacam-se a conexão da LMG-806 com a rodovia BR-040 e a construção de uma alça de acesso para Belo Horizonte. Segundo a prefeitura de Neves, até a o final de 2015, nenhuma obra foi iniciada e não havia previsão para o início das mesmas.

A respeito do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Ribeirão das Neves possui a mais baixa média dos municípios do recorte espacial, no ano de 2010 e o segundo mais baixo no ano 2000. Ao analisar os dados dos IDHM de renda, educação e longevidade na tabela abaixo, é observável que o município de Ribeirão das Neves esteve quase sempre nas colocações inferiores. No intervalo entre os Censos de 2000 e 2010, todos os municípios do recorte tiveram acréscimo na média dos IDHM,

¹⁹Sistema de transporte rápido por ônibus (BRT) do município de Belo Horizonte, inaugurado em maio de 2014.

entretanto Neves passou da penúltima posição de pior IDHM para a última posição. Em nível da RMBH, Neves também se encontra entre os últimos lugares desse indicador, dentre os dez mais baixos IDHM, a cidade é a única com população acima de 70 mil habitantes.

TABELA 17: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - RENDA, EDUCAÇÃO E LONGEVIDADE DOS MUNICÍPIOS DO RECORTE ESPACIAL (2000-2010)

Município	IDHM		IDHM Renda		IDHM Educação		IDHM Longevidade	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ibirité	0,562	0,704	0,586	0,673	0,409	0,616	0,741	0,840
Ribeirão das Neves	0,577	0,684	0,592	0,658	0,420	0,591	0,773	0,822
Vespasiano	0,598	0,688	0,628	0,677	0,467	0,592	0,728	0,811
Santa Luzia	0,608	0,715	0,623	0,682	0,463	0,625	0,779	0,859
Betim	0,612	0,749	0,634	0,709	0,465	0,687	0,779	0,864
Contagem	0,651	0,756	0,683	0,745	0,537	0,697	0,751	0,832
Belo Horizonte	0,726	0,810	0,792	0,841	0,617	0,737	0,784	0,856

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Censos de 2000 e 2010.

A criminalidade é outro indicador social importante para a presente análise, a qual será feita utilizando dados dos Anuários de Informações Criminais da Fundação João Pinheiro e do Mapa de Resultados, portal mantidos pelo Governo de Minas Gerais. Em se tratando de ocorrência de homicídios, observou-se que os sete municípios do recorte espacial apresentaram as maiores taxas de janeiro a novembro do biênio 2014-2015, o que correspondeu a 83,60% dos homicídios de toda a RMBH.

Os registros de crimes violentos e de crimes violentos²⁰ contra o patrimônio aumentaram significativamente em Ribeirão das Neves em 2015, em comparação ao ano de 2014. Em compensação, a taxa de homicídios experimentou redução de um ano para o outro.

Enquanto em 2014 foram 1594 crimes violentos na cidade, até o mês de novembro de 2015 essa estatística chegou a 2192 registros, um aumento de 61,59%. Os crimes violentos contra o patrimônio (roubos e extorsões mediante sequestro) pularam 1070 para 1840, um aumento de 71,96% no mesmo período de 2014 para 2015. Já os

²⁰ Agrupamento de sequestros e cárceres privados, roubos consumados, extorsão mediante sequestro, homicídios tentados e consumados e estupro consumados e tentados.

homicídios consumados caíram de 129 registros entre janeiro e novembro de 2014 para 107 nos onze primeiros meses de 2015, uma queda de 17,05%.

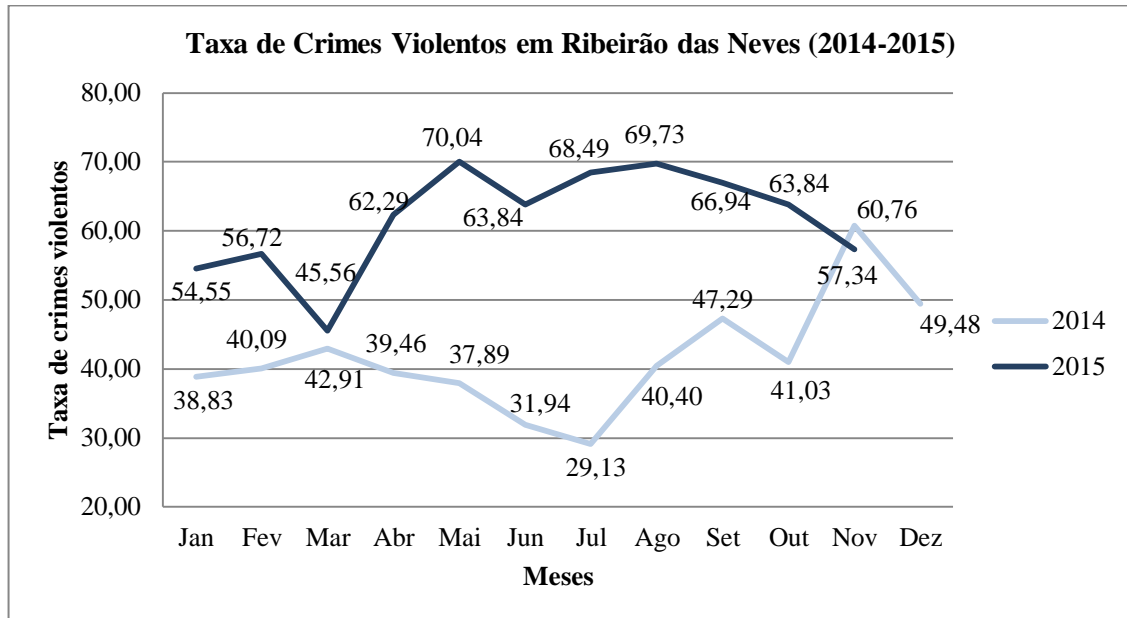


GRÁFICO 1 - Taxa de Crimes Violentos em Ribeirão das Neves por 100.000 habitantes. Fonte: Mapa de Resultados, 2015.

O cenário atual de criminalidade pode ser entendido como um processo em que a omissão do poder público municipal frente à condição precária do município decorre da “baixíssima capacidade arrecadadora e carente de recursos materiais e humanos” (FERNANDES, 2008). A autora argumenta também que durante o processo de expansão urbana do município e implantação dos loteamentos estavam em jogo interesses privados de grupos proprietários da terra que exerciam forte influência sobre o governo municipal, que, por sua vez, limitava-se a tratar negócios imobiliários sem muita regulação, não levando em conta os problemas urbanos. Esse quadro resultou em um contínuo processo de desqualificação do território municipal, fato que refletiu nos índices e indicadores sociais de Ribeirão das Neves.

4.2 Espaço homogêneo e segregação em Ribeirão das Neves

Para os pobres urbanos espacialmente segregados e com laços trabalhistas frágeis parecem confluir pelo menos dois processos que reduzem as suas chances de acumular capital social. Por um lado, seu isolamento em relação a outros estratos da sociedade. Por outro, as dificuldades para constituir

instituições e redes sociais locais que deem suporte a esse capital. (KAZTMAN e FILGUEIRA, 2006)

O processo de formação socioespacial de Ribeirão das Neves é um exemplo emblemático de criação de um município segregado. A expansão periférica baseada em loteamentos destinados a população menos favorecida juntamente com a presença dos presídios proporcionou um cenário de baixos índices e indicadores socioeconômicos. A homogeneidade da população nevensense pode ser analisada através de dois índices que serão abaixo representados e discutidos.

Através dos índices Gini e Theil-L, é possível analisar a desigualdade social e a distribuição de renda existente segundo a renda domiciliar per capita. Os valores são dados entre 0 e 1 e quanto maior este valor, pior a distribuição de renda, no caso do Theil-L, e maior desigualdade social, no caso do Gini. A homogeneidade ou heterogeneidade da população, expressões que autores estudiosos da segregação espacial utilizam para classificar os espaços, bairros ou áreas diferenciadas na cidade, podem ser auferidas através desses índices.

TABELA 18: ÍNDICE THEIL-L, ÍNDICE GINI E RENDA PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DO RECORTE ESPACIAL (2000-2010)

Municípios	Índice de Theil - L		Índice de Gini		Renda Per Capita	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Belo Horizonte	0,72	0,66	0,61	0,60	1101,96	1.497,29
Betim	0,44	0,40	0,50	0,47	412,88	660,56
Contagem	0,43	0,41	0,49	0,48	561,76	824,30
Ibirité	0,31	0,33	0,42	0,42	306,87	525,64
Ribeirão das Neves	0,32	0,28	0,43	0,39	319,28	479,77
Santa Luzia	0,37	0,34	0,46	0,43	386,67	557,62
Vespasiano	0,43	0,31	0,50	0,42	399,02	539,05

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil., Censo 2000 e 2010.

No Censo de 2000, Ribeirão das Neves possuía o segundo menor valor dos índices Theil-L e Gini, assim como a menor renda per capita. Dez anos após, na pesquisa do Censo de 2010, o município caiu uma posição e ficou em último lugar em ambos os índices, não apenas dentre as cidades do recorte espacial, mas também dentre todas as cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Acompanhando os índices, a renda per capita decaiu, sendo a mais baixa do recorte espacial e a quinta menor da RMBH.

Associado a esses índices, observa-se na Tabela 19 a distribuição de renda pelo número de salários mínimos recebidos pela população de Ribeirão das Neves, em que apenas 0,14% da população possui rendimento mensal superior a dez salários mínimos e 61% do total recebem até cinco salários mínimos. Outra interpretação extraída desta tabela é a distribuição equivalente das classes de rendimento na Sede municipal e no distrito de Justinópolis. Porém, constata-se um maior número de pessoas com renda até cinco salários mínimos em Justinópolis, distrito que possui população superior a Sede – (ver Tabela 19). O fato de Justinópolis possuir mais número de pessoas com renda inferior a cinco salários mínimos pode estar associado a questão da proximidade com o centro da capital, facilitando o deslocamento diário devido a trabalho e estudos. Existe a circunstância da existência de maior número de loteamentos irregulares em Justinópolis em relação a Sede, o que proporciona lotes com preços menores, fator decisivo para a população menos favorecida

TABELA 19: PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL - MINAS GERAIS - 2010.

Município	Pessoas de 10 anos ou mais de idade								
	Total	Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) ¹							
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento ²
Ribeirão das Neves	248.682	7.926	65.993	58.537	19.304	2.171	291	62	94.398
Justinópolis	135.868	3.803	37.178	33.029	10.151	1.084	128	17	50.478
Sede	112.814	4.123	28.815	25.508	9.153	1.087	163	45	43.920

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Notas: ¹Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. ²Inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar per capita somente em benefícios.

A partir dos dados apresentados, entende-se que Ribeirão das Neves é a cidade com a menor desigualdade social e a menor desigualdade na distribuição de renda da região metropolitana. Juntamente ao baixo valor da renda per capita e da porcentagem de indivíduos da classe baixa e os vulneráveis a essa classe, Ribeirão das Neves caracteriza-se como o município mais homoganeamente pobre da região metropolitana.

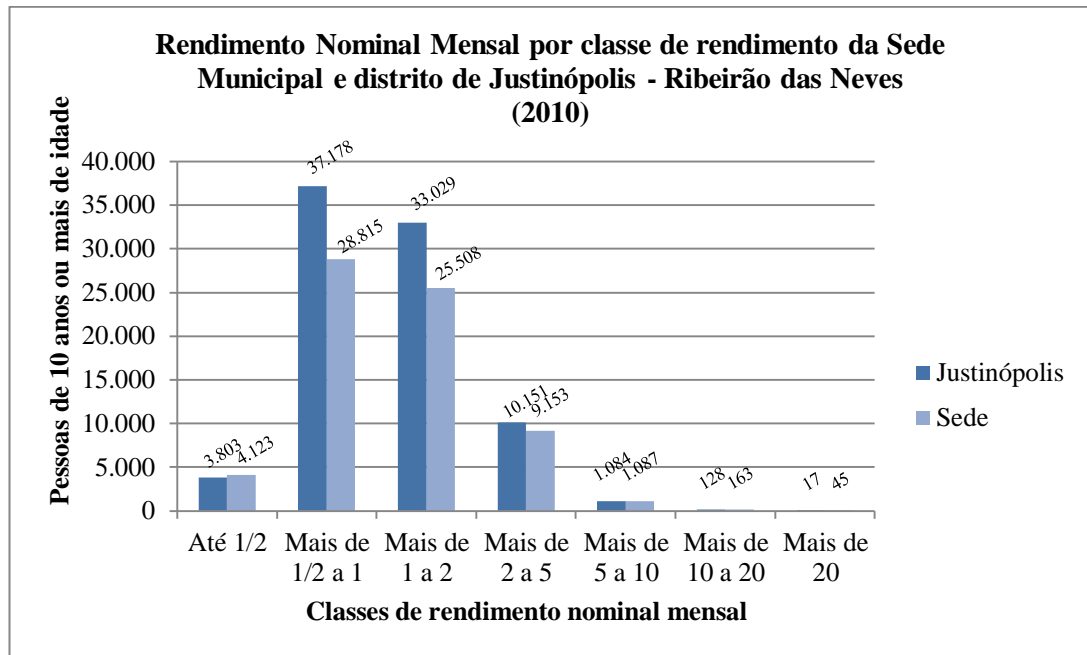


GRÁFICO 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal da Sede Municipal e distrito de Justinópolis, Ribeirão das Neves.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Essa homogeneidade social observada em Ribeirão das Neves contribui para enfraquecer a capacidade de formação de capital social e, por conseguinte, fragiliza as condições para o desenvolvimento individual e coletivo. Ao mesmo tempo, aliada a condição social mostrada, a conjuntura espacial insere-se no contexto atual, como dito anteriormente, como um espaço estigmatizado negativamente pela presença das penitenciárias e pela ausência de infraestruturas urbanas que possam atrair investimentos de grande porte para o município.

Com o mais alto grau de interação na dinâmica da RMBH, 0,89, Ribeirão das Neves depende diretamente da capital e dos outros municípios vizinhos principalmente no que diz respeito ao trabalho: quase metade da sua população que trabalha o faz em Belo Horizonte (FJP, 2004).

Com o processo de formação do espaço urbano baseado inicialmente na instalação de uma penitenciária agrícola e posteriormente, a expansão através da construção de loteamentos precários destinados a população menos favorecida, Ribeirão das Neves se insere na conjuntura da RMBH como um espaço pobre, segregado e marginalizado.

Campos (2009) classificou a realidade de Neves como sendo um “bairro popular” da RMBH, local de decisões políticas que se contradizem e não proporcionam o desenvolvimento da cidade:

Os processos decisórios do Município de Ribeirão das Neves são comandados e coordenados pelo Estado, de cima para baixo, como instância de poder superior e separada da vontade cidadã. Estado e coletividade municipal constituem-se, portanto, em forças antagônicas atuando dentro de um mesmo espaço, operando de modo desigual e contraditório, comprometendo os possíveis avanços em termos de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. (CAMPOS, 2009, p. 113).

Uma das decisões políticas estaduais que mais afetou o espaço urbano de Ribeirão das Neves foi a escolha do território da cidade para a implantação das unidades prisionais que vieram logo após a PAN. Com exceção do Complexo PPP, que tem administração por parceria entre o governo estadual e o capital privado, todas as demais são administradas pela Secretaria de Estado de Defesa Social – MG (SEDS). O sistema prisional de regime semiaberto, que confere a uma parcela dos presos trabalharem fora da unidade, contribui ainda mais para a violência e o estigma, uma vez que são frequentes assaltos a ônibus e ao comércio local por parte desses detentos (AYER, 2014).

Com um total de 28 unidades prisionais existentes em toda a RMBH, Neves é o município que possui o maior número de presídios não apenas da região metropolitana como também de todo o estado de Minas Gerais. O estigma da presença de presídios acaba por desvalorizar os imóveis e afastar investimentos necessários ao desenvolvimento socioeconômico do município, desfavorecendo sua imagem e contribuindo para a segregação espacial que o município no contexto metropolitano (RIBEIRÃO DAS NEVES, 2006b).

A segregação espacial, neste caso, abrangeu não apenas uma área específica da cidade, ou bairros e regiões, mas sim a cidade como um todo. O território de Ribeirão das Neves é inteiramente segregado, e isto é confirmado com seus índices e indicadores socioeconômicos que mostram como a população é homogênea frente aos municípios do mesmo porte, ou com a mesma interação com a região.

CONCLUSÕES

O principal objetivo deste trabalho de dissertação foi investigar como a segregação espacial se manifesta em Ribeirão das Neves, típico município de periferia metropolitana. Ao longo da pesquisa, realizada nos últimos dois anos, foi possível o levantamento documental e bibliográfico que contribuiu para uma análise sobre o tema proposto no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Ao abordar a segregação espacial buscou-se mostrar que esse processo não se delimita apenas aos bairros, determinadas áreas ou zonas residenciais. O conceito de segregação, apesar de polissêmico, em sua fundamentação guarda a ideia chave principal de diferenciação e separação social. Quando pensada no contexto espacial, a segregação tem a desigualdade social aliada com a fragmentação espacial criando espaços diferenciados dentro de uma mesma cidade ou, como visto neste estudo, entre cidades de uma mesma região metropolitana.

Através dos dados analisados e de novas interpretações baseadas em autores previamente citados, foi possível expandir a escala de abrangência da segregação e mostrá-la a nível municipal em relação à RMBH. A metodologia utilizada favoreceu chegar aos objetivos traçados e consequentemente em informações que podemos aqui observar como se construiu o processo de segregação espacial em Ribeirão das Neves. Entretanto, durante a pesquisa não foi possível acesso a informações detalhadas a respeito das unidades prisionais. Foram feitos inúmeros contatos com a Secretaria de Estado de Defesa Social, via telefonemas e e-mail, sem respostas, ou quando havia resposta eram feitas várias transferências para outros funcionários até não mais responderem.

A conjuntura para o processo de exclusão e periferização teve como respaldo a ação de sujeitos que atuaram em Belo Horizonte, de forma direta e indireta. Diretamente, a atuação se deu devido aos grandes vazios urbanos que se formaram nas áreas mais centrais da RMBH que dotadas de infraestruturas, eram valorizadas e podiam ser comercializadas por um preço maior. De forma indireta, a criação de loteamentos de qualidade insatisfatória nas periferias servindo de destino a população que não tinha condição de se instalar nas áreas centrais, como observado em Ribeirão das Neves.

A lógica da expansão metropolitana centro-periferia, em sua marcou fortemente a cidade de Neves, onde o processo de expansão periférica da metrópole belo-

horizontina mostrou sua plenitude. O município vivenciou um crescimento intenso, devido aos inúmeros parcelamentos lançados em seu território na década de 1970, em resposta a um quadro nacional de segregação das metrópoles brasileiras na época, um momento em que a fragilidade das políticas de regulação do solo contribuiu para o processo de periferização.

É factível articular que os loteamentos implantados em Ribeirão das Neves, confirmaram o espaço urbano da cidade como destino para a população menos favorecida. Os atuais bairros provenientes desses parcelamentos, inaugurados com pouco ou mesmo nenhum serviço de infraestrutura, padecem com péssima qualidade da pavimentação, rede de água e coleta de esgoto e lixo e também de transporte público. São 44 mil famílias (45% da população) vivendo em domicílios irregulares e assentamentos carentes de infraestrutura (IBGE, 2010). O problema da habitação, na grande maioria das vezes é resolvido através da autoconstrução, uma vez que não se constitui em demanda econômica para pagar pela habitação produzida pela indústria da construção civil. Pode-se afirmar que, se a indústria da construção fosse capaz de atender à demanda dos segmentos de baixa renda por habitação, sua presença certamente seria relevante no município de Ribeirão das Neves.

Ao mesmo tempo, a presença das seis unidades prisionais provoca impactos diários na cidade. Devido ao grande número de presídios, é perceptível em muitos moradores nevenses o não reconhecimento da cidade, tendo a mesma apenas como local de dormitório. No setor da saúde, o impacto é observado devido à prioridade que os presos possuem no atendimento. Com apenas um hospital público, com filas enormes para atendimento, os mais de seis mil presos na cidade têm prevalência nos equipamentos de saúde, gerando mais espera e conflitos para a população nevensense. A consequência na educação, de acordo com o Censo de 2010, é o déficit de alunos nas escolas e a evasão escolar. No ano de 2012, 20,7% das crianças entre 7 e 14 anos não frequentavam a escola. Outro dado mostra que a taxa de abandono do ensino fundamental de jovens entre 15 e 17 anos está acima de 50%. Outro setor que sofre influência direta com a presença das penitenciárias é a estrutura jurídica do município. No Fórum da cidade dá-se prioridade para atendimento da Execução de Penas no município, dificultando o acesso do serviço à população. A Defensoria Pública deveria contar com quinze defensores, no entanto, conta apenas com oito, e somente dois promotores trabalham no Ministério Público em Neves.

No ano de 2011 a população se uniu contra a implantação de um novo Complexo Penitenciário, entretanto todas as manifestações nas ruas e participações da sociedade civil em audiências públicas e reuniões com autoridades municipais e estaduais, além de um abaixo-assinado com milhares de assinaturas, não impediram a construção. O complexo de parceria público-privada, em operação desde o início de 2013, possui três unidades concluídas, de um total de cinco contempladas em projeto que prevê capacidade para três mil detentos em regime fechado e semiaberto.

A implantação desses empreendimentos prisionais marcou Ribeirão das Neves como território da pobreza e da criminalidade, o estigma de um território representa a todos que ali residem. O município sofre duplamente com esse estigma, primeiro pela presença dos presídios e segundo por suas altas taxas de criminalidade.

No ano de 2006 foram aprovados o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que pretendiam aplicar mudanças nas políticas urbanas buscando uma melhor qualidade de vida para os habitantes da cidade. A intenção principal do plano é interromper a constância do padrão precário de urbanização, sendo este marcado pela ilegalidade e desintegração interna. Contudo, essa intencionalidade favorece o aumento dos preços dos lotes, devido à presença de infraestruturas, fato este que faz a população deslocar-se novamente em busca de localidades menos onerosas, como é o caso das favelas localizadas na região do Veneza.

A preocupação do governo municipal, com a criação da legislação urbanística, sinalizou um empenho em mudar a cidade, mas que contradiz o que se observa desde a origem de Neves: os processos decisórios são comandados e coordenados pelo Estado, “de cima para baixo” e “de fora para dentro”, ou seja, como instância de poder superior e separada da política local. Esse fato pode ser constatado pelas políticas estatais que tratam a infraestrutura e equipamentos urbanos coletivos a exemplo dos setores privados, sem um real compromisso com os usuários e atendimento a uma necessidade diária, promovendo um contínuo processo de “espoliação urbana”.

Nesse sentido, a segregação espacial se efetivou em Ribeirão das Neves. O histórico de formação do espaço urbano, baseado na inauguração da penitenciária agrícola – juntamente com a atração dos outros presídios - e dos inúmeros loteamentos irregulares lançados, favoreceram para a estruturação da atual e precária conjuntura social, econômica e política da cidade.

A expansão centro-periferia proporcionou a Neves a concentração de uma população de baixa renda em seu território, onde os capitais imobiliários, ao se apropriarem dos terrenos oferecidos a essa população, promoviam a territorialização em diversas áreas da cidade. Junto a isso há falta de uma política de desenvolvimento urbano capaz de frear o crescimento desordenado e revelar e ampliar as potencialidades econômicas, a cidade configura um cenário em que grande parte da população busca em Belo Horizonte e Contagem, principalmente, serviços de atendimento básico, trabalho, educação e lazer.

O caso de Ribeirão das Neves é bastante peculiar no cenário da RMBH devido a todas suas características socioeconômicas, territorial e política. Com uma população de composição homogênea, se constituindo em sua maioria de classe média baixa, baixa renda e de pouca escolaridade, o município também não possui grandes diferenças entre seu espaço periférico e central. O movimento pendular diário dos moradores para cidades vizinhas a trabalho ou estudo é uma forma de observar a falta de oportunidades da cidade e a precariedade de serviços da mesma.

O papel de Ribeirão das Neves na RMBH configura-se como sendo o espaço periférico, pobre e segregado, influenciado negativamente pelas penitenciárias, onde o estigma de espaço precário e desvalorizado do território fica difícil de romper. Um contexto ímpar que coloca todo o território em uma realidade de fragmentação e diferenciação espacial em relação aos outros municípios pertencentes à RMBH, representando um processo de segregação explícito da região.

Ribeirão das Neves é um território fragmentado internamente, mas articulado com a capital mineira e com a RMBH. Entretanto essa articulação é contraditória, uma vez que a conexão metropolitana com o território de Neves foi criada mantendo uma distância relevante do centro urbano da capital, afastado do poder público, mas próxima o necessário para ser comandada e articulada de fora, pelo Governo do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. T.; MENDONÇA, J. G. Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais. **Cadernos Metrôpole**, PUC-SP, v. 23, p. 169-188, 2010.

ANDRADE, T. B. **Plano Diretor do Município de Ribeirão das Neves**. 2009.

AZEVEDO, S. e GUIA, V. R. M. Dilemas da gestão metropolitana em Belo Horizonte. In: MENDONÇA, Jupira G. e GODINHO, Maria Helena L. **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: Ed. Pucminas/ PRONEX-CNPq/ Observatório das Metrôpoles-MG, 2003. 207-226.

AYER, F. Justiça aperta o cerco a detentos de Ribeirão das Neves em regime semiaberto. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 10 Maio 2014. Disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/05/10/interna_gerais,527296/justica-aperta-o-cerco-a-detentos-de-ribeirao-das-neves-em-regime-semiaberto.shtml. Acesso em: 27 abril de 2016.

BONDUKI, N. e ROLNIK, R. (1982). "Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho". In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-Ômega. pp. 117-154.

BRUN, J., RHEIN, C. in org. **La Segregation dans la Ville**. Habitat et Sociétés. L'Harmattan, Paris, 1994.

CALDEIRA, T. P. do R.. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 34 ed. São Paulo: Edusp, 2000. 400p.

CAMPOS, P. R. **O Município de Ribeirão das Neves: um bairro popular em um centro metropolitano**. Ano de Obtenção: 2009. 188p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Minas Gerais. 2009.

CAMPOS, P. R.; MONTE-MOR, R. L. M. O arquipélago de Ribeirão das Neves: a velha segregação na metrópole belo-horizontina. **Caderno de Produção Discente do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais., Belo Horizonte, p. 118 - 139, 30 nov. 2009.

CASTRO, I. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1996.

COSTA, H. S. de M. Natureza e mercado imobiliário na redistribuição espacial da população metropolitana: notas a partir do eixo-sul de Belo Horizonte. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 14, 2004, Caxambu. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2004.

COSTA, H. S. **The production of popular residential land developments in Belo Horizonte, Brazil**. 291f. Londres: The Architectural Association Planning Department. (Dissertação de Mestrado). 1983.

COSTA, H.S.M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In MONTE- ÒR, R.L. (org.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: PBH/ CEDEPLAR, 1994. P. - . Coleção BH 100 anos.

FERNANDES, J. S. **A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves**. Ano de obtenção: 2008. 194p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

FERNANDES, J. S.; Brito, F. A expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferização, nos anos 80 e 90. In: Seminário sobre Economia Mineira, XIII, 2008, Diamantina. **Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2008.

FONSECA, Geraldo. **Contagem perante a história**. Prefeitura Municipal de Contagem, 1978.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais – 2010**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos em Segurança Pública (NESP), 2010. 58p. ISSN 1983-3741

_____. **Gestão e desigualdade social na RMBH**. Belo Horizonte: FJP/FAPEMIG, 2000; FJP. **A reforma do Estado e as políticas urbanas: descentralização administrativa e metropolização da pobreza**. Belo Horizonte: FJP/CAPES, 1999;

_____. **Gestão, desigualdade social e governança**. Belo Horizonte: FJP/FAPEMIG, 2000.

_____. **Pesquisa Origem Destino**: 2004. Belo Horizonte, 2004.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Ribeirão das Neves**. 1980. 211p.

GONÇALVES, T. G. B. **Periferias segregadas, segregação nas periferias: uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo (RJ) no contexto regional**. Ano de Obtenção: 2013. 218p. Dissertação (Mestrado) - UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2012.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, vol. XXVII (Minas Gerais, R-V). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.

KOWARICK, L. **Autoconstrução de moradias e a espoliação urbana**. In: Espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 55-74.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001. v. 1. 204p.

MARQUES, E. C. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**, 2007 176f. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDONÇA, J. G. de. **Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 252f. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa. **Notícias**. Belo Horizonte 27 mai 2011. Disponível: http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2011/04/Not_836411.html. Acesso em 15 de jan. de 2016.

OLIVEIRA, D. C. de ; SANTANA, V. C.; MEIRA, T. A. V.. **Desenvolvimento Capitalista: um debate sobre a relação centro-periferia**. Lecturas Educación Física y Deportes (Buenos Aires), v. 17, p. 2, 2013.

OLIVEIRA SOBRINHO, A. S.. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. Sociologias (UFRGS. Impresso), v. 15, p. 210-235, 2013.

PLAMBEL. **A Estrutura Urbana da RMBH**. Belo Horizonte: [s.n.], 1985.

_____. **A Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: [s.n.], 1994.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Ribeirão das Neves**. Belo Horizonte: [s.n.], 1983.

_____. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte 1827-1970**. Belo Horizonte: [s.n.], 1979. 2v.

_____. **Considerações sobre a questão habitacional na RMBH**. Belo Horizonte: [s.n.], 1987.

_____. **Mercado da Terra na RMBH**. Belo Horizonte: [s.n.] 1987.

_____. **Cadastro de Parcelamentos de Ribeirão das Neves**. Belo Horizonte: [s.n.] 1983.

RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. **Plano diretor do município de Ribeirão das Neves**. Ribeirão das Neves: PMRN, 2006.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei de Uso e Ocupação do Solo**. Ribeirão das Neves: PMRN, 2006.

_____. Arquivo Público da Prefeitura Municipal. **Inventário Municipal**. Ribeirão das Neves: PMRN, 2005.

_____. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável: Diagnóstico**. Relatório Produto 2 – Levantamentos e Diagnóstico – Volume I. Ribeirão das Neves: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves/Ministério das Cidades, 2011.

_____. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Ribeirão das Neves**. Volume I: Histórico e Concepção. Ribeirão das Neves, 2006a.

_____. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Ribeirão das Neves**. Volume II: Diagnóstico e Diretrizes Básicas. Ribeirão das Neves, 2006b.

RIBEIRO, L. C. Q.. Segregação Residencial e Políticas Públicas: análise do espaço da cidade na gestão do território. In: Elias Rassi Neto; Cláudia Maria Bógus. (Org.). **Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada** - (Série Técnica. Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde). Brasília/DF: OPAS/OMS, 2003, v. 3, p. 155-180.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Ed. USP. São Paulo, 1996.

SOUSA, E. A. **Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular: o caso do Bairro Metropolitano**, Ano de Obtenção: 2002. 186p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC - MG.

SOUZA, L. G. R.; TORRES, L. P. P.; AZEVEDO, L. **Áreas urbanas centrais RMBH: Confins, Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Belo Horizonte**. 195 p Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana: Ministério das Cidades, 2011.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: Pedro de Almeida Vasconcelos; Roberto Lobato Corrêa; Silvana Maria Pintaudi. (Org.). **A cidade contemporânea**. Segregação Espacial. 1ed.São Paulo: Contexto, 2013, v. 1, p. 61-93.

VILLAÇA, F. J. M.. A segregação urbana e a justiça (ou: a Justiça no injusto espaço urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 11, no. 44, São Paulo, SP, p. 341 - 346. 2003

VILLAÇA, F. J. M.. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel Editora, 1998. 373p.

ANEXOS

ANEXO I

POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS E BRASIL 1950/1960/1970/1980/1991/1996/2000/2010													
Municípios	POPULAÇÃO TOTAL							TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL					
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Baldim	9.819	10.210	5.313	7.570	8.393	8.155	7.913	0,39	-6,32	3,60	0,94	-0,32	-0,30
Belo Horizonte	352.724	683.908	1.235.030	1.780.855	2.020.161	2.238.526	2.375.151	6,85	6,09	3,73	1,15	1,15	0,59
Betim	16.376	26.409	37.815	84.183	170.934	306.675	378.089	4,89	3,66	8,33	6,65	6,71	2,12
Brumadinho	13.018	14.297	17.874	17.964	19.308	26.614	33.973	0,94	2,26	0,05	0,66	3,63	2,47
Caeté	21.911	27.987	25.166	30.634	33.251	36.299	40.750	2,48	-1,06	1,99	0,75	0,98	1,16
Capim Branco	2.878	3.119	4.147	4.930	6.344	7.900	8.881	0,81	2,89	1,74	2,32	2,47	1,18
Confins*	-	1.783	1.993	2.345	3.183	4.880	5.936	-	1,12	1,64	2,82	4,86	1,98
Contagem	6.022	27.914	111.235	280.477	449.588	538.017	603.442	16,58	14,83	9,69	4,38	2,02	1,15
Esmeraldas	14.311	15.117	15.698	16.206	24.298	47.090	60.271	0,55	0,38	0,32	3,75	7,63	2,50
Florestal*	4.065	3.764	4.431	4.796	5.053	5.647	6.600	-0,77	1,64	0,79	0,48	1,24	1,57
Ibirité*	2.253	3.952	13.946	31.939	78.090	133.044	158.954	5,78	13,44	8,64	8,47	6,10	1,80
Igarapé*	3.869	2.356	4.330	10.253	15.957	24.838	34.851	-4,84	6,28	9,00	4,10	5,04	3,45
Itaguara	7.107	8.325	9.030	9.765	10.671	11.302	12.372	1,59	0,82	0,79	0,81	0,64	0,91
Itatiaiuçu*	4.653	4.544	5.330	5.426	7.366	8.517	9.928	-0,24	1,61	0,18	2,82	1,63	1,54
Jaboticatubas	16.357	16.522	8.479	11.570	12.716	13.530	17.134	0,10	-6,45	3,16	0,86	0,69	2,39
Juatuba*	1.781	1.946	2.760	5.323	9.436	16.389	22.202	0,89	3,56	6,79	5,34	6,33	3,08
Lagoa Santa	7.738	11.450	12.060	17.163	26.641	37.872	52.520	4,00	0,52	3,59	4,08	3,99	3,32
Mário Campos	-	-	-	-	5.081	10.535	13.192	-	-	-	-	8,44	2,27
Mateus Leme	11.676	13.185	9.169	13.334	17.597	24.144	27.856	1,22	-3,57	3,82	2,55	3,58	1,44
Matozinhos	6.890	9.109	8.674	16.198	23.606	30.164	33.955	2,83	-0,49	6,44	3,48	2,76	1,19
Nova Lima	21.932	27.825	33.992	41.223	52.400	64.387	80.998	2,41	2,02	1,95	2,20	2,32	2,32
Nova União ³	3.551	3.588	3.958	4.074	4.865	5.427	5.555	0,10	0,99	0,29	1,63	1,22	0,23
Pedro Leopoldo	11.462	16.020	20.670	29.999	41.594	53.957	58.740	3,40	2,58	3,80	3,02	2,93	0,85
Raposos	6.411	8.356	10.133	11.810	14.242	14.289	15.342	2,69	1,95	1,54	1,72	0,04	0,71
Ribeirão das Neves	4.267	6.387	9.707	67.257	143.853	246.846	296.317	4,12	4,27	21,36	7,16	6,18	1,84
Rio Acima	5.276	5.040	5.118	5.069	7.066	7.658	9.090	-0,46	0,15	-0,10	3,07	0,90	1,73
Rio Manso*	5.289	5.060	5.214	4.448	4.461	4.646	5.276	-0,44	0,30	-1,58	0,03	0,45	1,28
Sabará	15.748	23.081	45.149	64.204	89.740	115.352	126.269	3,90	6,94	3,58	3,09	2,83	0,91
Santa Luzia	8.437	12.573	25.301	59.892	137.825	184.903	202.942	4,07	7,24	9,00	7,87	3,32	0,94
São Joaquim de Bicas*	-	2.225	3.345	6.310	11.443	18.152	25.537	-	4,16	6,55	5,56	5,26	3,47
São José da Lapa	-	-	-	7.125	6.856	15.000	19.799	-	-	-	-0,35	9,09	2,81
Sarzedo*	2.627	3.765	5.562	8.031	9.504	17.274	25.814	3,66	3,98	3,74	1,54	6,86	4,10
Taquaraçu de Minas*	5.680	4.816	4.158	3.457	-	3.491	3.794	-1,64	-1,46	-1,83	-	-	0,84
Vespasiano	5.610	8.331	12.429	17.924	48.012	76.422	104.527	4,03	4,08	3,73	9,37	5,30	3,18
RMBH	599.738	1.012.964	1.717.216	2.681.754	3.519.535	4.357.942	4.883.970	5,38	5,42	4,56	2,50	2,40	1,15
Minas Gerais⁴	7.782.188	9.960.040	11.645.095	13.651.852	-	17.866.402	19.597.330	2,50	1,58	1,60	-	-	0,93
Brasil	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573	-	169.590.693	190.755.799	3,17	2,90	2,51	-	-	1,18

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Nota: 1- As populações de 1950 e 1960 são as populações presentes, ou seja, aquelas constituídas dos habitantes presentes, moradores ou não do domicílio. 2 (*) Em 1950 e 1960 os municípios de 1-Confins, 2-Florestal, 3-Ibirité, 4-Igarapé, 5-Itatiaiuçu, 6-Juatuba, 7-Rio Manso, 8-São Joaquim de Bicas, 9-Sarzedo e 10-Taquaraçu de Minas eram distritos e pertenciam, respectivamente, aos municípios de 1-Lagoa Santa, 2-Pará de Minas, 3-Betim, 4-Mateus Leme, 5-Itaúna, 6-Mateus Leme, 7-Bonfim, 8-Mateus Leme, 9-Betim e 10-Caeté. A população de 1960 desses distritos refere-se à Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1960. 3- Em 1950 e 1960 o município de Nova União chamava-se União de Caeté e era distrito de Caeté. 4- Para 1950 e 1960: Os dados para a unidade da federação Minas Gerais incluem a população recenseada na parte da Serra dos Aimorés anexada à unidade da federação Minas Gerais.

ANEXO II

INDICADORES PARA IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO NA DINÂMICA DA AGLOMERAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (2000)

MUNICÍPIO	INDICADORES					FATORIAL		INTEGRAÇÃO NA DINÂMICA DA RMBH
	Taxa de Crescimento Populacional Total 1991/2000	Densidade (Hab/Km ²)	Nº de Pessoas Trabalham ou Estudam em Outro Município	Percentual de Pessoas Trabalham ou Estudam em Outro Município	Percentual de Ocupados Não-Agrícolas	Score	Índice	
Baldim	-0,31	15	326	6,35	54,86	-1,08	0,19	Muito Baixa
Belo Horizonte	1,15	6.764	52.499	3,40	98,01	0,75	0,66	Polo
Betim	6,71	887	35.754	18,30	95,28	0,94	0,72	Alta
Brumadinho	3,63	42	2.085	12,07	84,74	-0,19	0,42	Baixa
Caeté	0,98	67	3.355	14,88	88,54	0,00	0,47	Média
Capim Branco	2,47	84	1.293	25,33	82,38	0,04	0,48	Média
Confins	4,20	116	697	21,55	90,25	0,22	0,53	Média
Contagem	2,02	2.765	86.700	24,54	97,16	1,37	0,83	Muito Alta
Esmeraldas	7,63	52	7.147	24,96	83,78	0,37	0,57	Alta
Florestal	1,24	29	201	5,64	67,36	-0,75	0,28	Muita Baixa
Ibirité	6,32	1.822	33.145	40,91	93,14	1,38	0,83	Muito Alta
Igarapé	5,04	226	1.998	12,41	87,03	0,15	0,51	Média
Itaguara	0,64	28	369	5,20	76,67	-0,68	0,30	Baixa
Itatiaiuçu	1,63	29	309	5,70	73,61	-0,64	0,31	Baixa
Jaboticatubas	0,69	12	469	5,34	71,37	-0,84	0,25	Muito Baixa
Juatuba	6,33	169	1.456	13,94	87,85	0,23	0,53	Média
Lagoa Santa	4,07	163	3.315	13,08	94,27	0,17	0,51	Média
Mário Campos	6,32	300	1.576	24,32	77,32	0,36	0,56	Alta
Mateus Leme	3,58	80	1.625	10,74	81,16	-0,18	0,42	Baixa
Matozinhos	2,76	119	2.432	11,97	94,15	0,02	0,48	Média
Nova Lima	2,32	150	8.962	20,61	96,78	0,27	0,54	Média
Nova União	1,22	32	342	10,06	61,74	-0,73	0,28	Muito Baixa
Pedro Leopoldo	2,93	185	3.926	11,26	94,56	0,09	0,49	Média
Raposos	0,04	199	2.941	33,12	95,81	0,33	0,56	Média
Ribeirão das Neves	6,18	1.601	61.414	39,10	97,51	1,62	0,89	Muito Alta
Rio Acima	0,90	33	828	17,83	93,92	-0,17	0,43	Baixa
Rio Manso	0,45	20	138	4,78	47,63	-1,12	0,18	Muito Baixa
Sabará	2,83	380	27.692	36,86	36,86	0,88	0,70	Alta
Santa Luzia	3,32	791	40.485	34,43	34,43	1,09	0,75	Muito Alta
São Joaquim de Bicas	5,26	251	1.567	14,31	14,31	0,18	0,52	Média
São José da Lapa	5,84	308	2.623	26,83	26,83	0,6	0,63	Alta
Sarzedo	6,32	279	2.839	26,48	26,48	0,57	0,62	Alta
Taquaraçu de Minas	0,35	11	85	3,89	3,89	-1,14	0,17	Muito Baixa
Vespasiano	5,84	1.090	15.353	31,78	31,78	1,01	0,73	Muito Alta

Fonte: Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil, Observatório das Metrôpoles; IBGE.

ANEXO III – DEFINIÇÕES E METODOLOGIAS DE CÁLCULO DOS ÍNDICES E INDICADORES DA ANÁLISE SOCIAL

Os índices e indicadores utilizados para a análise social foram extraídos dos Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, do Atlas da Vulnerabilidade Social e do Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais. As definições e metodologia de cálculo dos mesmos estão abaixo relacionadas. As definições e metodologias foram retiradas dos sites dos Atlas e do arquivo do Anuário.

- **Índice de Vulnerabilidade Social:**

A criação do IVS se deu no âmbito da Rede Ipea, no escopo do projeto Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas do Brasil, proposto, inicialmente, pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), em atendimento à chamada pública Ipea/ Proedes no 01/2011, reunindo diversas instituições sob a coordenação nacional do Ipea.

O IVS possui três dimensões: IVS Infraestrutura Urbana; IVS Capital Humano; e IVS Renda e Trabalho. Essas dimensões correspondem a conjuntos de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam que o padrão de vida das famílias encontra-se baixo, sugerindo, no limite, o não acesso e a não observância dos direitos sociais.

Cada dimensão é formada por um conjunto de indicadores, os quais se encontram apresentados a seguir.

- **IVS – Infraestrutura urbana**

O subíndice que contempla a vulnerabilidade de infraestrutura urbana procura refletir as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas e que impactam significativamente seu bem-estar. Tendo em vista as possibilidades e limites das informações coletadas pelos censos demográficos, foram escolhidos para compor este subíndice indicadores sobre a presença de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território, bem como o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda – este último tomado como uma proxy das condições da mobilidade urbana daquele

segmento da população. Compõem o subíndice os indicadores descritos no quadro 1, nele também estão expressos os pesos relativos de cada indicador para a estruturação do subíndice.

- IVS – Capital Humano

O subíndice referente a capital humano envolve dois aspectos (ou ativos e estruturas) que determinam as perspectivas (atuais e futuras) de inclusão social dos indivíduos: saúde e educação. Neste sentido, foram selecionados para compô-lo indicadores que retratam não só a presença atual destes ativos e recursos nas populações, mas também o potencial que suas gerações mais novas apresentam de ampliá-lo. Adotou-se, para isso, indicadores de mortalidade infantil; da presença, nos domicílios, de crianças e jovens que não frequentam a escola; da presença, nos domicílios, de mães precoces, e de mães chefes de família, com baixa escolaridade e filhos menores; da ocorrência de baixa escolaridade entre os adultos do domicílio; e da presença de jovens que não trabalham e não estudam.

- IVS – Renda e Trabalho

A vulnerabilidade de renda e trabalho, medida por este subíndice, agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda presente (percentual de domicílios com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo de 2010), mas incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda, configuram um estado de insegurança de renda: a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados; a dependência com relação à renda de pessoas idosas; assim como a presença de trabalho infantil.

O IVS é calculado normalizando cada valor em uma escala que varia entre 0 a 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. A condição de absoluta ausência de vulnerabilidade equivale a 0% de casos indesejados (ou, por exemplo, zero mortos por mil nascidos vivos, no caso da variável taxa de mortalidade de crianças de até 1 ano de idade).

Já o valor máximo de cada indicador – ou seja, a situação de máxima vulnerabilidade – foi estabelecido a partir da média encontrada para os dados municipais de cada um deles, considerando, para efeitos de cálculo, os valores relativos

aos anos de 2000 e 2010, acrescido de dois desvios-padrão, limitado em 1, mesmo para os municípios que extrapolaram este valor.

Sendo assim, foi considerada como situação ideal (ausência de vulnerabilidade social) a não ocorrência de casos em cada uma das dimensões (por exemplo, mortalidade infantil igual a zero) e o valor máximo correspondeu, sempre, à pior situação encontrada a partir da padronização referida. Todos os indicadores listados apresentam relação direta com situações de vulnerabilidade social: quanto maior o indicador, maior a vulnerabilidade social. Feita a normalização dos dados para os indicadores que compõem o subíndice, foram aplicados os pesos relativos a cada um dos indicadores.

- **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal:**

Em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010. O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável - saúde -, de ter acesso ao conhecimento – educação - e de poder desfrutar de um padrão de vida digno - renda. O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras.

O cálculo do IDHM é feito através da média geométrica dos indicadores de longevidade, educação e renda, sendo eles: a expectativa de vida ao nascer; escolaridade da população adulta; fluxo escolar da população jovem e renda per capita.

- **Índice Gini:**

Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a

desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

- **Índice Thei-L**

Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, excluídos aqueles com renda domiciliar per capita nula. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda domiciliar per capita dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

- **Renda Per Capita:**

Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

- **Crime Violento:**

Ocorrências classificadas como Homicídio, Homicídio Tentado, Estupro, Roubo e Roubo a Mão Armada, segundo a caracterização determinada pelo Código Penal Brasileiro. É calculado através de medidas estatísticas idealizadas para representar mudanças associadas ao comportamento de uma determinada variável durante um determinado período de tempo. A composição da taxa de um determinado crime é um produto do número de ocorrências registradas, multiplicado por uma constante (neste caso, 100.000), dividido pela população da área representada na variável.

ANEXO IV – MANIFESTO PÚBLICO “NÓS AMAMOS NEVES”

Manifesto Público da Rede

“NÓS AMAMOS NEVES”

Repúdio à construção de mais prisões e ao descaso das autoridades com o povo de Ribeirão das Neves, MG – Brasil

O POVO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, através de entidades, igrejas, e grupos organizados, vem a público manifestar seu REPÚDIO ao total descaso com que é tratado por parte do Governador do Estado de Minas Gerais, Antonio Anastásia (PSDB), e do prefeito, com a intenção de implantar mais um Complexo Prisional na cidade, mesmo rejeitado pela população local.

O POVO E AS SUAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, PROFISSIONAIS E RELIGIOSAS NÃO ACEITAM mais nenhuma prisão na Cidade.

NÃO VAMOS TOLERAR NENHUMA AÇÃO PRETENSAMENTE “COMPENSATÓRIA”, NENHUM CALA BOCA EM TROCA DE MAIS PRESÍDIOS.

Neves já dá sua contribuição ao sistema penitenciário falido de Minas Gerais: 13/ dos presos do Estado.

Enquanto isto, dentre os municípios da Região Metropolitana, Ribeirão das Neves tem um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH (indicador que leva em conta a saúde, a escolaridade e a expectativa de vida).

Nada compensa a falta de infraestrutura, a precariedade dos sistemas de saúde, transporte e serviços públicos em geral. Não há opções de lazer, cultura e espaços para a prática de esportes. Tudo isso, mostra a necessidade urgente de uma preocupação com as questões sociais por parte dos governos para com o povo de Neves.

Em Ribeirão das Neves já há mais de cinco mil presos dos 45 mil existentes no Estado. Por que mais 3.000 presos aumentando em mais de 70/ os presos na cidade?

É certo que o aumento dos presos e de seus familiares, que constantemente, vêm juntos para a Cidade, trará forte impacto sobre as condições de vida, estrangulando ainda mais os serviços públicos e a infraestrutura do Município.

Uma Cidade melhor para se viver

O que nos move não é o preconceito contra seres humanos “em situação de privação da liberdade”. Queremos para eles e suas famílias condições dignas de retorno à sociedade e aos seus projetos de vida.

O QUE NOS MOVE É A LUTA POR UMA CIDADE MAIS DIGNA E COM QUALIDADE DE VIDA PARA SEU POVO.

E quem garante vida digna para o povo e presos são boas políticas públicas, como DEVER do ESTADO e DIREITO dos cidadãos e cidadãs.

As políticas públicas é que podem garantir serviços de qualidade e digno aos detentos: e não podem ser substituídas por estratégias de mercado, como a parceria público-privada. Vistos pelos olhos do “mercado das prisões”, os presos se transformam em mais uma mercadoria de lucro para enriquecer alguns poucos empresários do “negócio”. Querem é transformar seres humanos em mercadoria.

É do conhecimento de todos que a privatização do sistema prisional em outros países não trouxe a redução da violência urbana, mas, pelo contrário, só aumentou a violência.

Uma proposta inconstitucional

O projeto de Aécio Neves e do governador Antonio Anastasia fere a Constituição do País e diversas leis, como a Lei Estadual nº 12.936/98. E tem ainda mais um agravante: propor a construção de um enorme complexo prisional sobre um dos últimos remanescentes de mata de transição do Cerrado-Mata Atlântica em nossa cidade, na Fazenda Mato Grosso, área de preservação ambiental do município.

O local, onde poderia ser um parque destinado ao lazer e à convivência cultural, está sendo destruído. O Povo vem lutando para transformar a Penitenciária José Maria Alkimin em patrimônio cultural da cidade e criar ali um “complexo de cultura, educação e lazer”.

Nós amamos Ribeirão das Neves e não aceitamos mais prisões!

O Governo Estadual não respeita a cidade e trata Neves com descaso.

Nenhum dos 14 vereadores se dignou a discutir a questão com os representantes dos movimentos sociais. Os dirigentes dos partidos políticos evitam a todo custo qualquer manifestação contra esta aberração. Adotam, assim, uma posição subalterna e indigna dos cargos e da posição que ocupam na sociedade. Contrariando a vontade do

Povo, o prefeito deu um “de acordo” (com ofício ao Governo do Estado) para a construção do complexo prisional.

Pressionado pela **Rede Nós Amamos Neves**, o prefeito Wallace Ventura (do PSB) recebeu uma Comissão do Movimento no dia 05 de janeiro de 2011 para cobrar dele explicações de suas atitudes. O prefeito se comprometeu a convocar Audiência Pública para discutir o assunto com o povo. E marcar uma reunião com o governador Anastasia

para ouvir as reivindicações dos movimentos sociais da cidade.

O povo, mobilizado, aguarda que ele cumpra sua palavra e está de olho em suas atitudes.

Reivindicamos um posicionamento do prefeito e dos vereadores a favor do povo de Neves e não cumplicidade com mais prisões.

ENTENDEMOS que as atitudes cegas e surdas das autoridades aos apelos sociais do povo que os elegeram para governarem democraticamente o Estado e o Município são uma verdadeira PROVOCAÇÃO dos governantes à “desobediência civil” e por ela podem ser responsabilizados.

Reivindicamos e Exigimos

- ✓ Que **nenhum novo presídio** seja construído em Ribeirão das Neves;
- ✓ A constituição de uma Comissão de Autoridades Locais, composta por Ministério Público, prefeitura, OAB, entidades sociais e religiosas para propor um projeto de qualidade de vida para a cidade e melhorias nas unidades prisionais para integrá-las de forma mais produtiva e digna à cidade;
- ✓ A desativação da Penitenciária José Maria Alkimin e sua transformação em patrimônio cultural do Município;
- ✓ A criação do 1º Parque Municipal Cultural e Ambiental na Fazenda Mato Grosso;

- ✓ Que o sistema prisional seja gerido diretamente pelo Estado – PRESO NÃO É MERCADORIA. Somos contra a privatização do sistema em qualquer parte do Brasil.

Ribeirão das Neves, janeiro de 2011

ASSINAM:

REDE “NÓS AMAMOS NEVES” – ACIBEN – Associação dos Cidadãos Pelo Bem Nevense // ACOSAN – Associação Comunitária do Bairro Santa Matilde // AMOPS – Associação dos Moradores do Porto Seguro // ANELCA: Academia Nevense de Letras, Ciências e Artes // SCOBARONE - Associação Comunitária do Bairro Rosaneves // Associação Ambientalista Naturae Vox // Associação Comunitária do Conjunto Henrique Saporì – ACHESA // Associação Comunitária Luar da Pampulha e Adjacências // Brigadas Populares // Capoeira Brasil das Gerais // CEPI – Centro de Estudos, Pesquisa e Intervenção Ribeirão das Neves // CONSEP – Conselho Comunitário de Segurança Pública // CRB: Núcleo das/os Religiosas/em Ribeirão das Neves // Forania Nossa Senhora das Neves // Grupo de Amigos e Parentes de Pessoas em Privação de Liberdade // Grupo de Mulheres do Bairro Fazenda Castro // Grupo Fé e Política da Paróquia São Judas // Irmãzinhas da Imaculada Conceição // Núcleo de Assistência Social Boa Semente (NASBS) // OAB: Ordem dos Advogados do Brasil em Ribeirão das Neves // Paróquia Nossa Senhora do Rosário // Paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida // Paróquia Nossa Senhora das Neves // Paróquia Nossa Senhora das Vitórias e Santo Antonio – Sevilha // Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Santa Martinha // Paróquia Santíssimo Sacramento – Botafogo/Justinópolis // Paróquia São Francisco de Assis // Paróquia São Judas Tadeu // Paróquia São Paulo Apóstolo // Rosaneves // Rede de Educação Cidadã // ABRAÇO-MG – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária // Comissão Pastoral da Terra de MG – CPT/MG // Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI-MG // Instituto 25 de Março // Observatório de Políticas Públicas da PUC-MG // Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Belo Horizonte // Pastoral Regional dos Direitos Humanos da Igreja Metodista // RP: Conselho Regional de Psicologia – MG // Vicarito da Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte //